



UNIVERSIDADE
ESTADUAL DE LONDRINA

JOSÉ CARLOS MARDEGAN

**ORGANIZAÇÃO DA INFORMAÇÃO EM *SITES* DE
TELEVISÕES DE UNIVERSIDADES PÚBLICAS
BRASILEIRAS**

Londrina
2014

JOSÉ CARLOS MARDEGAN

**ORGANIZAÇÃO DA INFORMAÇÃO EM *SITES*
DE TELEVISÕES DE UNIVERSIDADES
PÚBLICAS BRASILEIRAS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação do Centro de Educação, Comunicação e Artes, da Universidade Estadual de Londrina, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Ciência da Informação.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Brígida Maria Nogueira Cervantes

Linha de Pesquisa: Organização e Representação da Informação e do Conhecimento

Londrina
2014

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)

M322o	<p>Mardegan, José Carlos Organização da informação em <i>sites</i> de televisões de universidades públicas brasileiras / José Carlos Mardegan. – Londrina, 2014. 158 f. : il.</p> <p>Orientador: Prof^ª. Dr^ª. Brígida Maria Nogueira Cervantes. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade Estadual de Londrina, Centro de Educação, Comunicação e Artes, Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, 2014. Inclui bibliografia.</p> <p>1. Organização da informação – Teses. 2. TV universitária – Teses. 3. Universidades estaduais – Teses. 4. Universidades federais – Teses. I. Cervantes, Brígida Maria Nogueira. II. Universidade Estadual de Londrina. Centro de Educação, Comunicação e Artes. Programa de Pós – Graduação em Ciência da Informação. III. Título.</p> <p>CDU 025.4:654.197</p>
-------	--

JOSÉ CARLOS MARDEGAN

**ORGANIZAÇÃO DA INFORMAÇÃO EM *SITES* DE TELEVISÕES
DE UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS**

Banca Examinadora

Prof.^a Dr.^a Brígida Maria Nogueira Cervantes
Universidade Estadual de Londrina

Prof.^a Dr.^a Neusa Maria Amaral
Universidade Estadual de Londrina

Prof.^a Dr.^a Rosane Suely Álvares Lunardelli
Universidade Estadual de Londrina

Londrina, 28 de novembro de 2014.

AGRADECIMENTOS

Ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Estadual de Londrina, especialmente a minha orientadora Prof.^a Brígida, por ter me acolhido e, com sua dedicação, paciência, disponibilidade e grande generosidade, possibilitou a realização deste trabalho.

Aos membros da banca, Prof.^a Rosane e Prof.^a Neusa Maria, por aceitarem gentilmente o convite e pelas valiosas contribuições.

À minha família pelo incentivo e compreensão pela ausência durante esse período. Aos amigos e pessoas queridas que me incentivaram e, de alguma forma, me ajudaram nesta realização: Mariângela, Marta, Antônio, Miguel, Simone, Nelson, Serafim, Célio e, em especial, ao Alex.

Aos colegas de trabalho da TV UEL, especialmente a Diretora Neusinha pelo apoio irrestrito, e por ter sido a maior incentivadora deste projeto.

Aos colegas de turma pelo apoio, paciência e contribuições.

A todos meus sinceros agradecimentos!

MARDEGAN, José Carlos. **Organização da informação em sites de televisões de universidades públicas brasileiras**. 2014. 158 fls. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Centro de Educação, Comunicação e Artes, Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2014.

RESUMO

A organização da informação tem como objetivo proporcionar agilidade, rapidez e economia de tempo no momento da recuperação das informações desejadas. Por intermédio da organização acontece o fortalecimento no processo de busca, seleção, armazenamento e recuperação, contribuindo, dessa maneira, para o acesso à informação e ao conhecimento. A televisão é, hoje, o meio de comunicação mais importante e a principal fonte de informação e entretenimento para a maioria do povo brasileiro, devido a sua ampla cobertura e penetração em todas as camadas da população. A internet, com seu potencial de abrangência e rapidez no acesso, se transformou em uma ferramenta de grande relevância na divulgação da programação das TVs universitárias. Essas questões foram fundamentais no direcionamento desta pesquisa, que teve como objetivo analisar a estrutura de organização da informação em *sites* de televisões de universidades públicas brasileiras. Para alcançar esse objetivo, algumas ações específicas foram necessárias, tais como: identificar as universidades públicas brasileiras que produzem conteúdo televisual e os disponibilizam em *sites*; averiguar como as informações estão representadas nos *sites* das TVs universitárias e comparar as estruturas de organização da informação traçando um panorama da situação atual dos *sites* dessas TVs. O estudo caracterizou-se como uma pesquisa exploratória descritiva, com abordagem quantitativa, e a coleta de dados consistiu na análise documental. O instrumento utilizado foi o formulário, composto de quatro das quinze regras de Eckerson (1999), que foram complementadas a partir da contribuição de Fonseca e Fonseca (2005) e das Heurísticas de Nielsen (1993). Fundamentado nos pressupostos da CI, o estudo indicou, como resultado, a ausência de formas de tratamento da informação nos *sites* das TVs universitárias pesquisados e observou que estes *sites* não apresentam os requisitos mínimos necessários de organização para uma armazenagem e recuperação da informação, adequada. A pesquisa apresentou ainda, um panorama atual da presença das TVs universitárias na internet, abrindo, dessa forma, a possibilidade de novas investigações sobre o papel da organização da informação nos *sites* das TVs universitárias.

Palavras-chave: Organização da informação. TV universitária. Universidades federais. Universidades estaduais.

MARDEGAN, José Carlos. **Organization of information on websites televisions Brazilian public universities**. 2014. 159 p. Dissertation (Master's Degree in Information Science) - Graduate Program in Information Science, Center for Education, Communication and Arts, State University of Londrina, Londrina, 2014.

ABSTRACT

The organization of the information aims to provide agility, speed and timesaving at the moment of recovery of the desired information. Through organization happens the strengthening of the search process, selection, storage and retrieval, contributing this way for the access to information and knowledge. Nowadays television is the most important means of communication, and the main source of information and entertainment for most of the Brazilian people due its wide coverage and penetration into all layers of the population. The internet with its potential of coverage and access speed has become in a tool of great importance to the disclosure of schedule of university TVs. These were important issues in guiding this research which aims analyze the structure of information organization on university television website of the Brazilian public universities. To accomplish this, some specific actions were necessary, such as: identify the Brazilian public universities that produce televisual content and make than available on websites; ascertain how the information is represented on the websites of university TVs and compare the structures of information organization, plotting an overview of the current status of these websites of these TVs'. The study was characterized as a descriptive exploratory research, with quantitative-qualitative approach, and the data gathering consisted of documentary analysis. The instrument used it was the form, composed of four of the fifteen Eckerson's rules (1999) that were supplemented from the contribution of Fonseca and Fonseca (2005) and Nielsen's heuristics (1993). Based on the concepts of CI, the study indicated, as a result, the absence of information treatment forms on the websites of researched university TVs and noted that these sites do not have the minimum requirements necessary of organization for a storage and retrieval of information, appropriate. The research presents also, a current overview of the presence of the university TVs on the Internet, opening thus, the possibility of further research about the information organization's role on the websites of university TVs.

Keywords: Information organization. University TV. Federal universities. State universities.

MARDEGAN, José Carlos. **Organización de la información en los sitios web televisores de universidades públicas brasileñas**. 2014. 159 f. Tesina (Máster en Ciencias de la Información) - Programa de Posgrado en Ciencias de la Información, Centro de Educación, Comunicación y Artes de la Universidad Estatal de Londrina, Londrina, 2014.

RESUMEN

La organización de la información tiene como objetivo el proporcionar agilidad, rapidez y economía de tiempo en el momento de la recuperación de las informaciones deseadas. Por medio de la organización se genera un fortalecimiento en el proceso de búsqueda, selección, almacenamiento y recuperación para el acceso a la información y al conocimiento. Actualmente, la televisión es el medio de comunicación más importante y es la principal fuente de información y entretenimiento para gran parte del pueblo brasileño debido a su amplia cobertura y penetración en todos los niveles de la población. El internet con su potencial alcance y rápido acceso, se transformó en una herramienta de gran relevancia en la divulgación de la televisión universitaria. Estos temas fueron fundamentales en la conducción de esta investigación, que tuvo como objetivo analizar la organización de la estructura de la información en los sitios de las universidades públicas brasileñas. Para alcanzar este objetivo, algunas acciones específicas fueron necesarias, tales como: identificar las universidades públicas que producen contenido televisual y lo disponen en sus páginas web; averiguar cómo están representadas las informaciones en las páginas web de los canales de la televisión universitaria y comparar las estructuras de la organización de la información trazando un panorama de la situación actual de las mencionadas páginas web. El estudio está caracterizado como una investigación exploratoria descriptiva, con un enfoque cuanti-cualitativo y la recolección de datos consistió en el análisis de documentos. El instrumento utilizado fue el formulario, compuesto de cuatro de las quince reglas de Eckerson (1999) que fueron completadas a partir de la contribución de Fonseca y Fonseca (2005) y de las Heurísticas de Nielsen (1993). Sobre la base de los supuestos de la CI, el estudio indicó, como consecuencia, la ausencia de formas de procesamiento de información en los sitios web de televisiones universitarias encuestadas y señaló que estos sitios no tienen los requisitos mínimos de organización necesaria para el almacenamiento y recuperación de información, apropiada. La encuesta también mostró, una visión actual de la presencia de la televisión universitaria en Internet, abriendo así la posibilidad de una mayor investigación sobre el papel de la organización de la información en los sitios web de televisiones universitarias.

Palabras clave: Organización de la información. TV universidad. Universidades federales. Estatales universitarias.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1	– Classificação das Instituições de Ensino Superior conforme a organização acadêmica.....	29
Quadro 2	– Síntese do conteúdo informacional.....	45
Quadro 3	– Síntese dos princípios da usabilidade.....	47
Quadro 4	– Síntese dos formatos de documentos disponíveis na <i>web</i>	52
Quadro 5	– Elementos de organização da informação na <i>web</i>	72
Quadro 6	– Modelos de recuperação da informação e suas características	78
Quadro 7	– Modelos clássicos alternativos de recuperação da informação e suas características	80
Quadro 8	– Ações desenvolvidas no decorrer da pesquisa	94
Quadro 9	– Demonstrativo das instituições de ensino superior com produção televisual e que utilizam a internet para divulgação	96

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1	–	Categoria: A interface do <i>site</i> é amigável para usuários eventuais...	99
Gráfico 2	–	Categoria: Classificação e pesquisa intuitiva	103
Gráfico 3	–	Categoria: Conectividade aos recursos informacionais do <i>site</i>	106
Gráfico 4	–	Categoria: Interfaces externas	112

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AACR2	<i>Anglo American Cataloguing Rules</i>
ABEPEC	Associação Brasileira das Emissoras Públicas, Educativas e Culturais
ABTU	Associação Brasileira de Televisão Universitária
AVI	<i>Audio Video Interleaved</i>
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CDD	Classificação Decimal de Dewey
CDU	Classificação Decimal Universal
CI	Ciência da Informação
DOC	<i>Document</i>
EUA	Estados Unidos da América
FCBTVE	Fundação do Centro Brasileiro de TV Educativa
FLV	<i>Flash Video</i>
GIF	<i>Graphic Interchange Format</i>
HTML	<i>HyperText Markup Language</i>
IES	Instituição de Ensino Superior
JPG	<i>Joint Photographic Experts Group</i>
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MARC	<i>Machine Readable Cataloguing</i>
MEC	Ministério da Educação e Cultura
MP3	<i>Moving Picture Experts Group, Audio Layer 3</i>
MPEG	<i>Moving Picture Experts Group</i>
PDF	<i>Portable Document Format</i>
RPTV	Rede Pública de Televisão
RTF	<i>Rich Text Format</i>
SGML	<i>Standard Generalized Markup Language</i>
SWF	<i>ShockWave Flash</i>
TI	Tecnologia da Informação
TIC	Tecnologia da Informação e Comunicação
TV	Televisão
TVU	Televisão Universitária
UEL	Universidade Estadual de Londrina

UHF	<i>Ultra High Frequency – Frequência Ultra Alta</i>
UNESCO	<i>United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization</i>
VHF	<i>Very High Frequency – Frequência Muito Alta</i>
XML	<i>Extended Markup Language</i>
WAV	<i>Waveform Audio File Format</i>
WMV	<i>Windows Media Video</i>
WWW	<i>World Wide Web</i>

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	13
1.1	PROBLEMA	15
1.2	JUSTIFICATIVA.....	18
1.3	OBJETIVOS	19
1.4	ESTRUTURA DO TRABALHO	20
2	TELEVISÃO UNIVERSITÁRIA NO BRASIL	22
2.1	TELEVISÃO	22
2.2	TELEVISÃO PÚBLICA	25
2.3	TELEVISÃO UNIVERSITÁRIA	28
2.3.1	Outras Dimensões para a TV Universitária	33
2.3.2	Cenário Atual da TV Universitária Brasileira.....	36
2.4	A INFORMAÇÃO NO CONTEXTO DA TV UNIVERSITÁRIA	38
3	ORGANIZAÇÃO DA INFORMAÇÃO EM SITES	42
3.1	CONTEÚDO INFORMACIONAL EM <i>SITES</i>	42
3.1.1	Tipos de Documentos Presentes na <i>Web</i>	48
3.2	ANÁLISE DA INFORMAÇÃO NA CI	53
3.3	CONCEITOS E ELEMENTOS DA ORGANIZAÇÃO E REPRESENTAÇÃO DA INFORMAÇÃO	60
3.3.1	A Organização e Recuperação da Informação na <i>Web</i>	67
3.3.2	Tratamento da Informação em Documento Televisual no Ambiente de TV	82
4	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	92
4.1	AÇÕES DESENVOLVIDAS DURANTE AS ETAPAS DA PESQUISA	93
5	APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS	98
5.1	LIMITAÇÕES DA PESQUISA.....	113
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	114
	REFERÊNCIAS	118
	APÊNDICES	131
	APÊNDICE A – Formulário para coleta de dados	132
	APÊNDICE B – Formulário para coleta de dados preenchido.....	134

APÊNDICE C – As 15 regras para avaliação de portais de Eckerson.....	135
APÊNDICE D – As 10 heurísticas de Nielsen.....	136
APÊNDICE E – Relação das universidades federais	137
APÊNDICE F – Relação das universidades estaduais e municipais.....	140
APÊNDICE G – Relação das universidades públicas com produção televisual e respectivos <i>sites</i>	142
ANEXOS	144
ANEXO 1 – TV Campus – Universidade Federal de Santa Maria	145
ANEXO 2 – TV Universitária - Universidade Federal do Triângulo Mineiro	145
ANEXO 3 – FURG TV - Universidade Federal do Rio Grande	146
ANEXO 4 – TV Olhos D'Água - Universidade Federal de Feira de Santana	146
ANEXO 5 – TV UEL - Universidade Estadual de Londrina.....	147
ANEXO 6 – TV UEM - Universidade Estadual de Maringá.....	147
ANEXO 7 – TV UERJ - Universidade Estadual do Rio de Janeiro	148
ANEXO 8 – TV UFAM - Universidade Federal do Amazonas	148
ANEXO 9 – TV UFBA - Universidade Federal da Bahia.....	149
ANEXO 10 – TV Universitária - Universidade Federal do Ceará.....	149
ANEXO 11 – TV UFG - Universidade Federal de Goiás	150
ANEXO 12 – TVU - Universidade Federal de Mato Grosso do Sul	150
ANEXO 13 – TV Universidade - Universidade Federal de Mato Grosso	151
ANEXO 14 – TV UFPB - Universidade Federal da Paraíba	151
ANEXO 15 – UFPR TV - Universidade Federal do Paraná	152
ANEXO 16 – UFRGS TV - Universidade Federal do Rio Grande do Sul	152
ANEXO 17 – WEBTV - Universidade Federal do Rio de Janeiro	153
ANEXO 18 – TV UFSC - Universidade Federal de Santa Catarina.....	153
ANEXO 19 – TV Viçosa - Universidade Federal de Viçosa.....	154
ANEXO 20 – UNBTV - Universidade Federal de Brasília.....	154
ANEXO 21 – WEBTV.UNEB - Universidade do Estado da Bahia	155
ANEXO 22 – TV UNESP - Universidade Estadual Paulista.....	155
ANEXO 23 – RTV UNICAMP - Universidade de Campinas	156
ANEXO 24 – TV USP - Universidade de São Paulo.....	156
ANEXO 25 – TVU.RN - Universidade Federal do Rio Grande do Norte.....	157
ANEXO 26 – TV Universitária - Universidade Federal de Uberlândia	157
ANEXO 27 – UNITEVÊ - Universidade Federal Fluminense	158
ANEXO 28 – UNITV - Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre	158

1 INTRODUÇÃO

A informação é uma necessidade que se desenvolve no indivíduo e, é causada por fatores sociais e culturais (HJØRLAND, 2002). Reforçando essa ideia, encontra-se o argumento de Buckland (2011), quando afirma que o uso da informação e o comportamento informacional estão relacionados com o indivíduo que deseja e precisa ser informado.

Com o decorrer dos tempos, evoluiu-se para a sociedade da informação e, com o advento da internet, vive-se interligado com o mundo por intermédio da rede de computadores. Cada vez mais se busca informações e conhecimentos, pois, quanto mais informadas as pessoas estiverem, mais críticas e mais habilitadas elas estarão para enfrentar os desafios do cotidiano. Miranda (2005, p. 26) considera que a realidade contemporânea “permitiu a eliminação das fronteiras e das barreiras para o acesso ao conhecimento produzido pela humanidade”.

Tendo como base os conhecimentos adquiridos por meio das informações assimiladas, o homem contemporâneo vem sofrendo uma evolução natural, a qual permite avanços comportamentais incontestáveis do ponto de vista do desenvolvimento das tecnologias da informação. As inovações tecnológicas e os novos recursos informacionais cumprem um papel fundamental nas atuais exigências de integração universal das pessoas, não apenas como parte da infraestrutura física, mas, também, como principal meio de divulgação e promoção do poder criador e do modelo de vida desse homem atual.

As Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC) se fazem presentes nessa evolução natural do homem e, neste processo, a televisão, assim como a internet, desempenha papel de fundamental importância, fazendo com que as informações estejam presentes em todas as partes e com rapidez, para serem acessadas e utilizadas a qualquer momento. É inegável o fato de a televisão ter se transformado, durante a sua trajetória, no principal meio de comunicação para a grande maioria dos brasileiros, devido à sua ampla cobertura e sua penetração em todas as camadas da população sendo, também, a principal fonte de informação e entretenimento para milhões de pessoas em todo o país.

As Instituições de Ensino Superior (IES) produzem conhecimentos o tempo todo e, objetivando cumprir a missão social que lhes compete, utilizam-se de alguma

forma de comunicação com a sociedade para a disseminação dessas informações. Porém, manter a comunidade informada de todos os acontecimentos da instituição não é uma tarefa fácil.

Com a publicação da Lei Federal n.º 8.977 (BRASIL, 1995), popularmente conhecida como Lei do Cabo, que autoriza a criação, dentre outros, de canais de televisão nas IES – as chamadas TVs universitárias (TVU) –, parte dos problemas de comunicação entre a instituição e a sociedade foi, aparentemente, resolvido. Entretanto, se por um lado a criação dos canais foi facilitada pela promulgação da Lei, por outro, as dificuldades financeiras vividas pelas instituições impedem a colocação desses canais no ar, seja por VHF¹, por UHF² ou mesmo por meio das TVs por assinatura, restando, dessa forma, a internet como forma alternativa de divulgação do conteúdo. Melhor explicando: existe, na instituição, a produção televisual; no entanto, não há um canal de transmissão estruturado para difusão desse material; conseqüentemente, a utilização da internet é o principal meio de divulgação da produção por grande parte dos canais existentes nas universidades públicas brasileiras.

Vivenciando todas essas vicissitudes como funcionário de uma TV Universitária, uma questão, em especial, nos impele à reflexão e nos motivou para a realização desta pesquisa. Tal questão diz respeito à forma como a informação está disponibilizada nos *sites* das TVs universitárias. Vale ressaltar que, para se atingir os objetivos almejados pelas TVs, bem como pelas IES que mantêm o canal, no que diz respeito à divulgação de seus conteúdos, as informações devem estar disponibilizadas nas páginas *on-lines* de maneira organizada, possibilitando facilidade e rapidez no acesso. Um *site* bem estruturado proporciona agilidade na busca das informações desejadas, corroborando a democratização da informação e minimizando os ruídos da comunicação.

O presente estudo se caracteriza como uma pesquisa fundamentada em estudos da área da Ciência da Informação e apresenta como temática a organização da informação em *sites* de televisão universitária de universidades públicas brasileiras. Vale salientar que serão considerados, para efeito da pesquisa, somente

¹ Sigla para o termo inglês *Very High Frequency* (Frequência Muito Alta), que designa a faixa de radiofrequências de 30 a 300 MHz.

² Sigla para o termo inglês *Ultra High Frequency* (Frequência Ultra Alta), que designa a faixa de radiofrequências de 300 MHz até 3 GHz.

os *sites* utilizados como canal de divulgação do material televisual produzido pelas instituições e que estejam alocados nos seus respectivos portais. Dito de outra forma, páginas disponibilizadas em plataformas como *YouTube* e *Facebook*, por exemplo, não serão consideradas.

Nesta pesquisa, será adotado o termo televisual para definir o material publicado nos *sites* das TVs universitárias. Segundo definição de Amaral (2014), o termo televisual se refere a todo o material produzido e veiculado pelo medium televisão, envolvendo conceitos de linguagem desenvolvidos por e para o medium TV e transposto para o ciberespaço, o ambiente virtual da *web*. Ainda para Amaral (2014), embora impliquem no sentido da visão e da audição (audiovisual), os materiais produzidos e veiculados pelo medium televisão envolvem elementos específicos, tanto imagéticos quanto auditivos, que contribuem para a composição de uma linguagem característica e diferenciada, como ocorre em outros media audiovisuais, como o cinema e a fotografia. Serão mantidos os termos originais, usados pelos autores nos textos em citações diretas.

1.1 PROBLEMA

Com a publicação da Lei n.º 8.977 (BRASIL, 1995), criou-se, então, um ambiente legal para que as IES, além de outras entidades³, pudessem criar seus canais de TVU de utilização gratuita, que serviria de ponte entre a divulgação científica e as comunidades. Esse sistema de TV proliferou pelo país de forma bastante acelerada (RAMALHO, 2010).

Ainda segundo Ramalho (2010, p. 43), quando da discussão da mencionada lei, a principal reivindicação por parte das entidades envolvidas era a garantia não apenas dos canais básicos de utilização gratuita, mas também da destinação de um percentual do faturamento das operadoras de TV por assinatura, para compor um fundo que iria garantir recursos para a operacionalização desses canais, inclusive no que diz respeito às formas de transmissão/divulgação da produção. Infelizmente, isso não aconteceu. Os canais de acesso foram concedidos, mas o fundo não foi aprovado pelo Congresso Nacional.

³ Associação Brasileira de Vídeo Popular, Fórum Nacional de Democratização da Comunicação, entidades estudantis da sociedade civil, entre outros.

Em 2008, a Lei nº 11.652 (BRASIL, 2008) constituiu a Empresa Brasileira de Comunicação (EBC), e novamente se tentou resolver o problema da falta de recursos para a operacionalização desses canais com a criação da contribuição para o fomento à radiodifusão pública, que seria cobrada sobre o setor de telecomunicações pelos serviços de fiscalização realizados pela Anatel. Entretanto, as empresas de telefonia imediatamente entraram com recursos judiciais, resultando em liminares que impediram a cobrança dessa taxa.

Sem recursos provenientes de financiamento público, com a impossibilidade de veiculação de material publicitário⁴ e sem muitas opções de patrocínios, a não ser pelo apoio cultural, os canais que possuem o caráter de TV pública, em especial os canais universitários, têm sido mantidos com recursos da própria instituição que os detêm. Dessa forma, e considerando que os recursos disponíveis nas instituições são cada vez menores, as perspectivas de que uma TVU possa assumir um desses canais junto às empresas de TV por assinatura estão cada vez mais distantes. Diante disso, um dos caminhos encontrados para o processo de difusão da produção gerada foi a divulgação via internet, por meio de *sites* nos portais das instituições onde estão inseridos os canais.

Se, por um lado, a criação de *sites* foi a saída encontrada para essa situação de emergência, por outro, os problemas financeiros continuaram a incomodar as TVs universitárias pois a falta de recursos também é fator presente nas áreas de tecnologia e engenharia da informação da maioria das universidades públicas do país, o que resulta em soluções que muitas vezes não respondem às expectativas do usuário. Outro fator a ser registrado é a falta de pessoal da área da informação para orientar a organização, a representação e a forma de recuperação da informação nesses espaços informacionais especializados.

As deficiências de um *site* podem ter várias causas. Uma delas está relacionada com o objetivo geral: “[...] o objetivo geral do *website* pode estar mal definido, levando o *website* a enfatizar aspectos que não são importantes” (FONSECA; FONSECA, 2005, p. 232). Outro aspecto indicado pelos autores diz respeito às questões técnicas de caráter operacional e de uso, que podem dificultar a utilização adequada do *site*. Dessa forma, alguns elementos são essenciais para

⁴ Conforme Decreto nº 5.396, de 21 de março de 2005 (BRASIL, 2005).

que se obtenham bons resultados, a saber: estratégia, organização, conteúdo, desenho, interatividade, aspectos técnicos e processo de suporte.

No que diz respeito à organização mencionada por Fonseca e Fonseca (2005), entende-se, para efeito do estudo, se tratar da organização da informação. A organização sempre fez parte do cotidiano das pessoas. Desde os primórdios da humanidade, sempre houve uma busca por ordenamento e agrupamento, assim como pela identificação de padrões. Diante disso, pode-se afirmar que a organização da informação é tão significativa quanto a própria informação; além disso, “Informação acumulada, sem organização, não é nada mais do que um conjunto de informações que ‘nada dizem’.” (SMIT, 2009, p. 62, grifos da autora). Ainda segundo Smit (2009), a organização da informação constitui o “núcleo duro” da área da Ciência da Informação (CI), concorrendo substancialmente para a constituição de sua identidade.

O processo de organização da informação, acima de tudo, tem o objetivo de possibilitar o acesso ao conhecimento contido na informação (BRÄSCHER; CAFÉ, 2008). Svenonius (2000) afirma que a informação pode ser organizada por meio da descrição que possua, em seu enunciado, propriedades de um objeto ou das relações deste objeto com outros que o identificam. Dito de outra maneira, a organização da informação compreende um processo que envolve a descrição física e de conteúdo dos objetos informacionais, dentre outros, textos, imagem, registros sonoros, representações cartográficas e páginas *web*. “O produto desse processo descritivo é a **representação da informação**, entendida como um conjunto de elementos descritivos que representam os atributos de um objeto informacional específico” (BRÄSCHER; CAFÉ, 2008, p. 5, grifo das autoras).

Com base no que foi exposto e considerando a definição de TVU “[...] como sendo uma produtora audiovisual da universidade que oferece uma programação periódica inédita, independentemente de sua capacidade de produção ou plataforma de distribuição” (PRIOLLI; PEIXOTO, 2004, p. 5); Levando-se em conta ainda que a principal forma de divulgação da produção das TVs universitárias atualmente é por intermédio da internet; e considerando, ainda, a importância da organização da informação no processo de acesso e recuperação, apresenta-se como questão de investigação averiguar: de que maneira a informação está sendo disponibilizada nos

sites das TVs universitárias e qual a forma de organização e representação desta informação?

1.2 JUSTIFICATIVA

Desde as primeiras emissões no Brasil, no início da década de 1950, a televisão evoluiu muito na técnica, na tecnologia e na linguagem da produção e da pós-produção, “[...] a televisão atravessou o século XX baseada em um único modelo de negócios produzindo entretenimento, informação e, porque não, cultura” (AMARAL, 2004, p. 37).

A TVU está presente no Brasil desde 1969, com a inauguração da TV Universitária de Pernambuco. Entretanto, somente depois de 1995, com a Lei do Cabo (BRASIL, 1995), as operadoras de TV por assinatura passaram a disponibilizar os canais básicos de utilização gratuita para a utilização de TVs universitárias e outras de cunho público, educativo e cultural. A partir dessa Lei, o sistema universitário de TVs cresceu, até 2011, mais de 700%. Nenhum outro segmento de televisão cresceu tanto, principalmente em se tratando do ‘campo público de televisão’, que engloba as demais emissoras voltadas para o interesse público, como as legislativas, educativas e comunitárias (RAMALHO, 2011, p. 16).

Como conceito de TVU, para efeito deste estudo, adotou-se a definição utilizada pela Associação Brasileira de Televisão Universitária (ABTU):

A Televisão Universitária é aquela produzida no âmbito das IES ou por sua orientação [...] Uma televisão feita com a participação de estudantes, professores e funcionários; com programação eclética e diversificada, sem restrições ao entretenimento, salvo aquelas impostas pela qualidade estética e a boa ética. Uma televisão voltada para todo o público interessado em cultura, informação e vida universitária, no qual prioritariamente se inclui, é certo, o próprio público acadêmico e aquele que gravita no seu entorno: familiares, fornecedores, vestibulandos, gestores públicos da educação, etc. (PRIOLLI; PEIXOTO, 2004, p. 5).

Envolvendo instituições de todas as categorias, segundo Ramalho (2011, p. 27), o Brasil possuía, em 2010, 151 TVs universitárias. Em pesquisa realizada, em julho de 2014, nos portais das 102 universidades públicas brasileiras, constatou-se a presença de produção de material televisual em 43 delas. Dessa forma, o *corpus*

deste trabalho será constituído por 43 TVs universitárias ligadas às IES em nível federal, estadual e municipal.

Como resultado deste estudo pretende-se, por intermédio da fundamentação teórica da Ciência da Informação, trazer, como contribuição para a área, um estudo teórico-metodológico sobre a organização da informação nos *sites* de televisão universitária, servindo de base para novas pesquisas, bem como fornecendo aos profissionais envolvidos um suporte teórico que poderá subsidiar iniciativas e novas decisões, objetivando, especialmente, a criação de *sites* mais adequados, que privilegie uma melhor organização da informação, de forma a atingir os objetivos da TVU e da instituição onde o canal está inserido.

O estudo tem como justificativa os aspectos positivos da organização da informação que compreende, além de outras características, a organização de um conjunto de objetos informacionais, arranjando-os sistematicamente em coleções; neste caso, tem-se a organização da informação relacionada com a organização do conteúdo informacional dos *sites* das TVs universitárias em estudo, buscando melhorias no processo de armazenagem e recuperação da informação (BRACHER; CAFÉ, 2008).

A presente pesquisa se justifica, também, pela carência de estudos realizados no campo da Ciência da Informação que contemplem a análise da organização das informações presentes nos *sites* das TVs universitárias.

Os estudos que têm por finalidade a análise da organização da informação em *sites* de vários segmentos na *web* constituem-se em tema relevante no campo da pesquisa científica e continuam sendo alvo de investigação para muitos pesquisadores que buscam esclarecer a importância desses espaços informacionais para a Ciência da Informação e para a sociedade em geral.

1.3 OBJETIVOS

Considerando que a informação, segundo Castells (1999, p. 573) representa “o principal ingrediente de nossa organização social, e os fluxos de mensagens e imagens entre as redes constituem o encadeamento básico de nossa estrutura social” e, ainda, por meio da discussão das técnicas e conceitos emanados da Ciência da Informação, mais especificamente no campo da Organização e

Representação da Informação, objetiva-se com este estudo contribuir para a melhoria do diálogo entre universidade e sociedade, aprimorando o processo de disseminação, pelas TVs universitárias, da informação gerada no âmbito acadêmico. Dessa forma, delineou-se como objetivo geral desta pesquisa, investigar as estruturas de organização da informação nos *sites* das TVs universitárias brasileiras ligadas às IES em nível federal, estadual e municipal, sendo os objetivos específicos, os seguintes:

- Identificar as universidades federais e estaduais brasileiras que produzem material televisual e utilizam *sites* para a divulgação destes conteúdos;
- Averiguar como as informações estão representadas nos *sites* das TVs universitárias; e
- Comparar o modo de organização da informação dos *sites* das TVs universitárias.

1.4 ESTRUTURA DO TRABALHO

As seções desta pesquisa encontram-se estruturadas da seguinte forma: a introdução, que busca situar o leitor sobre os temas tratados no decorrer do trabalho, a identificação do problema e a justificativa para a realização do estudo; também são apresentados o objetivo geral e os objetivos específicos. A segunda seção contextualiza o papel da televisão na vida do homem contemporâneo e enfatiza a presença da TV universitária no âmbito das instituições de ensino superior e a contribuição que esse veículo de comunicação presta às universidades. Faz-se, ainda, nessa seção, uma análise circunstancial da dimensão que a informação alcança na vida do homem e no contexto da TV universitária, pois, sem a informação, nem o homem nem a televisão sobreviveriam.

A terceira seção contempla definições e a utilização da internet como instrumento de divulgação e disseminação da informação. Disserta-se sobre o conteúdo e a organização informacional existente nos *sites* e apresenta os tipos de documentos presentes na *web*, atualmente. Discute-se, fundamentado nos conceitos da CI, sobre a informação e como, por meio dos elementos e instrumentos de

representação, inclusive em documentos televisuais no ambiente de TV e na *web*, a organização opera, auxiliando de forma determinante no processo de recuperação da informação.

Na quarta seção, são apresentados os procedimentos metodológicos que foram adotados para o desenvolvimento do estudo, envolvendo, além da investigação bibliográfica para o levantamento do referencial teórico, as técnicas e recursos que foram utilizados para a construção da pesquisa por meio da observação da estrutura de organização da informação, junto aos *sites* das TVs universitárias, conforme previsto nos objetivos geral e específicos. Os resultados são analisados e discutidos na quinta seção, buscando compreender a situação atual da organização da informação nos *sites* das TVs universitárias.

Finalizando, são apresentadas as considerações a respeito do que foi observado por meio da investigação e apontando os pontos positivos e negativos detectados.

Nas referências, estão listadas as fontes que possibilitaram uma identificação das relações entre a televisão universitária, os *sites* dispersos na internet e os modos de organização da informação nesses espaços informacionais tão presentes na vida do homem atual, bem como subsidiaram a fundamentação teórica para o desenvolvimento e a conclusão do estudo.

2 TELEVISÃO UNIVERSITÁRIA NO BRASIL

A TV universitária é o segmento de TV mais recente dentro do sistema de TV brasileiro e é, também, o que mais cresce em termos quantitativos. Assim, no intuito de apresentar a TV universitária ao leitor, discorre-se neste tópico sobre o sistema de televisão brasileiro e, a partir do conceito de televisão, traça-se um panorama sobre a evolução do sistema no Brasil, dando ênfase à TV universitária.

2.1 TELEVISÃO

A televisão é o fruto do avanço da tecnologia que se converteu em parte fundamental de nossa vida diária. Ela exerce grande influência em nossas formas de construir símbolos, bem como em nossos meios de construção de comunidades de sentido. Conforme afirma Rincón (2002, p. 14), “[...] sem a televisão, nós também não poderíamos viver, porque ela é necessária para a vida, já que gera conversa social, muito dia-a-dia simbólico e mundos paralelos para desfrutar e imaginar”. Ela é considerada uma janela através da qual o mundo é descortinado em tempo real ou em cenas do cotidiano, gravadas, veiculadas e reprisadas à exaustão bem ali ao alcance dos olhos, atijando a sensibilidade, a imaginação e a inteligência do sujeito. Nessa vitrine de acontecimentos, atos e fatos se sucedem, concretos, dispersos e até inexplicáveis. São imagens fragmentadas – muitas vezes, incompreensíveis – de um mundo distante ou de uma realidade bem próxima, que nos emociona, nos diverte ou nos estarrece.

A televisão, na sua essência, é compreendida como um sistema de distribuição televisual, de caráter predominantemente doméstico, onde coexistem vários dialetos audiovisuais, mensagens heterogêneas (notícias, filmes, esportes, telenovelas, seriados, documentários, entre outros) e cuja singularidade intrínseca é constituída pela sua natureza direta, por essa simultaneidade entre emissão e recepção do programa (RINCÓN, 2002).

Considerando todos os contextos em que o termo pode ser utilizado, Machado (2001, p. 19) argumenta: “‘Televisão’ é um termo muito amplo, que se aplica a uma gama imensa de possibilidades de produção, distribuição e consumo de imagens e sons eletrônicos [...]”. Inclui-se, aqui, aquilo que ocorre nas grandes

redes comerciais, estatais e intermediárias, sejam elas nacionais ou internacionais, abertas ou pagas, abrangendo até o que acontece nas pequenas emissoras locais ou mesmo o que é produzido de forma independente ou por grupos de intervenção em canais de acesso público.

A evolução da tecnologia permitiu que a pequena emissora local pudesse se filiar a outras, formando redes e separando a produção da difusão. Neste esquema televisivo, que predomina até hoje, a emissora-mãe, denominada cabeça de rede, é a emissora produtora, e as demais são chamadas de emissoras afiliadas, pois apenas retransmitem a programação ou produzem muito pouco. Nesse conceito de rede, uma “cabeça” produtora gera e fornece a programação para várias retransmissoras. Para Amaral (2004, p. 37-38), a concentração dessas redes, transmitindo em sinal aberto VHF, criou o sistema de TV convencional conhecido como *Broadcast*, ou seja, “[...] um sistema *one way*, com um ponto produtor-emissor, transmitindo para vários pontos receptores ao mesmo tempo, é o conceito de um para muitos, tão característicos da TV tradicional.”

Ao somar-se à publicidade, que tinha como objetivo atingir um número maior de consumidores para o produto anunciado e, com isso, alavancar a captação de recursos para bancar os custos de produção de TV, geralmente muito alto, a televisão convencional, elitista em seus primeiros tempos, vira comercial e transforma-se na TV de massa tão discutida, analisada e criticada do século XX, principalmente no Brasil (AMARAL, 2004).

Rincón (2002) afirma que a televisão se transformou, no decorrer dos tempos, no “meio de comunicação de massas mais autêntico, posto que atinge a todos de maneira igual”. Mais adiante, acrescenta, ainda, que “A televisão busca o entretenimento como proposta potencial comunitária universal, como epicentro cultural de nossas sociedades” (RINCÓN, 2002, p. 19).

De acordo com o que foi exposto e, dado que a TV existe, emociona e seduz, está presente em todos os lugares, culturas e rotinas, constituindo-se em poderoso instrumento de disseminação da informação e do conhecimento, é papel dos pesquisadores tentar compreendê-la na sua ação social e no seu efetivo poder de comunicação, transformando-a em um dispositivo cada vez mais adequado aos nossos anseios sociais e culturais.

A televisão comercial tem seu início no Brasil no dia 18 de setembro de 1950, em São Paulo (SP), com a inauguração da TV Tupi, de propriedade de Assis Chateaubriand e Bandeira de Melo. O espetáculo “Show da Taba”, apresentado por Homero Silva, com música, humorismo, dança e dramaturgia, deu início às transmissões do sistema de televisão brasileiro, evento que pôde ser visto por intermédio de 200 aparelhos receptores que foram importados por Chateaubriand e instalados na cidade (RAMALHO, 2005, p. 24).

Foi durante o chamado Estado Novo, logo depois da Segunda Grande Guerra, que aconteceu uma significativa expansão da atividade industrial no Brasil, influenciando de maneira positiva a economia. Este período foi caracterizado pela orientação, por parte do governo, para que o país adotasse uma política nacionalista de substituição das importações pelos bens produzidos internamente, que se transformou em um fator facilitador para a implantação da televisão.

Outro ponto relevante na história brasileira que muito contribuiu para o crescimento da TV foi o golpe de Estado ocorrido em 31 de março de 1964, que tinha como uma de suas principais diretrizes, a partir daquele momento, a Lei de Segurança Nacional, a qual previa, entre outros, a construção de um espírito nacional baseado na preservação de crenças, cultura e valores brasileiros. A fim de alcançar esses objetivos, o regime precisava de meios para disseminar as ideias e a televisão, que apresentava um potencial de mobilização forte, foi muito utilizada; em contrapartida, ela se beneficiou de toda a infraestrutura criada para as telecomunicações na época (MATTOS, 2009).

No final dos anos de 1950, o Brasil já contava com seis emissoras de televisão em operação; entretanto, a necessidade de importação dos aparelhos receptores e o seu alto custo criavam obstáculos para que o mercado se expandisse. Somente as classes mais abastadas tinham condições de adquirir o receptor de TV. Quando o Brasil passou a produzir os aparelhos internamente, os custos baixaram, favorecendo a penetração da televisão em todas as regiões do país, tornando cada vez maior sua popularidade e sua influência, o que se reverteu em investimentos publicitários, que financiaram grande parte da estruturação do setor.

Em decorrência, pode-se afirmar que o modelo de televisão sedimentado no Brasil soube aproveitar as oportunidades, unificando o país no plano do imaginário,

trabalhando sobre alicerces frágeis, marcados por desencontros, rupturas e abismos sociais. Nesse sentido, Bucci (1997, p. 13) afirma que a televisão

Conseguiu que um país desunido (real) se visse (se imaginasse) unido. Mas esse alicerce, ainda que condenado à escuridão, não cessa de existir. Ele se move e projeta suas dilacerações para o plano que se vê na TV. Ele é pressuposto da TV: sem ele, ela não existiria; ao mesmo tempo, se não fosse a TV, aquele alicerce não teria para onde se mover. [...] Ela é a assembleia permanente do Brasil – que lança faíscas sobre os guetos escuros e que por eles é às vezes assaltada. Ela também deixa que sua luz escorra para as privacidades (os bastidores, as alcovas e as ruelas que existem nos subterrâneos e na periferia da grande assembleia) e ensina o telespectador a desfrutar de intimidades que ele mal sabe que existe.

Se, por um lado, a televisão uniu o país em volta de um mesmo objetivo, por outro, a população se distanciou entre si e, também, dos espaços públicos. A conversa pessoal e a troca e renovação de informações deram lugar à tela da TV, uma janela através da qual é possível saber de tudo, de qualquer lugar e a qualquer hora, desde uma receita de culinária até os fatos que sacodem o mundo, como um atentado nos EUA, a queda de um avião, a final de uma Copa do Mundo de futebol, ou o lançamento de um filme. A televisão se transformou, no decorrer da sua trajetória, na principal fonte de informação e entretenimento e é, desde os anos de 1970, um precioso instrumento de influência econômica, cultural e ideológico para os brasileiros (BUCCI, 1997).

2.2 TELEVISÃO PÚBLICA

O conceito de televisão pública surgiu na Europa, também após a Segunda Guerra Mundial. Pessoas ligadas às artes e intelectuais tinham plena convicção de que a televisão constituía-se em um precioso instrumento de interpelação das maiorias e de convocação para a reconstrução da identidade nacional, especialmente nos países mais enfraquecidos pela guerra. Conforme Martín-Barbero (2002, p. 54), “a primeira televisão pública estará marcada na Europa por uma concepção elitista e um viés voluntarista: os intelectuais e artistas acreditam saber o que as massas precisam, e com isso recriam a cultura nacional”.

No Brasil a televisão pode ser distinguida em várias categorias: comercial; pública; estatal; educativa; comunitária ou universitária. Em um primeiro momento,

essa diferenciação se obtém levando-se em conta seus respectivos objetivos. A TV comercial visa ao lucro; a pública está preocupada com o bem-estar social; a estatal está a serviço do governo; a educativa tem compromisso com os princípios pedagógicos; a comunitária pressupõe a participação de organizações da comunidade e, por fim, a TV universitária tem como principal característica o seu aspecto formativo que reúne particularidades das emissoras públicas e das educativas. Em decorrência, para se entender a TV universitária, *lócus* desta pesquisa, faz-se necessário entender também os conceitos e funcionamento das tevês públicas e educativas no Brasil.

Na América Latina, bem como no Brasil, o sistema público de televisão surgiu na década de 60, quando grande parte dos países vivia sob regimes autoritários ou até ditatoriais e dependia exclusivamente de recursos financeiros oriundos do Estado, de quem recebiam orientações expressas e diretrizes que deveriam ser incondicionalmente obedecidas (RAMALHO, 2010).

Apesar das diferenças aqui apontadas, com relação às TVs, Otondo (2002, p. 285) afirma: “[...] no Brasil não existe a figura jurídica da televisão pública, cujas divisões estão entre a TV comercial e a TV educativa cultural”. Os primeiros programas educativos foram levados ao ar pela televisão comercial, em cumprimento às exigências do Governo. Ainda segundo Otondo (2002), a Secretaria de Educação de São Paulo utilizava, na época da então TV Tupi – de caráter comercial – quatro horas diárias para transmissão de programação educativa.

As discussões e decisões para a implantação de uma televisão pública no Brasil acontecem na década de 1960, durante o governo militar. Dessa forma, a sua criação não se deu visando a sanar a demanda por informação, entretenimento e cultura, mas com objetivos estratégicos de massificação da educação. Naquela época, o analfabetismo atingia quase a metade da população brasileira; assim, buscando minimizar esse problema, o Governo utilizou os recursos da televisão acreditando que, por meio dela, pudesse atingir as populações excluídas do sistema oficial e atenderia à procura, cada vez maior, por essa educação, já que o país estava em crescimento e a industrialização encontrava-se em fase acelerada, criando a necessidade cada vez maior de mão de obra qualificada (CARVALHO, 2013).

A primeira televisão educativa brasileira nasceu em 1967, quando a Universidade Federal de Pernambuco, em parceria com o Governo do Estado, recebeu do Governo Federal a concessão de um canal educativo, criando, assim, a TV Universitária de Recife. A iniciativa foi possível com a edição da Lei n.º 5.198, de 3 de janeiro de 1967 (BRASIL, 1967a), que promoveu a criação, sob a forma de Fundação, do Centro Brasileiro de TV Educativa (FCBTVE), e do Decreto-Lei nº 236, de 28 fevereiro 1967 (BRASIL, 1967b). Desse modo, era institucionalizada a política que viabilizaria a expansão das TVs educativas no Brasil⁵.

As emissoras educativas não apresentavam uma programação homogênea e os altos custos dos programas produzidos, como os telecursos, se transformaram em obstáculos para o estabelecimento de uma rede estável, nos moldes em que as emissoras comerciais estabeleceram. O resultado dessa situação foi que a maioria das emissoras prosperou somente como instrumento político de grupos locais

Até o início do século XXI, muitas das dificuldades enfrentadas acabaram obrigando as emissoras educativas a se unirem em torno de uma associação, a Associação Brasileira das Emissoras Públicas, Educativas e Culturais (ABEPEC), que gerou as condições favoráveis à criação da Rede Pública de Televisão (RPTV), com o propósito de consolidar uma programação de qualidade única para todas as associadas, possibilitando a adoção de uma grade diversificada de programas, fora daquele padrão estritamente educativo das emissoras pioneiras, dando ênfase aos conteúdos jornalístico, cultural, infantil e de entretenimento. Assim, “a valorização do entretenimento, dos valores culturais e da informação jornalística são os novos ingredientes para a velha forma de educação pela televisão” (LUZ, 2010, p. 34).

A abertura de outros caminhos e o desenrolar de novos interesses pela possibilidade de mudança na programação da Televisão Pública denota o desejo de democratização das novas oportunidades de acesso à informação e aos programas de melhor nível cultural da população.

A TV Pública se configura, assim, como um dispositivo de acesso estratégico para o contato da população com uma quantidade enorme de bens e serviços culturais, constituindo-se em um canal privilegiado para a valorização e a universalização do patrimônio simbólico nacional. Nesse sentido, a rede de

⁵ Neste período, cerca de 9 emissoras educativas foram criadas no país: TVE Amazonas, TVE Ceará, TVE Espírito Santo, TVE Maranhão, TVU de Pernambuco, TVE Rio de Janeiro, TVU Rio Grande do Norte, TVE Rio Grande do Sul e TV Cultura São Paulo.

emissoras públicas se apresenta como opção de considerável potencial, como veículo difusor da produção televisual proveniente dos distintos agentes culturais da sociedade, assegurando a expressão da diversidade cultural e a prática da democracia (SENNA, 2006).

Desde sua criação no Brasil, três problemas estruturais graves acabaram por levar ao fracasso o modelo inicialmente adotado pela TV Pública e que, de certa forma, ainda persiste: independência, conteúdo e investimento. “A independência da TV pública depende da independência da estrutura jurídica institucional que a constitui.” (LIMA, J., 2003, p. 66). Tal independência jurídica desembaraça a Televisão Pública tanto das regências comerciais quanto das burocracias do governo. Para isso, os esforços para um acordo nacional, que incluía a soma dos acordos entre o poder legislativo e o Estado são de grande importância para a sobrevivência do sistema no país (LIMA, J., 2003).

2.3 TELEVISÃO UNIVERSITÁRIA

As IES no Brasil classificam-se em públicas e privadas. As instituições públicas são “criadas ou incorporadas, mantidas e administradas pelo Poder Público”, e as privadas “mantidas e administradas por pessoas físicas ou jurídicas de direito privado” (BRASIL, 2002, p. 1). Estas instituições obedecem à Constituição Federal (BRASIL, 1988) e seguem as diretrizes estabelecidas pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) (BRASIL, 1996).

O sistema federal de ensino superior tem autoridade sobre todas as instituições privadas, demais escolas federais e sobre a rede de universidades. O Ministério da Educação (MEC), por intermédio de sua estrutura regimental e administrativa, responde pela política nacional de educação em geral. A Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), órgão vinculado ao MEC, é responsável pela expansão, consolidação, avaliação e reconhecimento dos cursos de pós-graduação. No âmbito acadêmico, as IES são classificadas em: faculdades, centros universitários e universidades, conforme disposto no Quadro 1.

Quadro 1 – Classificação das Instituições de Ensino Superior conforme a organização acadêmica

Classificação	Característica
Faculdades	Instituições que não cobrem todas as áreas do conhecimento humano e não são obrigadas a desenvolver pesquisas.
Centros universitários	Instituições pluricurriculares que se caracterizam pela excelência do ensino oferecido, comprovada pelo desempenho de seus cursos nas avaliações coordenadas pelo Ministério da Educação, pela qualidade de seu corpo docente e pelas condições de trabalho acadêmico oferecidas à comunidade escolar. São instituições que não são obrigadas a desenvolver pesquisas.
Universidades	Caracterizam-se pela oferta regular de atividades de ensino, pesquisa e extensão em várias áreas do conhecimento humano. São instituições pluridisciplinar, de formação dos quadros profissionais de nível superior, de pesquisa de extensão e de domínio e cultivo do saber humano.

Fonte: Elaborado pelo autor. Fundamentado em Lima Filho (2011, p. 23).

O Quadro 1 apresenta a classificação das instituições de ensino superior presentes no Brasil, com suas respectivas características conforme determina a legislação vigente no país.

Dentre as instituições classificadas no Quadro 1, se encontram as universidades públicas, definidas pela Lei nº 9.394 (BRASIL, 1996), em seu artigo 52, como “[...] instituições pluridisciplinares de formação dos quadros profissionais de nível superior, de pesquisa, de extensão e de domínio e cultivo do saber humano [...]”. Essas universidades têm como missão: a geração, a disseminação e a socialização do conhecimento em elevados padrões de qualidade e equidade; o dever de formar profissionais nas diferentes áreas de conhecimento, valorizar o ser humano, a vida, a cultura e o saber; promover o desenvolvimento científico, tecnológico, econômico, social, artístico e cultural da sociedade; preservar e difundir valores éticos e de liberdade, igualdade e democracia; incentivar a solidariedade humana na construção da sociedade e na estruturação da vida e do trabalho; educar para a cidadania, estimulando a atuação coletiva e o conhecimento dos problemas do mundo atual (LIMA FILHO, 2011, p. 24 - 25).

Segundo Wanderley (1988, p. 11), a universidade é um lugar “privilegiado para conhecer a cultura universal e as várias ciências, para criar e divulgar o saber;

mas deve buscar uma identidade própria e uma adequação à realidade nacional”. A universidade situa-se na “[...] esfera da superestrutura, dentro da Sociedade Civil, mantendo vínculos com a Sociedade Política e a base econômica”. Acrescenta ainda que a universidade “Serve normalmente à manutenção do sistema dominante, mas pode também servir à transformação social.”

Ainda com base no entendimento de Wanderley (1988), o termo universidade está ligado a muitos outros como, por exemplo: cultura, ciência, ensino superior, pesquisa, autonomia, entre outros, que devem ser conjuntamente compreendidos. O autor acrescenta, ainda, que algumas funções da universidade, “como as de qualificar os mais aptos para as diversas profissões, diferenciar o saber científico e o pré-científico, a cultura erudita e a popular, tornar a universidade mais democrática, [...] e abri-la para as camadas mais vastas da população” (WANDERLEY, 1988, p. 7), mesmo que problemáticas, configuram ainda como objetivos a serem alcançados pelas universidades e, nesse sentido, as TVs universitárias desempenham indispensável papel, estreitando o diálogo entre a instituição e a sociedade por meio da divulgação do conhecimento desenvolvido no meio acadêmico.

Em consulta realizada ao sistema e-MEC, do Ministério da Educação ([s.d.]), constatou-se que há registros de 63 instituições de ensino superior em nível federal e 38 instituições em nível estadual, perfazendo um total de 101 universidades públicas ativas no país. Por meio do acesso, pela internet, ao portal destas 101 universidades, foi possível detectar também que 31 instituições federais e 12 estaduais possuem produção de televisão, difundida por intermédio de canais abertos (VHF e UHF), canais via TV por assinatura e pela internet. O percentual de universidades produzindo conteúdos televisual, em relação ao total das universidades existentes no Brasil, representa um índice aproximado de 43%, o que é bastante significativo para o contexto desta pesquisa.

Apesar de ter sido um processo demorado, a universidade brasileira reconheceu a importância da televisão como campo de pesquisa e, de forma bastante promissora, está abrindo suas portas para ela. Não está sendo um processo fácil, pois os estudiosos da academia buscaram, até então, sempre canalizar suas investigações para estudos mais amplos, abrangentes, como as descobertas antropológicas, as lutas de classes sociais, entre outros. Aqueles que

se dedicavam à cultura trabalhavam a indústria cultural, e a televisão entrava dividindo o espaço com os signos do cinema, das artes plásticas e até da propaganda (LEAL FILHO, 2006).

Nesse contexto, Ramalho (2010, p. 52) afirma: “Assim como é necessária a compreensão da importância da TV Pública pela sociedade, a TV universitária igualmente busca seu reconhecimento por parte da comunidade acadêmica.” A autora entende, ainda, que “Se esse meio quer dialogar com a sociedade, deve, primeiramente, comunicar-se com a sua comunidade.” Eis aqui um enorme desafio tanto para a universidade quanto para a TVU.

Um dos motivos que provocaram o distanciamento entre televisão e academia, segundo Ramalho (2010), foram, sem dúvida, as correntes teóricas que embasavam as pesquisas sobre comunicação no Brasil, iniciadas na década de 1950, que levavam em conta somente os aspectos quantitativos ligados à audiência e nunca uma avaliação qualitativa do conteúdo. No caso específico da televisão, a aferição atendia aos interesses do mercado publicitário e era geralmente realizada com a participação da iniciativa privada. As pesquisas de audiência, nesse contexto, possuem viés mercadológico, que busca identificar o desejo do telespectador a fim de alimentar a indústria da televisão e seus patrocinadores, “[...] é o que existe de mais desenvolvido no Brasil em detrimento de pesquisas de qualidade [...]” (RAMALHO, 2010, p. 52).

A primeira emissora educativa fundada no Brasil, como já mencionado, nasceu da concessão dada à Universidade Federal de Pernambuco. Em 1967, a TV Universitária de Recife, em atividade até hoje, tinha como principal missão promover a educação formal e tentar minimizar os problemas gerados pelo analfabetismo, que atingia mais da metade da população brasileira, e 50% dos habitantes encontravam-se em idade escolar (RAMALHO, 2010).

Apesar de a primeira TV ligada a uma universidade ter sido criada há quase meio século, não se pode, entretanto, dizer que a Televisão Universitária começou no Brasil naquela época. As emissoras operadas pelas IES no campo da radiodifusão (TV aberta, nas frequências VHF ou UHF), tanto hoje como antes, não apresentam ao seu público uma programação segmentada, especificamente universitária, compreendida como uma programação que revele os personagens, as atividades e os pontos de vista do mundo acadêmico. A vinculação dessas

emissoras com as universidades é, especialmente, administrativa e financeira, até porque, dadas às suas limitações de produção, a maior parte do conteúdo que compõe a sua grade são adquiridos por parcerias ou cedidos, sem custos, por outras estações da Rede Pública de Televisão.

Distinguir a TVU dentre as demais categorias de televisão é uma tarefa difícil, pois ela apresenta certo hibridismo na sua composição. Conceitualmente, ela traz as características das emissoras públicas e educativas, mas tem a peculiaridade de envolver, obrigatoriamente, a universidade, isso agrega a ela características de TV Pública e de Educativa. Ilustrando tal situação, toma-se como exemplo a primeira TV universitária brasileira: a TV Universitária de Recife. Porcello (2002, p. 41) afirma: “Na verdade, ela era universitária apenas no nome, pois sempre teve compromisso com a rede pública de TVs educativas”.

A partir da publicação da Lei Federal nº 8.977 (BRASIL, 1995), a Lei do Cabo, parte dessas dificuldades para categorização das emissoras foi resolvida. As TVs universitárias podem ser transmitidas por meio de sinal aberto, via satélite, via cabo, pela internet e em circuitos fechados. Para todas as situações, com exceção do suporte on-line, precisam de concessão do Governo Federal para funcionar e devem obedecer a legislações e regulamentações específicas (BACCO, 2010).

Priolli e Peixoto (2004) expõem que a TVU, no formato em que se encontra atualmente, originou-se do processo de segmentação da TV brasileira – iniciado em 1991, com a tecnologia do cabo – e se solidificou com a aprovação e promulgação da Lei Federal nº 8.977 (BRASIL, 1995), que nomeia como objetivos a promoção da cultura nacional e universal, a diversidade de fontes de informação, lazer, entretenimento e pluralidade política, e o desenvolvimento social e econômico do país. A referida lei estabelece, ainda, que as operadoras de TV a cabo devam reservar espaço para os chamados canais básicos de utilização gratuita para os segmentos das TVs educativo-culturais, das legislativas, das comunitárias e das universitárias que, juntas, compõem o campo público de televisão no Brasil.

Para Magalhães (2013, p. 8), são emissoras que colocam o interesse público como seu principal objetivo, e isso reflete de forma direta em uma programação de qualidade, cujo foco está voltado para a educação, a democratização e a diversidade da informação, a valorização da cultura e para a formação da cidadania, contemplando tanto a identidade nacional quanto os seus aspectos mais regionais

ou locais. Há, também, a busca pela reorganização da produção e a quebra do paradigma da “cabeça de rede”, onde é uma emissora nacional que dita a programação, sufocando as iniciativas locais.

No tocante à TV Universitária, ela é tida como a produtora de conteúdo televisual da universidade que disponibiliza uma programação periódica e constante, independente de sua capacidade de produção ou plataforma de distribuição. É a televisão “[...] produzida no âmbito das IES ou por sua orientação, em qualquer sistema técnico ou em qualquer canal de difusão, independente da natureza de sua propriedade” (PRIOLLI; PEIXOTO, 2004, p. 5).

As TVs universitárias são “uma modalidade nova de TV pública, ou quase pública, [...] já que o empreendimento é privado, mas o conteúdo editorial aproxima-se das televisões não comerciais.” (PORCELLO, 2002, p. 8-9). Devido ao vínculo mantido com a IES, o canal deve ser considerado como uma extensão do ensino superior, uma vez que possibilita o acesso democrático à informação do que se produz na instituição. Outro relevante enfoque a ser considerado reside na discussão acerca de qual deveria ser o modelo de televisão universitária a ser adotado no Brasil (RAMALHO, 2005).

Apesar do preconceito alimentado pela universidade brasileira contra a televisão durante muito tempo, nos últimos anos essa situação parece ter se resolvido e as IES passaram a acreditar no potencial dessa mídia para a difusão de informação, cultura, educação e cidadania. Essa mesma universidade brasileira que levou um longo tempo para aceitar que a televisão podia ser um objeto sério de pesquisa acadêmica, agora inverte o jogo dando um salto em seu processo de entendimento do fenômeno televisual e se põe ela mesma, a fazer TV (PRIOLLI; PEIXOTO, 2004).

2.3.1 Outras Dimensões para a TV Universitária

Na universidade, há sempre a tendência, entre os acadêmicos, de reivindicar a TVU como um laboratório para as atividades práticas dos estudantes, e não como uma televisão institucional. Por outro lado, as reitorias alegam que, se elas arcam com os custos de manutenção do canal, este tem que refletir os seus valores na

grade de programação. Não se pode dizer que uma ou outra situação seja a adequada (MAGALHÃES, 2013).

Ao longo dos anos verificou-se que as IES que fizeram a opção por uma grade de programação com foco no institucional, visando ao fortalecimento da imagem da administração, rapidamente caíram em descrédito, não atingindo os objetivos esperados. Porém a adoção de uma programação feita exclusivamente por estudantes e para os estudantes necessita de um projeto de médio e longo prazo, dado que os alunos são temporários, estão na universidade por um período muito curto; conseqüentemente, carecem de uma proposta conceitual e de foco para solidificar a identidade da televisão, no médio e longo prazo e, sobretudo, tentar garantir o seu envolvimento com as demais áreas e setores da universidade (MAGALHÃES, 2013).

As TVs universitárias são mantidas, conforme já foi dito, com recursos oriundos das instituições de ensino onde estão inseridas, portanto, devem atender aos interesses de diferentes esferas. Por outro lado, apesar de a TVU nascer, muitas vezes, por iniciativa do departamento de Comunicação Social ou por outro órgão específico da instituição, ela deve se tornar um núcleo de TV autônoma e não departamentalizada, atendendo a todos os segmentos.

A Carta de Diretrizes das TVs Universitárias Brasileiras, elaborada pela ABTU (2009), durante o XI Fórum Brasileiro de TVs Universitárias, realizado em Brasília, estabeleceu três dimensões para as TVUs: acadêmica, publicitária e política, dimensões estas que devem nortear o comportamento e a produção do seguimento nas IES.

A dimensão acadêmica está relacionada com ensino, pesquisa e extensão. Nesta dimensão, a TV assume compromissos com a IES mantenedora, devendo ter total envolvimento com todas as suas áreas do conhecimento. Funcionando apenas como laboratório de ensino para os alunos de jornalismo, na contribuição para a formação acadêmica, essas emissoras tendem a trabalhar com situações fictícias, simuladas, que nem sempre remetem à realidade. O ideal é a universidade não apenas divulgar as notícias ocorridas no seu entorno mas criar mecanismos e formas apropriadas para debatê-las com a comunidade (BRASIL, 2002).

Como espaço de pesquisa, a TV da universidade cria um significativo campo de experimentos de novos formatos e linguagens, se diferenciando das TVs

convencionais. Antônio Brasil (2002) defende que é preciso ter coragem para ousar, inovar, sair dos velhos padrões; entretanto, o que se vê é a repetição de fórmulas de sucesso da TV comercial sendo inserida na emissora da universidade, como forma de competir por audiência.

No que se refere à extensão, cabe à televisão da universidade contribuir para propagar, na sociedade, as teorias produzidas na academia, além de incentivar, apoiar e participar da produção de audiovisuais, fornecendo *know-how* e, inclusive, espaço para a divulgação. Dessa forma, a dimensão publicitária faz parte do cotidiano das emissoras universitárias, já que projeta a instituição no meio onde são veiculadas. Muito embora a divulgação verdadeira das atividades das IES seja uma decisão essencial, que vem ao encontro dos anseios da sociedade, ela não deve ser considerada como atividade ou missão exclusiva de uma TV dessa natureza, pois se trata de uma consequência da própria natureza da universidade, que se encerra em si mesma, como uma fonte permanente de informação (BACCO, 2010).

Por último, encontra-se a dimensão política da televisão universitária, que está relacionada com a democratização da produção acadêmica, permitindo, por consequência, que o conhecimento teórico desenvolvido em sala de aula e laboratórios, entre outros espaços, seja compartilhado com a comunidade, priorizando a prestação de serviços e o desenvolvimento regional. Para Ramalho (2005, p. 49-50), “é importante possibilitar que outros grupos da sociedade tenham acesso à divulgação de sua produção, levando a produção televisiva como recurso de inclusão digital e, conseqüentemente, à formação de telespectadores críticos”.

Nesse sentido, Ramalho (2005) recomenda que os dirigentes e a comunidade universitária precisam estar atentos para a importância estratégica que a comunicação representa em relação à divulgação das atividades da instituição e à credibilidade política que a TV universitária pode agregar à informação. A autora assegura, ainda, que “[...] a comunicação televisiva pode revelar a contraface da excelência, que é a relevância. A qualidade dos cursos mostra a excelência, mas a produção televisiva mostra o trabalho da comunidade científica” (RAMALHO, 2005, p. 50). Por intermédio da TV universitária se pode traduzir a excelência, mostrar a vida cotidiana da universidade, construindo o sentido público da instituição.

Para que a TVU possa atuar perfeitamente, de forma responsável e ética, nessas três dimensões, as emissoras devem se pautar e primar por alguns valores como autonomia, liberdade de expressão e produção de conteúdos criativos e inovadores, baseados em novas linguagens, formatos e narrativas. Deve apresentar compromisso com os conteúdos direcionados a educação, cultura, desenvolvimento social, prestação de serviços e, sobretudo, estar envolvida com a formação de um novo profissional. Tais valores é que vão elevar os níveis do conteúdo das emissoras universitárias e garantir o seu profissionalismo (PRIOLLI, 2007).

2.3.2 Cenário Atual da TV Universitária Brasileira

As TVs universitárias constituem-se em um segmento novo de produção televisual brasileira. Surgiram impulsionadas pela chamada Lei do Cabo (Lei Federal nº 8.977 (BRASIL, 1995)), que garantiu, junto às operadoras de TV a cabo, o espaço para os chamados canais de utilização gratuita, embora não seja este o único meio de veiculação e divulgação das produções audiovisuais produzidas pelas universidades. Há canais abertos em sistemas VHF e UHF, via satélite, pela internet e em circuito fechado. A TV universitária surge, então, como alternativa, em um momento de saturação dos atuais modelos existentes, sejam eles comerciais ou educativos (PORCELLO, 2002).

A TVU é o mais novo seguimento da televisão brasileira e o de maior e mais rápido crescimento. Em 2010, ano em que foi feita, pela ABTU, a última atualização do mapa da TVU no Brasil, foram localizadas, nada menos que 151 instituições de ensino superior com produção televisual. Esse valor significa uma média impressionante de crescimento, superior a 700% quando comparado com os números de 1995. Naquela época, existiam cerca de 20 TVs universitárias em todo o país. São números expressivos, sob qualquer critério. Vale salientar que tal crescimento somente foi possível porque, à época, tomaram impulso, nas instituições de ensino superior, as iniciativas de se organizarem para viabilizar a produção e veiculação regular de conteúdos educativo-culturais por televisão (PRIOLLI; PEIXOTO, 2004, p. 16).

É um quadro animador quando visto em seu conjunto, principalmente se analisado somente pela ótica do crescimento quantitativo. Por outro lado, se

investigado em pormenores, é também preocupante, sobretudo nos aspectos da qualidade da programação oferecida ao público, da qualificação técnica do pessoal envolvido na produção e da disposição e alocação de novos núcleos de TV no interior dos organismos acadêmicos, com o forte contraste de mentalidade, ritmo de trabalho e necessidades que isso envolve.

Outro fator que deve ser considerado, para efeito de análise no contexto da pesquisa, são as dificuldades de difusão da produção das TVs universitárias. Com exceção de poucas emissoras financeiramente mais estruturadas, que assumiram seus canais junto às distribuidoras de TV a cabo, e outras inclusive com canais em transmissão aberta, inclusive, as demais estão utilizando apenas a internet como meio de divulgação das suas produções, contando, para isso, com plataformas gratuitas, como o *YouTube*, por exemplo, fato que pode se transformar, no futuro, em um complicador se o benefício da gratuidade for, por ventura, retirado.

A TVU brasileira encontra-se, assim, neste momento, em meio ao debate para definir qual caminho seguir. “Ela terá que escolher se avança para o profissionalismo e a consolidação, ou se permanece na indefinição de rumos, assistindo ao progressivo estreitamento de seus espaços e definindo aos poucos”. Reverter esta situação parece ser uma tarefa difícil, pois a TVU “[...] segue cultivando uma auto-imagem de irrelevância diante das grandes emissoras e nutrindo-se dela para justificar a falta de projeto, de ousadia e de ambição de crescer” (PRIOLLI, 2007, p. 1).

De certa forma, é natural que seja assim. Se, de um lado, os pesquisadores passaram a perceber na televisão possibilidades de um campo sério na pesquisa científica, por outro, as IES, instituições administrativas mantenedoras das TVs, apresentam dificuldades em compreender a exata medida da influência que a televisão exerce sobre a cultura, a política e os costumes e tendem a superdimensioná-la, seja pelo seu lado mau, ou seja para o bem. Em relação a essa forma de tratamento dispensada pela IES à TV educativa, Priolli (2007, p. 2) argumenta que, como não consegue “[...] apreendê-la na inteireza de suas ambigüidades, poderes e imitações, hesita diante dela, quando ela se oferece ao uso. Abriga-se numa ótica comparativa (como fazer TV tão bem como a Globo?), que, além de descabida, é redutiva e imobilista”. O que resulta disso é o total descaso com os canais universitários que estão à sua disposição.

Mesmo em condições adversas e com a universidade, ou parte dela, às vezes se posicionando contra, é fato irrefutável que a TVU vem crescendo. Os núcleos de produção existentes e os canais que eles mantêm surgiram, em geral, da iniciativa de setores acadêmicos, porém ainda não foram plenamente absorvidos pelo meio universitário e nem integralmente aceitos pela comunidade acadêmica. Não se converteram em objeto de interesse ou desejo de todos os cursos, do conjunto dos docentes, dos estudantes, dos servidores. Sobrevivem lutando por recursos financeiros, clamando por apoio, e permanentemente expostos aos cortes de pessoal e orçamento ao menor sinal de crise financeira nas instituições que os abrigam.

2.4 A INFORMAÇÃO NO CONTEXTO DA TV UNIVERSITÁRIA

No contexto em que a televisão é vista como um recurso informacional que desempenha significativo papel junto à sociedade, no que tange à disseminação de informação, conhecimento, cultura e educação, uma vez que é, reconhecidamente, um dos principais meios de comunicação de massa com alto grau de inserção domiciliar, Martín-Barbero (2008, p. 14) assegura que se vive a “reconfiguração das mediações em que se constituem os novos modos de interpelação dos sujeitos e de representação dos vínculos que dão coesão à sociedade”. Acrescenta, ainda, que “a mediação televisiva ou radiofônica passou a constituir, a fazer parte da trama dos discursos e da própria ação política.” Essa mediação é socialmente produtiva, uma vez que gera a densificação das dimensões rituais e teatrais da política.

A TVU é capaz de criar um relacionamento com a sociedade baseado na informação e no conhecimento, caracterizando-se como uma extensão da universidade e do conhecimento ali produzido, atuando como um recurso capaz de promover a cidadania e a inclusão social (BELLUZO; CAVALCANTE, 2011). O propósito das “TVs universitárias é de colaborar efetivamente para o desenvolvimento social, educativo, científico cultural, artístico e econômico do país” (AZAMBUJA, 2008, p. 24).

No que concerne à programação das TVs universitárias, que se caracteriza como a fonte geradora de informação, Belda (2009, p. 52) acrescenta que as redes universitárias de televisão são recursos informacionais ou emissoras nas quais “a

programação deve refletir conteúdos educativos, culturais e de promoção da cidadania, na forma de uma atividade de extensão do ensino superior, possibilitando o acesso às informações e aos conhecimentos produzidos pela instituição.”

Como meio de comunicação que é, a TV universitária estabelece relações com a esfera pública. Essa esfera constitui-se em um ambiente estabelecido por meio do diálogo com a sociedade, importando em um espaço onde o debate ocorre de forma coletivamente e que, em decorrência, gera opinião pública pautada em um agir comunicativo. Por intermédio da força da opinião pública gerada nesse contexto, é possível exercer alguma pressão nos sistemas com os quais a esfera pública se relaciona. Nesse cenário, os meios de comunicação atuam como mediadores do diálogo entre a sociedade, formando a opinião pública (HABERMAS, 1974).

Azambuja (2008, p. 36) afirma que “a comunicação emerge de um processo de mediação”. Dito de outra maneira, significa tratar-se de uma constante relação entre emissor e receptor de informação no interior de uma sociedade, e essa relação atua positivamente na construção do conhecimento. Acrescenta, ainda, que a qualidade do conteúdo informacional presente na programação das TVs universitárias é capaz de transformar a cultura, e que os grupos sociais são também capazes de produzir cultura com o processo de interação com a TV.

Se, por um lado, a televisão é capaz de gerar no indivíduo um sentido para a vida, com base nos símbolos construídos pelos conhecimentos adquiridos por intermédio da informação captada por meio dela, por outro, isso acontece porque, cognitivamente, as necessidades de informação são consideradas como algo que se desenvolve no indivíduo. “Na visão de domínio analítico e sócio-cognitiva, as necessidades de informação são consideradas como causadas por fatores sociais e culturais” (HJØRLAND, 2002, p. 268).

Buckland (2011, p. 3) afirma que “O uso da informação e comportamento informacional são ordinariamente compreendidos como se referindo ao indivíduo que gostaria de ser informado”. Em outras palavras, o homem precisa da informação para entender as diferentes visões teóricas sobre uma mesma questão específica, produzida por pessoas em uma sociedade e, a partir de então, em decorrência da informação processada cognitivamente, estreitar as relações necessárias à sobrevivência naquele espaço, se fazendo compreender e entendendo os valores intrínsecos daquela comunidade (HJØRLAND, 2002).

É inegável o fato de que a televisão se transformou, no decorrer de sua trajetória, no principal meio de comunicação para a maioria dos brasileiros, graças a sua ampla cobertura e penetração em todas as camadas da população, sendo, também, a principal fonte de informação e entretenimento para milhões de pessoas em todo o país. É inegável, também, que a evolução natural do homem permitiu avanços comportamentais incontestáveis baseados na expansão dos seus conhecimentos e, por consequência, passou a reivindicar outros recursos informacionais. As demandas desse homem contemporâneo aceleraram o desenvolvimento das TIC.

As inovações tecnológicas e os novos recursos de comunicação cumprem um papel fundamental nas atuais exigências de integração universal das pessoas, não apenas como parte da infraestrutura física, mas como principal meio de divulgação e promoção do poder criador e do modelo de vida do homem atual. Essas mudanças são frutos da informação, implicando em uma nova cultura, um novo sistema de valores, de símbolos, de práticas, de atitudes, de compartilhamento e, sem dúvida, de muitas outras mudanças no comportamento informacional desse indivíduo (MONTRESOL; SOUZA, 2009).

Considerando a relevância da informação para a sobrevivência do homem contemporâneo e visando a situar o leitor quanto à linha de análise proposta por esta pesquisa, torna-se necessário explicitar que o ponto de ligação sugerido pelo estudo entre a Ciência da Informação e a TV universitária é a informação.

A CI é uma ciência que investiga as propriedades, o comportamento, as forças que governam os fluxos e os usos da informação, as técnicas, tanto manual quanto mecânica, de processamento da informação, visando sua armazenagem, recuperação e disseminação ideal (BORKO, 1968). Fernandes (1995) destaca a informação e/ou suas propriedades como sendo a definição mais recorrente para o objeto de estudo da Ciência da Informação.

Fundamentado no que foi exposto, entende-se que o objeto de estudo da CI é a informação e, no que tange à TVU, torna-se necessário recuperar o que seria a sua principal missão, que é levar a informação ao cidadão da comunidade onde o canal está inserido, seja qual for o meio utilizado para esse fim. Dito de outra forma, tanto a CI quanto a televisão têm na informação a principal matéria-prima de seus produtos e, em ambos os casos, da informação deriva conhecimento.

As TVs universitárias, em sua maioria, principalmente por questões financeiras, têm utilizado a internet como principal forma de transmissão de sua produção. Algumas delas disponibilizam a programação em *sites* próprios e outras, com o auxílio de plataformas como *YouTube*, *Vimeo* e *Facebook*, entre outros.

Outros fatores que levaram a TVU para a internet dizem respeito à rapidez de acesso e maior abrangência, já que a rede está por toda parte e os novos dispositivos móveis – como celulares e *tablets* – estão cada vez mais acessíveis para a população, além, é claro, de ser uma reivindicação do próprio comportamento informacional do homem que se encontra inserido na denominada sociedade da informação (MATTELART, 2001). Nesse sentido, Le Coadic (2004, p. 5) afirma que “duas características importantes marcam o futuro da informação: sua explosão quantitativa e a implosão do tempo para sua comunicação”.

Para que a informação se mantenha utilizável, esta deve se apresentar de forma ordenada, estruturada ou contida e deve, também, apresentar alguma maneira de ser recuperada (MCGARRY, 1999). Diante dessa afirmação e, levando-se em conta a importância que a informação tem na vida do homem, além do papel que a televisão desempenha como veículo de transmissão de informação, a proposta da pesquisa, considerando seus objetivos, é a análise de como a informação está estruturada e disponibilizada nos *sites* das TVs universitárias, sob o enfoque da organização, representação e recuperação. Na próxima seção apresentam-se aspectos dos conceitos e elementos de organização da informação em unidades convencionais de informação e na *web*, aspectos estes necessários à construção do raciocínio inerente à proposta da pesquisa e aos objetivos traçados.

3 ORGANIZAÇÃO DA INFORMAÇÃO EM SITES

Disserta-se, a seguir, sobre: os termos *homepage*, *site* e *portal*, utilizados para qualificar espaços na internet e seus conteúdos informacionais; conceitos da informação na CI e os elementos que fazem parte do processo de organização e representação da informação na *web*; tratamento da informação, tanto em espaços convencionais quanto na *web*. São apresentados, também, aspectos relacionados ao tratamento da informação em documentos audiovisuais em ambientes de televisão.

3.1 CONTEÚDO INFORMACIONAL EM SITES

A decisão de criar um *site* na *web* é sempre muito difícil, pois envolve custos financeiros reais, além de pessoal técnico especializado, como *web designers*, programadores e pessoal para a administração do *site*. A intenção original, o propósito e os objetivos a serem alcançados são de grande importância para moldar e direcionar as decisões e servem de base também para traçar estimativas de sucesso. No entanto, alguns objetivos e suas pressuposições básicas necessitam de constantes avaliações por parte dos administradores, a fim de verificar se ainda estão válidos e atendendo às diretrizes traçadas para o *site* (FONSECA; FONSECA, 2005).

No intuito de esclarecer possíveis divergências com relação à nomenclatura dos espaços com endereços disponíveis na internet, Bax e Pereira (2002, p. 5) apresentam uma distinção entre *homepage*, *site* e *portal*:

O termo *homepage* foi o primeiro a ser utilizado na *Web*, no início dos anos 90. Através de *homepages* as pessoas (pesquisadores em universidades) disponibilizavam suas informações em HTML, em geral, com fins pessoais. Um *site*, ou *website*, é um conjunto de documentos em linguagem HTML e outras linguagens de *scripts*, e um portal seria um conjunto maior de *sites*.

Para Eckerson (1999, p. 13), o portal é “um aplicativo capaz de proporcionar aos usuários um único ponto de acesso a qualquer informação necessária aos negócios, esteja ela dentro ou fora da corporação”. López Carreño (2004, p. 126) afirma que “a definição de portais é dada pela concentração de informações e

serviços em uma mesma página, na *web*” e Santos (2005, p. 31) considera os portais como “espécies de portas de entrada para o interior da rede, em uma tentativa de organizar para o cliente a vasta quantidade de *sites* existentes em diretórios de natureza biblioteconômica”.

Em consonância com o que foi exposto, Lima Filho (2011) assegura que os “portais podem ser considerados muito mais do que portas de entrada, pois eles dispõem de uma gama de aplicativos que oferecem todo tipo de informação [...]”, além de disponibilizar vários dispositivos oferecendo serviços, notícias, negócios, entretenimento, *links* comerciais, comunidades virtuais, *chats*, dentre outros. O autor complementa, ainda, afirmando que os portais “contribuem para a busca, seleção, compartilhamento e disseminação das informações” (LIMA FILHO, 2011, p. 30).

No que se refere ao conceito de *site*, Castro (2012) explica que se trata de uma variação da palavra sítio, comumente utilizada no português de Portugal, usada em referência aos espaços na *web* e, normalmente, possuem apenas páginas com conteúdo atualizado em intervalos de tempo maiores. Ainda no entendimento de Castro (2012), qualquer projeto presente na *web* é um *site*. Nielsen e Tahir (2002) comparam um *site* a uma casa onde cada janela também representa uma porta pela qual as pessoas podem entrar, seguindo os *links*, nos mecanismos de pesquisa de outros *sites*.

O *website* é outro termo utilizado para se referir a um endereço na internet que nada mais é do que páginas da *web*, o qual, na visão de Rodrigues (2005), é composto de um grande arquivo com várias páginas (*pages*) que, estando bem organizado, facilita a localização da informação e, como espaço básico da informação, seu principal objetivo é organizar os *sites*, estruturando uma hierarquia para que todo o conteúdo seja entendido e acessado com facilidade.

Um *site* é considerado como um “recipiente para objetos com conteúdos ou documentos que os usuários navegam por meio de busca e folheio” (HAGEDORN, 2000, p. 6). Para Rodrigues (2005), o *site* é um “espaço básico da informação, [...] tem como principal objetivo organizá-la, estruturando uma hierarquia para que todo o conteúdo seja entendido e acessado com facilidade”.

Para que o *site* alcance seus objetivos com relação à acessibilidade e usabilidade, Ferreira, Vechiato e Vidotti (2008) defendem que ele deve possuir, em suas interfaces, “elementos gráficos que favorecem o contato com a informação por

meio de barras/menus, de ferramentas/opções e caminhos de acesso”. Por consequência, de acordo com os autores, o *site* permite a “integração efetiva do usuário no processo de seleção, busca, acesso, criação e recuperação das informações em um navegar hipertextual, de acordo com seu processo de aquisição de conhecimento” (FERREIRA; VECHIATO; VIDOTTI, 2008, p. 116).

Dessa forma, para que o usuário possa transitar pelo *site* de maneira natural, com agilidade e eficiência, buscando a informação desejada, além dos esquemas e estruturas de organização, navegação, rotulagem e busca, defendido por Rosenfeld e Morville (2007) – que serão apresentados e discutidos mais a frente –, outros elementos devem ser considerados na definição da arquitetura informacional do *site*. Questões relacionadas ao conteúdo informacional e aos tipos de documentos e, também, com a usabilidade devem estar presentes em um ambiente de informação digital, merecendo especial atenção e constante avaliação (STRAIOTO, 2002).

O conteúdo informacional de um *site* deve ser norteado pela objetividade. Se a informação estiver disponibilizada de forma confusa, por meio de uma linguagem inapropriada, pode gerar interpretações erradas e provocar, além de insegurança, a frustração do usuário:

A objetividade é um dos pontos que devem ser considerados, uma vez que muitos usuários estão em busca de informações específicas, e a utilização de uma linguagem objetiva pode auxiliá-los no acesso mais rápido e eficiente. Por esta razão, é necessário que se avalie bem a pertinência de inserir grande quantidade de informações em uma página. (STRAIOTO, 2002, p. 50-51).

Straioto (2002) assegura, ainda, que a objetividade, a navegabilidade e a visibilidade que compõem o conteúdo informacional, estão em direta relação com a tecnologia utilizada no *site*. Como o aparato tecnológico utilizado na viabilização da internet integra um campo em constante atualização, essa tecnologia dependerá sempre da avaliação do potencial do usuário, ou seja, é preciso usar recursos certos a fim de que ele, o usuário, consiga acessar o conteúdo desejado.

Em resumo, não é recomendado utilizar tecnologia avançada na elaboração do *site* se o usuário, em potencial, não tiver à sua disposição o mesmo nível de tecnologia para acessá-lo. Da mesma forma, o *site* deve estar em constante atualização, para que não fique ultrapassado, tecnologicamente falando, dificultando

ou até mesmo impedindo que as novas tecnologias do usuário alcance determinado conteúdo informacional, como um vídeo, por exemplo.

Quadro 2 – Síntese do conteúdo informacional

Conteúdo Informacional	
Objetividade	Utilização de linguagem objetiva para auxiliar o usuário, avaliando a pertinência de inserir grande quantidade de informações em uma página.
Navegabilidade	Responsável por fazer com que o usuário chegue mais rápido até a informação que deseja.
Visibilidade	Preocupa-se em organizar as informações visualmente, dando maior ou menor destaque a determinada informação.

Fonte: Ribeiro (2011, p. 122).

O Quadro 2 demonstra aspectos que atestam a eficiência do conteúdo informacional do *site* e aponta para a necessidade da adoção, quando da elaboração do projeto, de uma linguagem objetiva, sem exageros de qualquer ordem, o que resultará, sem sombra de dúvidas, em uma melhor usabilidade dos recursos e, conseqüentemente, das informações disponibilizadas no *site*.

A usabilidade é um princípio que tem como objetivo a eficiência e a eficácia no uso de uma interface com o usuário. De acordo com a NBR 9241-11, ela é considerada como “medida na qual um produto pode ser usado por usuários específicos para alcançar objetivos específicos com eficácia, eficiência e satisfação em um contexto específico de uso” (ABNT, 2002, p. 3).

Nielsen (1993) define usabilidade como um método que mede a qualidade da experiência do usuário na interação com alguma coisa, seja um *site* na internet, um aplicativo de *software* tradicional, ou qualquer outro dispositivo que o usuário possa operar de alguma forma sem a intervenção de ajuda humana direta, ou seja, interação usuário x máquina x interface.

Cunha e Cavalcanti (2008, p. 372) consideram a usabilidade como sendo o “grau com que usuários específicos podem alcançar metas específicas em determinado ambiente, com eficácia, comodidade e de modo aceitável”. Dito de outra forma, Dias (2007, p. 28) afirma que usabilidade é “qualidade de uso, isto é, qualidade de interação entre usuário e sistema, que depende das características

tanto do sistema quanto do usuário”. A autora afirma ainda que “um sistema interativo é considerado eficaz quando possibilita que os usuários atinjam seus objetivos.” (DIAS, 2007, p. 28), sendo a eficácia a motivação principal que leva o usuário a utilizar ou não um sistema ou um produto.

A usabilidade é fundamental nos dias atuais, fator verificado em decorrência do aumento considerável de *sites* na *web*, bem como do nível maior de exigência do usuário, cada vez menos tolerantes a *sites* complexos. Pode-se considerar a usabilidade como um atributo de qualidade relacionado à facilidade de uso e à rapidez na aprendizagem para usar determinada coisa, o que gera, no usuário, um alto grau de satisfação (LORANGER; NIELSEN, 2007).

A usabilidade é fator de grande relevância em *sites* e “[...] a aplicação de análises de usabilidade leva a contínuas melhorias do *website*, o que se pode verificar por intermédio de alguns princípios que suportam a usabilidade” (VIDOTTI; SANCHES, 2004, p. 4-5). Dias (2007 p. 29-37) apresenta alguns princípios a respeito da usabilidade os quais encontram-se sintetizados no Quadro 3.

O Quadro 3 apresenta sete princípios da usabilidade, defendidos por Dias (2007), e suas respectivas características, princípios estes que devem ser considerados para efeito de base estrutural em *sites*, objetivando uma melhor relação entre o sistema e seus usuários. A “capacidade de facilitar o acesso dos usuários às informações institucionais está intrinsecamente relacionada à facilidade de uso, aprendizado e satisfação do usuário com sua interface *Web*” (DIAS, 2001, p. 58).

Referindo-se aos princípios elencados acima, Molina (2010) afirma que é possível a estruturação de *sites* mais agradáveis, eficientes e confiáveis, visto que eles possibilitam melhorias no que se refere ao relacionamento entre o sistema e o usuário. Por meio da usabilidade, os *sites* podem alcançar seus objetivos, conseqüentemente, cada vez mais usuários tenderão a utilizá-los.

O Quadro 3 apresenta sete princípios da usabilidade, defendidos por Dias (2007), e suas respectivas características, princípios estes que devem ser considerados para efeito de base estrutural em *sites*, objetivando uma melhor relação entre o sistema e seus usuários. A “capacidade de facilitar o acesso dos usuários às informações institucionais está intrinsecamente relacionada à facilidade

de uso, aprendizado e satisfação do usuário com sua interface *Web*” (DIAS, 2001, p. 58).

Quadro 3 – Síntese dos princípios da usabilidade

Princípio	Característica
Eficácia e eficiência de uso	Sistema deve ser eficiente, de modo que o usuário, tendo aprendido a interagir com ele, atinja níveis altos de produtividade na realização de suas tarefas.
Satisfação subjetiva	O usuário considera agradável a interação com o sistema e se sente subjetivamente satisfeito com ele.
Facilidade de aprendizado	O sistema deve ser de fácil aprendizado de modo que o usuário, rapidamente consiga explorá-lo, realizando suas tarefas.
Facilidade de memorização	Mesmo decorrido certo período sem acessá-lo, ao retornar ao <i>site</i> , o usuário não frequente é capaz de realizar suas tarefas sem a necessidade de reaprender como interagir com o sistema.
Baixa taxa de erros	Com baixa taxa de erros, o usuário é capaz de realizar tarefas sem maiores transtornos e, mesmo que ocorra, ele é capaz de recuperar o sistema.
Consistência	Tarefas similares requerem sequências de ações similares, assim como ações iguais devem acarretar efeitos iguais. Usar terminologia, leiaute gráfico, conjunto de cores e fontes padronizadas também são medidas de consistência.
Flexibilidade	Refere-se à variedade de formas com que o usuário e o sistema trocam informações

Fonte: Elaborado pelo autor. Fundamentado em Dias (2007, p. 29-37).

Referindo-se aos princípios elencados acima, Molina (2010) afirma que é possível a estruturação de *sites* mais agradáveis, eficientes e confiáveis, visto que eles possibilitam melhorias no que se refere ao relacionamento entre o sistema e o usuário. Por meio da usabilidade, os *sites* podem alcançar seus objetivos, conseqüentemente, cada vez mais usuários tenderão a utilizá-los.

É impossível qualquer discussão acerca da informação, mesmo tendo como suporte a *web*, sem que se faça alguma reflexão sobre conceitos básicos da área da CI, dentre eles, o de documento. Svenonius (2000), quando afirma que informação é uma abstração e os documentos que a contêm estão em formato, como papel ou arquivos digitais, conclui, também, que o documento é o suporte da informação.

A seguir, discorre-se sobre conceitos, importância e tipos de documentos presentes na *web*.

3.1.1 Tipos de Documentos Presentes na *Web*

Feitosa (2006, p. 17) afirma que “Um documento é um objeto que fornece um dado ou uma informação e pode ser diferenciado entre outros documentos, de acordo com suas características físicas ou intelectuais”. As características físicas estão relacionadas com os conceitos de material, natureza, tamanho, peso, forma de produção e suporte, entre outras; já as características intelectuais dizem respeito aos conceitos de objetivo, conteúdo, assunto, tipo de autor, fonte, forma de difusão e originalidade, entre outras.

Guinchat e Menou (1994, p. 41), consideram que o documento é “o suporte material do saber e da memória da humanidade”. Fujita (2005, p. 8) amplia a discussão a respeito do conceito, afirmando que o documento é “a fixação da mensagem, a representação do conhecimento e o suporte para registro do conhecimento”.

Para Cunha e Cavalcanti (2008, p. 132), documento é a “representação da realidade sob uma forma literária (escrito, texto), ou gráfica, ou plástica (ícone, imagem)”; é reputado como “qualquer indicação concreta ou simbólica, conservada ou registrada com a finalidade de representar, reconstruir ou provar um fenômeno físico ou intelectual”. Svenonius (2000, p. 34) assegura que o documento é visto como “portadores de informações em forma de mensagens gravadas”, assim como um “material ou uma representação dos pensamentos dos homens, por meio de alguma marca ou símbolo convencional”.

Como destacado, o documento possui características físicas e intelectuais. As características físicas, como o próprio termo sugere, referem-se aos seus aspectos materiais, já as características intelectuais trazem, no seu contexto, outras informações relevantes sobre o documento, dentre elas, com base em Feitosa (2006), ressaltam-se:

- **objetivo**: expressa a razão pela qual o documento foi produzido: para servir como prova de algo, para preparar outro documento, para expor ideias, para divulgar resultados de um trabalho, ensino, publicidade,

divulgação ou mesmo garantir os direitos de uma pessoa ou coletividade, entre outros;

- **grau de elaboração:** está relacionado com a autoria e a finalidade do documento. Conforme o grau de elaboração, é possível determinar uma classificação entre os documentos:
 - primários – documentos originais elaborados pelo autor;
 - secundários – documentos que descrevem documentos primários, tais como as bibliografias, os catálogos e os resumos;
 - terciários – são documentos produzidos a partir de documentos primários ou secundários e que reúnem, condensam e elaboram a informação original, em conformidade com as necessidades de um usuário ou grupo de usuários;
- **conteúdo:** pode ser averiguado por meio da identificação do assunto tratado, da forma de apresentação, da exaustividade da análise, da acessibilidade, do nível científico do texto, do grau de originalidade, da novidade das informações, da representatividade das informações para um dado grupo de leitores, entre outras características;
- **tipos de documentos:** definir o tipo de um documento, auxilia nas atividades de seleção, armazenamento, tratamento e difusão da informação; em outras palavras, tem o propósito de inseri-lo em uma coleção ou categoria específica (GUINCHAT; MENO, 1994). Os tipos de documentos estão associados ao nível de relevância do documento; há documentos essenciais que atendem interesses diretos de um público e há documentos marginais que possuem pouca ou nenhuma relevância para aquela mesma comunidade.

Os documentos podem ser distinguidos, também, conforme sua natureza, podendo ser textuais e não textuais. Esta distinção determina o tipo de informação que eles podem transmitir, sendo que cada categoria compreende uma grande variedade de documentos. Os documentos textuais apresentam essencialmente as informações em forma de texto escrito. Ex: livros, periódicos, fichas, documentos administrativos, entre outros. Por outro lado, os documentos não textuais podem ter

uma parte de texto escrito, mas o essencial de suas informações é apresentado em outra forma, como o vídeo ou áudio. (GUINCHAT; MENO, 1994). Svenonius (2000) acrescenta, como exemplo de documentos, as imagens veiculadas pela internet. Portanto, os documentos também podem ser audiovisuais, visuais ou auditivos.

O termo audiovisual, segundo Miranda e Garbelini (2011), é de origem latina, mas a palavra tal qual se conhece na atualidade, tem origem norte-americana, onde as primeiras técnicas de som e imagem foram desenvolvidas. No Brasil, esse termo passou a ser utilizado durante os anos de 1950 e, a partir de então, ao termo audiovisual foram acrescentados outros sinônimos, como: televisual, multimeios, recursos audiovisuais, materiais não impressos, materiais especiais, não gráficos, materiais não bibliográficos e mídia, constituindo, dessa forma, “um campo de estudo bastante amplo, complexo e confundível epistemologicamente, o que dificulta a padronização e a conceituação vocabular” (MIRANDA; GARBELINI, 2011 p. 440).

Segundo Cirne e Ferreira (2002, p. 117), “um documento audiovisual é um documento cuja informação é veiculada por meio de um código de imagens, fixas ou móveis, e de sons, carecendo de um equipamento ou dispositivo apropriado para ser visto e ouvido.” Rubio (2003, p. 216) afirma que “O documento audiovisual, como documento científico, participa, conseqüentemente, das mesmas notas de informação e fonte informativa e se integra igualmente no processo informativo-documental.”

Para Hidalgo Goyanes (2005, p. 160), “os documentos audiovisuais são um fenômeno relativamente recente no âmbito da documentação, sobretudo se comparados com a larga trajetória dos documentos textuais”. Em complemento, a autora acrescenta que os documentos audiovisuais são considerados opacos, pois seu conteúdo não é legível ou acessível de forma direta, sempre haverá a necessidade de utilização de aparatos de leitura, o que os deixa dependentes de meios técnicos. Outro aspecto apontado por Hidalgo Goyanes (2005) é o fato de que os documentos audiovisuais são também multiformes e incompatíveis, ou seja, gravados em múltiplos suportes físicos e em diversos formatos.

Em decorrência dessas características dos documentos audiovisuais, Miranda e Garbelini (2011, p. 440) afirmam que, “[...] provavelmente, estes documentos não são tratados tecnicamente pela maioria dos profissionais da informação por serem muito mais complexos na sua natureza e produção de se

fazer um tratamento técnico eficiente, ou seja, classificar, indexar e, conseqüentemente, armazenar”.

Quando se trata de documentos destinados à veiculação na *web*, os tipos de documentos têm relação, também, com a estruturação das informações disponibilizadas no *site*, podendo ser considerados elementos da organização da informação, sendo necessário decidir por determinado formato no qual a informação será apresentada. Os arquivos de texto podem possuir vários formatos, entre eles: HTML (*HyperText Markup Language*), SGML (*Standard Generalized Markup Language*), XML (*Extensible Markup Language*), DOC (*Document*), RFT (*Rich Text Format*) e PDF (*Portable Document Format*), ou de imagens, que podem ser estáticas, nos formatos JPG (*Joint Photographic Experts Group*) ou GIF (*Graphic Interchange Format*), dentre outras, e, ainda, imagens dinâmicas, incluindo o formato SWF (*ShockWave Flash*) e *animated GIF*, com característica de animação (STRAIOTO, 2002).

Os arquivos de áudio e de vídeo são recursos informacionais que têm sido muito utilizados nos *sites*, principalmente depois do lançamento do *YouTube*. No caso dos arquivos de áudio, é comum encontrar os formatos MP3 (*Moving Picture Experts Group, Audio Layer 3*) e WAV (*Waveform Audio File Format*), sendo o MP3 o mais popular, pois possibilita uma alta taxa de compressão, permitindo a geração de arquivos de tamanhos mais adequados para a internet; o formato WAV não apresenta essa característica e gera arquivos grandes, porém com qualidade melhor, justamente por não permitir a compressão.

Em termos de vídeo, os formatos mais populares na internet são: AVI (*Audio Video Interleaved*), MPEG (*Motion Pictures Experts Group*), FLV (*Flash Video*) e o WMV (*Windows Media Video*). Até muito pouco tempo atrás, os formatos AVI e MPEG predominavam na rede; entretanto, após o lançamento do formato FLV, formato de arquivo de vídeo originário do *Adobe Flash Player*, utilizado a partir da versão seis do *software*, este formato tornou-se muito comum em *sites* como o *YouTube*, *Google Video* e *MySpace*, entre outros⁶.

No que diz respeito ao formato de arquivos de vídeo, foram apresentados, aqui, somente os mais utilizados no momento na internet. É possível acrescentar, no entanto, que têm ocorrido grandes avanços nessa área, com a geração de formatos

⁶ FLV. In: Wikipedia. [s.d.]. Disponível em: <<http://pt.wikipedia.org/wiki/FLV>>. Acesso em: 05 jul. 2014.

que, em breve, tomarão lugar na rede, possibilitando a utilização de vídeos em alta resolução, sem perda de qualidade para o usuário.

O Quadro 4 apresenta os formatos de documentos que podem ser encontrados em ambientes informacionais na *web*. São formatos de documentos em textos, imagens, vídeos e sons que constituem os elementos adicionais que fazem parte de *sites* na rede.

Quadro 4 – Síntese dos formatos de documentos disponíveis na *web*

Tipos de documentos		
Textos	HTML, SGML, XML, DOC, RTF, PDF	
Imagens	Estáticas	JPG, GIF
	Animadas	SWF, <i>Animated</i> GIF
Vídeos	AVI, MPEG, FLV	
Sons	MP3, WAV	

Fonte: Elaborado pelo autor.

O documento pode ser definido sob quatro concepções: meio de prova, materialização de um fato, suporte de informação ou registro e base para geração de novos conhecimentos (GUIMARÃES, 2003). Para efeito deste estudo a categoria documental adotada é a não textual, com destaque para os documentos televisuais, e o foco da pesquisa é o documento como suporte de informação ou registro e base para a geração de novos conhecimentos.

Se a informação é o objeto de estudo da CI, conforme mencionado anteriormente, e o documento é o seu suporte, cabe verificar de que maneira a CI lida com a informação, a fim de torná-la acessível. Considerando tal contexto, disserta-se, a seguir, sobre como se dá a análise da informação no âmbito da CI, destacando as ações de descrição, representação e organização de conteúdos, objetivando a construção de linguagens documentárias voltadas para o armazenamento e a recuperação da informação.

3.2 ANÁLISE DA INFORMAÇÃO NA CI

A informação é um elemento que, com o decorrer do tempo, passou a influenciar diversas áreas, como economia, educação e cultura. Esta influência vem se solidificando e se tornando cada dia mais significativa, contudo, isso não é um fato contemporâneo. É de longa data que as civilizações necessitam da informação, independente do seu suporte, para estabelecer grupos, leis e relacionamentos.

Até o surgimento da escrita, a informação era apresentada em forma de contos e narrativas orais. Os contos estruturavam-se a partir “dos valores e categorias da visão de mundo dos seus principais grupos sociais e contendo informações relativas ao saber adquirido e organizado em milhares de anos de observação dos fenômenos naturais e humanos.” (FREIRE, 2006, p. 7).

O surgimento da escrita e a invenção da imprensa por Gutemberg, por volta de 1439, aceleraram o processo de disseminação da informação, provocando um forte impacto cultural na humanidade. A imprensa, segundo Burke (2003, p. 38), “padronizou o conhecimento ao permitir que pessoas em lugares diferentes lessem os mesmos textos ou examinassem imagens idênticas”. Com o processo de transição entre a imprensa e a comunicação das atividades científicas, ocorreu um ganho em termos de objetividade nas comunicações científicas. E é neste momento que a informação adquire maior relevância nas atividades culturais e econômicas, atuando como “moeda de troca” (FREIRE, 2006, p. 8).

Segundo Lunardelli e Galembeck (2012), o conhecimento científico que objetiva a produção e a ascensão econômica e social na contemporaneidade é muito valorizado. Por consequência, a informação associada ao conhecimento tem agregado cada vez mais valor, dada a perspectiva do aumento das suas possibilidades de uso pelos grupos sociais que coabitam o mesmo espaço cultural, repleto de novas tecnologias de informação e comunicação.

O ser humano sempre teve a necessidade de informação e de organizar a vida, até mesmo por uma questão de sobrevivência em sociedade. O ato de registrar as informações e o conhecimento deixa evidente o intuito de transparecer as ideias, as maneiras de ver o mundo, desejos, emoções, ideologias, além de demonstrar a preocupação com a preservação do conhecimento e a possibilidade de transmissão e compartilhamento futuro. Para Le Coadic (2004, p. 5) a informação

[...] é um conhecimento inscrito (gravado) sob a forma escrita (impressa ou numérica), oral ou audiovisual. A informação comporta um elemento de sentido. É um significado transmitido a um ser consciente por meio de uma mensagem inscrita em um suporte espacial-temporal: impresso, sinal elétrico, onda sonora entre outros. Essa inscrição é feita graças a um sistema de signos (a linguagem), signo este que é um elemento da linguagem que associa um significante a um significado: signo alfabético, palavra, sinal e pontuação.

Capurro e Hjørland (2007), contribuindo com a discussão a respeito dos conceitos e definições de informação, discorrem acerca das dificuldades de se definir um termo científico e afirmam que “o uso ordinário de um termo como informação pode ter significados diferentes de sua definição formal, significando que visões teóricas conflitantes podem surgir entre as definições científicas explícitas e as definições implícitas de uso comum” (CAPURRO; HJØRLAND 2007, p. 151). Dessa forma, não se pode apenas comparar definições formais diferentes, mas sim considerar, também, “o significado de uma palavra como informação, tal como é usada em relação a outros termos, por exemplo, a busca de informação, sistemas de informação e serviços de informação” (CAPURRO; HJØRLAND 2007, p. 151). Os autores identificam a existência, na CI, de três diferentes formas de compreender a informação: como algo físico, como algo associado a uma dimensão cognitiva e, por fim, como fenômeno de natureza intersubjetiva, social.

No seu início, a CI se viu obrigada a construir um conceito científico de informação e, no esforço para a solução desse problema, surgiu o conceito físico de informação. O termo aparece aqui destacando a grandeza material da informação, ou seja, sua existência sensível, inscrita em algum tipo de suporte, bem como os atributos dessa materialidade possíveis de serem cientificamente apontados. A construção desse conceito tem como base a Teoria Matemática da Comunicação (SHANNON; WEAVER, 1975), que propositalmente descarta os aspectos semânticos e pragmáticos relacionados com a informação, dando ênfase somente às dimensões técnicas (ARAÚJO, 2010).

A segunda forma de se definir informação, na CI, ganha espaço na década de 1970, influenciada pelo sucesso das teorias cognitivas nas várias ciências, principalmente pela teoria do conhecimento objetivo de Popper. Baseados nessas teorias, pesquisadores – como De Mey, Belkin entre outros – começam a delinear o conceito cognitivo da informação. Assim, para se definir informação, é necessário

considerar o estado de conhecimento, ou seja, o que se conhece, o que se sabe; “[...] a informação não é apenas a sua manifestação física, o registro material do conhecimento – é preciso ver, também, o que está na mente dos usuários” (ARAÚJO, 2010, p. 96).

O terceiro e último modelo vem ganhando consistência a partir da década de 1990. É o modelo que trata a informação como um fenômeno social e se constrói a partir da crítica do modelo cognitivo que via a informação como produto de um sujeito isolado. Dito de outra forma, é fruto do isolamento social do indivíduo que se relaciona com o mundo apenas de forma cognitiva. Por intermédio da definição social da informação, entende-se ser ela fruto de uma construção, pois aquilo que é informativo em um momento não o é em outro, aquilo que tem relevância para um grupo não tem significado algum para outra comunidade, e assim por diante. Além disso, trata-se de uma construção coletiva, conjunta com a participação dos vários sujeitos e pelo campo de interações resultantes de suas práticas (ARAÚJO, 2010).

A informação compreende uma unidade de três elementos: conhecimento – que é o conteúdo da informação; linguagem – constituído pelo instrumento de expressão de partículas de informação; e suporte – objetos físicos ou energia. A informação existe e desempenha sua função social por intermédio de um suporte físico, ela existe fora da consciência individual e independe dela, desde o momento de sua origem (FOGL, 1979).

Choo (2003) enumera três situações para o uso da informação: criar significado; construir conhecimento; e tomar decisões. Afirma, ainda, que a informação passa a ter valor estratégico somente quando transformada em conhecimento pelas pessoas, o que, de maneira geral, provoca mudança em sua capacidade de agir. O autor ressalta, também, que o conhecimento pode ser classificado em tácito e explícito. O conhecimento tácito é o conhecimento implícito, usado para dar sentido ao mundo. É um conhecimento não codificado e de difícil divulgação. O conhecimento explícito é aquele expresso de maneira formal por meio de técnicas e utilização de símbolos, sendo, dessa forma, facilmente comunicado ou difundido (CHOO, 2003).

Com a importância cada vez maior da informação nas relações sociais, econômicas e culturais na história da humanidade, conforme já apresentado, estudiosos de todas as partes do mundo e de alguns campos do conhecimento

buscam entender, de fato, o significado, a proporção e a importância da informação na sociedade.

Para Pinheiro (1997, p. 182), “Todos os campos do conhecimento alimentam-se de informação, mas poucos são aqueles que a tem como objeto de estudo”. Nesse contexto, a CI se destaca entre as ciências que abarcam os estudos da informação. Por outro lado, ainda segundo a mesma autora, “esta informação de que trata a Ciência da Informação movimenta-se num território multifacetado”, podendo ser informação em uma área específica, um setor, ou servindo aos habitantes de certa região, de um bairro ou de um determinado movimento social.

A multidisciplinaridade presente na CI foi abordada por Wersig e Nevelling (1975), que apresentaram quatro enfoques diferentes para ela: a visão orientada para o fenômeno – no caso, a própria informação; a visão orientada para os meios – diz respeito ao lado pragmático da disciplina; a visão orientada para a tecnologia – é a ligação da CI com a Ciência da Computação; e, por fim, a visão orientada para os fins – trata-se da relação da CI com as necessidades sociais. Ao salientar o caráter social da CI, os autores asseguram que “Hoje, o problema da transferência do conhecimento para aqueles que dele necessita é uma responsabilidade social, e esta responsabilidade social parece ser o motivo real da ciência da informação.” (WERSIG; NEVELLING, 1975, p. 11).

Para Le Coadic (2004), a CI se transformou em uma ciência social rigorosa, que tem como objeto de estudo as propriedades gerais da informação, como natureza, gênese e efeitos e, sobretudo, a análise de seus processos de construção, comunicação e uso. Mesmo que os objetos de estudo da CI estejam pré-estabelecidos, as pesquisas desenvolvidas na área carecem de estudos interdisciplinares envolvendo características de abordagens metodológicas múltiplas. O processo de emergência vivido pela CI, “de forma alguma está terminado, como testemunha a emergência, na última década ou pouco mais, da ciência cognitiva. Portanto, a CI está seguindo os mesmos passos evolutivos de muitos outros campos” (SARACEVIC, 1996, p. 42).

A CI não pode ser analisada apenas como uma disciplina clássica, mas especialmente como um protótipo de um novo tipo de ciência (WERSIG, 1993). Dito de outra forma, a CI deve ser considerada uma ciência pós-moderna, marco do seu

nascimento. As atividades científicas e técnicas são a fonte de onde fluem os conhecimentos científicos e técnicos que se converterão, depois de registrados, em informações científicas e técnicas transformando-se em um processo cíclico, pois, inversamente, “[...] essas atividades só existem, só se concretizam, mediante as informações” (LE COADIC, 2004, p. 26).

Com base no que afirma Le Coadic (2004), deduz-se que sem a informação, a ciência não pode se desenvolver. Sem a informação, a pesquisa seria inútil e não haveria o conhecimento. “O ato de significar os dados e transformá-lo em informação útil promove a geração de conhecimento de valor social e econômico” (BERTI JUNIOR; CATARINO, 2013, p. 5). É a partir de dados e de significação, julgamentos e interpretações que se formula a informação. Essa informação, por intermédio da ação do indivíduo, agrega valor e transforma-se em insumo básico e/ou recurso estratégico, oportunizando ao indivíduo que alcance o conhecimento e tome decisões (UCHÔA ARAÚJO, 2002).

Entendendo a informação como sendo o elemento básico que constitui o conhecimento, seja ele simples ou complexo, e a utilização da própria informação com diversas finalidades, observa-se que as pessoas, de modo geral e de acordo com seus interesses, se transformam em analistas da informação. “E isso ocorre quando buscam a informação a partir de determinados critérios para processá-la cognitivamente e utilizá-la, também de acordo com critérios específicos e individuais.” (BAPTISTA; ARAÚJO JR; CARLAN, 2010, p. 63).

A Análise da Informação é uma expressão cujos termos permitem diversos significados e aplicações em diferentes realidades e, sua definição, no contexto da CI, ainda é um processo em construção. Entretanto, a análise da informação admite, em seu escopo, processos mais amplos, relacionados à análise documentária, representação, organização e recuperação da informação registrada, com ênfase, inclusive, nos conteúdos temáticos (BAPTISTA; ARAÚJO JR; CARLAN, 2010). Nessa perspectiva, de acordo com os autores, identificam-se três níveis em que se realiza a análise da informação: nível intuitivo, nível racional e nível profissional.

O processamento da informação no nível intuitivo é realizado pelas pessoas de forma óbvia, por exemplo, o indivíduo entende que, se o clima está chuvoso, o uso do guarda-chuva está implícito. Trata-se de senso comum sem necessidade de maior nível de racionalização. No nível racional da análise da informação exige-se

do indivíduo, por exemplo, a compreensão de que, se ele não adequar os seus gastos à sua renda, fatalmente terá problemas com a inadimplência, afetando, dessa forma, aspectos sociais e profissionais da sua vida. Esse tipo de situação demanda níveis variáveis e crescentes de análise racional da informação obtida por meio informal ou registradas em documentos ou mesmo publicações disponíveis.

No que se refere ao nível profissional de análise da informação, é pertinente considerá-lo oriundo de algum tipo de mediação especializada necessária entre produtores e usuários de informação, visando sempre a esclarecer e a facilitar o acesso a fontes e conteúdos. A mediação, dependendo da área em que está sendo aplicada, assume características próprias, tornando-se singular, e, considerando que a CI tem por objeto a informação registrada em si, torna-se mais clara a visão do que consiste o nível profissional de análise da informação com foco nos conteúdos temáticos, atendendo a objetivos diferenciados. Nesse sentido Baptista; Araújo Jr. e Carlan (2010, p. 64) afirmam:

[...] talvez seja possível entender análise da informação como sendo um conjunto de práticas que, viabilizadas pela articulação entre modelos conceituais e técnicas originárias dos campos de aplicação da ciência da informação, serve à compreensão, organização e recuperação dos conteúdos presentes em diferentes registros e suportes.

Se “a informação comporta um elemento de sentido”, conforme assegura Le Coadic (2004, p. 4), a análise da informação tem como foco o conteúdo temático e, ainda, sendo a informação registrada o objeto da CI, conforme exposto anteriormente, é necessário identificar os parâmetros que distinguem a natureza e os objetivos da análise da informação no contexto da CI, em relação aos mesmos objetivos nas demais áreas do conhecimento.

Se, em outras áreas, a análise da informação busca a compreensão e a interpretação dos sentidos presentes em algum tipo de registro, na CI essa análise se concentra na descrição, representação e organização de conteúdos, sem levar em conta o tipo de suporte no qual se encontram, buscando, unicamente, torná-lo disponível ao usuário a partir de uma linguagem documentária que funciona como mediação entre a linguagem natural de quem busca a informação e as fontes e registros onde a informação requisitada se encontra (BAPTISTA; ARAÚJO JR.; CARLAN, 2010).

A mediação que possua, em seu escopo, o componente intelectual, deve permear a construção, o desenvolvimento e o uso das linguagens que representam os conteúdos temáticos de forma objetiva e a mais isenta possível; além disso, o estabelecimento de critérios abalizardamente intelectuais gera conexões corretas entre conceitos e termos, resultando em uma melhor qualidade da representação de conteúdos e na recuperação da informação.

Em função das características do aparato tecnológico e da complexidade do conhecimento especializado aplicados na análise da informação, é possível apontar três dimensões de análise da informação no âmbito da CI: dimensão conceitual, dimensão estratégica e dimensão operacional.

A dimensão conceitual, segundo Baptista, Araújo Jr. e Carlan (2010, p. 65), “[...] é aquela que busca associá-la aos conteúdos temáticos da informação, identificando seu alcance e limites, estabelecendo interfaces disciplinares e objetivos que a caracterizam como uma das atribuições da ciência da informação”. Nesta dimensão incluem-se, também, conceitos, definições, hierarquia e tipologia da informação.

A dimensão estratégica leva em conta a organização da informação visando à sua recuperação. Dessa forma, requer o estabelecimento de políticas e estratégias que contemplem formas diferentes de se organizar a informação, independentemente da natureza e finalidade da instituição (empresarial, acadêmica, entre outras). A análise da informação, neste contexto, deve ser eficiente o bastante para responder a situações de conflitos relacionados a diferentes opções e possibilidades de objetivos e metas que compõem a missão da instituição, por exemplo, a definição do tipo de indexação que seria mais apropriado para determinado acervo.

Na dimensão operacional da análise da informação são desenvolvidas uma série de atividades que transformam o documento em informação. Assim, por meio da análise documental que é sinônima da análise da informação, elabora-se a representação condensada do conteúdo informacional de uma coleção de documentos, visando à síntese e ao tratamento da informação, com o objetivo de atender as necessidades dos usuários no processo de recuperação da informação de forma mais eficiente. Resumidamente, “a síntese é a compreensão que se tem do

objeto analisado e que será, de alguma forma, representado” (BAPTISTA; ARAÚJO JR.; CARLAN, 2010, p. 69).

Para se ter a informação organizada é preciso descrevê-la. Descrever um objeto ou recurso informacional significa enumerar suas características ou as relações desse objeto ou recurso com outros, que o identificam. Ao descrever um documento, tem-se como objetivo comunicar, por intermédio de linguagem específica, desenvolvida e aplicada em conformidade com um conjunto de regras, determinados atributos (SVENONIUS, 2000).

A organização da informação é feita com a finalidade de atribuir-lhe sentido. Essa organização não deve ser operacionalizada, desvinculada de um objetivo, portanto, a decisão de preservar determinada informação e de organizá-la acarreta sua institucionalização, conferindo-lhe um status diferenciador (SMIT, 1996). Considerando tais aspectos, apresentam-se, a seguir, os conceitos e elementos envolvidos na organização e representação da informação desenvolvida, como forma de preservá-la e possibilitar o acesso a elas.

3.3 CONCEITOS E ELEMENTOS DA ORGANIZAÇÃO E REPRESENTAÇÃO DA INFORMAÇÃO

A preocupação do homem com a organização e o acesso à informação e ao conhecimento vem, como já dito, de tempos remotos, sendo muito visível na descrição dos fatos históricos, tais como: a construção da Biblioteca de Alexandria, no século III a.C.; o surgimento da Classificação Decimal de Dewey – CDD, por Melvil Dewey, em 1873, visando a organizar e facilitar o acesso a livros; a criação da Classificação Decimal Universal – CDU, tendo como ponto de partida a classificação decimal de Dewey, por Paul Otlet e Henri de La Fontaine, no final do século XIX; a criação da Classificação Colon, em 1933, que deu origem ao esquema de classificação facetada de Ranganathan; a publicação do *Traité de Documentation*, por Paul Otlet, em 1934, discutindo pela primeira vez os problemas gerais e característicos da organização da informação; a publicação do artigo *As we may think*, de Vannervar Bush, em 1945, que identificou o problema da explosão informacional e propôs o uso do *memex* como mecanismo de armazenamento e recuperação da informação; a fundação do projeto Xanadu, por Theodore Nelson, em 1960, que criou as bases do conceito de hipertexto; o lançamento da *World Wide*

Web, por Tim Berners Lee, em 1989, que revolucionou a forma de acesso à informação, contribuindo, de forma significativa, para a ampliação da explosão informacional (SVENONIUS, 2000; MALHEIROS; RIBEIRO, 2011).

Em comunidades que antecederam a sociedade capitalista, havia muito mais necessidade de informação do que, de fato, era ofertado. Essa situação de desequilíbrio era atribuída diretamente aos custos da produção da informação. Atualmente, essa situação se inverteu: a oferta excede a demanda, criando um desafio no que concerne a distribuição eficiente dos conhecimentos a receptores necessitados. Nesse sentido, destaca-se o pensamento de Pando e Guimarães (2006, p. 3):

Com a constante proliferação de materiais bibliográficos, o homem se vê às voltas com questões cruciais em termos de aquisição e acesso de informação e conhecimento, visto que a produção aumenta a cada dia, sendo impossível para a capacidade cognitiva humana armazenar a grande quantidade de informações disponibilizada nos mais variados tipos de suporte.

Marcondes (2001, p. 61) classifica tal situação como sendo uma explosão informacional: “[...] a grande quantidade de informações produzidas e disponibilizadas por diferentes atividades sociais, dificultam sua identificação, acesso e utilização”. Diante desse cenário sinteticamente apresentado, observa-se que “a organização da informação registrada nos diversos suportes tem sido um dos campos de preocupação e estudo em Ciência da Informação” (LUNARDELLI; GALLEMBECK, 2012, p. 174). Le Coadic (2004) afirma que o objetivo da área da CI é o estudo das propriedades gerais da informação e a análise de seus processos de construção, comunicação e uso.

Em um mundo globalizado, a informação, disseminada por meio das novas e modernas tecnologias de comunicação, elimina barreiras e facilita o acesso ao conhecimento produzido pela humanidade. Entretanto, para que isso ocorra, “A informação deve ser ordenada, estruturada ou contida de alguma forma, senão permanecerá amorfa e inutilizável” (McGARRY, 1999, p. 11). De acordo com o que afirma o autor, a informação desestruturada, que não tenha passado por algum tipo de tratamento que viabilize sua recuperação posterior, será apenas um dado armazenado, deixando, dessa forma, de ser insumo para novos conhecimentos.

Para Almeida e Crippa (2009, p. 125), “[...] a informação, em si mesma, não produz efeitos quando não encontra a forma de ser acessada pelos usuários.” Observa-se a preocupação dos autores com a importância da organização em todos os níveis do processo de distribuição e disseminação da informação; eles, ainda, identificam que o grande desafio é organizar a informação e transformá-la em conhecimento registrado e socializado.

A organização é uma característica essencialmente humana que nos acompanha desde o início de nossas vidas e se justifica pela sua necessidade, uma vez que é por meio dessa organização que o homem consegue se relacionar com o mundo. Mesmo quando inconsciente, ela está presente em todo tipo de tarefa, das mais simples às mais complexas (VIGNOLI; ALMEIDA; CATARINO, 2014).

Café e Sales (2010, p. 117) preconizam que “Em uma visão mais ampla, podemos dizer que precisamos organizar para compreender o mundo e nos comunicar melhor”. Galvão (2008, p. 203) ressalta que “[...] a organização que fazemos no dia-a-dia é muito particular, pois o modo de organização da informação adotado por nós não foi pensado para ser compreendido por todos aqueles que nos cercam, não sendo amplamente apreensível”.

Galvão (2008) reforça, ainda, que para o cumprimento das tarefas de organização da informação, no campo do fazer profissional, a CI, que se constitui na área de estudo da informação e do conhecimento registrado, desenvolveu parâmetros culturalmente compartilháveis de organização e recuperação da informação, presente e futura. Nesse sentido, pode-se afirmar, com base em Café e Sales (2010, p. 117), que “Organizamos um acervo para compreendê-lo melhor e assim podermos recuperar objetos informacionais, isto é, informações registradas nos mais variados suportes (textos, imagens, registros sonoros, representações cartográficas e páginas da ‘web’).”

Ancorado no entendimento de Galvão (2008, p. 204), ressalta-se que a organização da informação aqui entendida envolve “[...] todo tipo de indexação, resumos, catalogação, classificação, gestão de registros, bibliografias e a criação de bases de dados textuais e bibliográficas tendo em vista a recuperação da informação”. Para Svenonius (2000), o ato de organizar a informação pode ser caracterizado como sendo um tipo particular de uso da linguagem e o objetivo

fundamental e balizador de um sistema de organização de informação é o de reunir informação similar e diferenciar aquela que não é exatamente semelhante.

Como conceito de organização da informação, Café e Sales (2010, p. 118) a definem como sendo “[...] um processo de arranjo de acervos tradicionais ou eletrônicos, realizado por meio da descrição física e de conteúdo (assunto) de seus objetos informacionais”. Svenonius (2000) argumenta que estas descrições fazem parte do enunciado de propriedades de um objeto ou das relações deste objeto com os demais objetos que o identificam.

Dias e Naves (2007) definem a organização da informação como sendo a área que engloba as disciplinas, as técnicas, os métodos e os processos relacionados às descrições física e temática dos documentos que se encontram dispostos em uma biblioteca ou sistema de informação, desenvolvendo instrumentos como códigos, linguagens, normas ou padrões que visam a descrever os documentos, além de estabelecer estruturas, físicas ou não, que possibilitem armazenar os documentos e os seus conteúdos.

Entende-se, dessa forma, que, por meio da organização das informações contidas em uma unidade ou sistema de informação, é possível ampliar as possibilidades de disseminação da informação. Trata-se de uma etapa que cumpre relevante papel no processo de intermediação nas relações entre o produtor (autor) e o consumidor (usuário), atuando como mediador da informação (GUIMARÃES, 2003).

A organização da informação, na visão de Almeida e Crippa (2009, p. 110), “é o resultado de formações históricas voltadas para a manutenção de instituições que conservam e disseminam, de forma organizada, os instrumentos e materiais de conhecimento socialmente compartilhado”. Esse processo se concretiza por intermédio das representações documentais a partir de referências bibliográficas, resumos, descritores, entre outros produtos da representação, constituindo unidades mais fáceis de manipular que o documento na íntegra, possibilitando, dessa forma, que o usuário avalie a relevância do conteúdo diante da sua necessidade informacional (DIAS, 2006).

Pode-se afirmar, com base nos argumentos apresentados, que a informação tem que ser organizada para que possa ser disseminada e recuperada. Reconhece-se, também, que, segundo Borko (1968), a CI investiga as propriedades, o

comportamento, o fluxo e os meios de processamento da informação, dentre outras características, objetivando viabilizar sua acessibilidade e usabilidade. Nesse sentido, a organização da informação constitui-se no primeiro passo para a produção de recursos que viabilizem, posteriormente, sua recuperação. “São etapas do tratamento da informação que recebem procedimentos distintos com relação ao estudo e pesquisa da área de CI, mas que estão diretamente relacionadas e coexistem” (VIGNOLI; ALMEIDA; CATARINO, 2014, p. 122).

Para Brächer e Café (2008), o processo de organização da informação envolve atividades tanto de descrição física quanto de descrição de conteúdo dos objetos informacionais. “O produto desse processo descritivo é a representação da informação, entendida aqui como um conjunto de elementos descritivos que representam os atributos de um objeto informacional específico” (BRÄCHER; CAFÉ, 2008, p. 5).

Para a representação da informação, o objeto informacional pode ser constituído por textos, imagens, filmes, registros sonoros, enfim, uma unidade de informação organizável. Segundo Tonello, Lunardelli e Almeida Junior (2012), a representação da informação é o principal foco da CI e pode ser definida como a ação que possibilita a descrição, a representação da informação, do documento.

Como já dito, o propósito das atividades de representação da informação tem como objetivo a recuperação da informação em diferentes contextos de produção e uso. Nessa mesma linha de raciocínio, Dahlberg (1992, p. 214) ressalta a aplicabilidade da informação e argumenta que esta

[...] necessita ser urgentemente ordenada e compendiada [tratada] para transformá-la em conhecimento disponível, tanto para usos e finalidades pessoais como para a tomada de decisões públicas, em termos de aplicação política, cultural, industrial, comercial ou social.

Os elementos necessários à representação da informação são compostos por estruturas e esquemas de organização, construídos a partir das características do conteúdo, dos objetivos da instituição e das demandas da comunidade usuária. Dito de outra forma, antes de qualquer atividade de organização da informação, é necessário que se reflita sobre o perfil e anseios da comunidade destinatária desse serviço (ROSENFELD; MORVILLE, 2007). Segundo Café e Sales (2010), há comunidades presentes em diversos contextos: bibliotecas, arquivos, museus, internet, entre outros. Nessa perspectiva, a representação da informação emprega

características particulares, como padrões e técnicas estudados e enunciados há muitos anos pela CI.

Em decorrência do enunciado até então, se pode afirmar que a construção da representação da informação é um processo cognitivo que transforma a informação em um produto compreensível à linguagem dos usuários; entretanto, durante o procedimento, podem ocorrer influências das características do profissional da informação nos resultados da representação, pois é nesse momento que estão presentes “[...] as etapas de percepção, identificação, interpretação, reflexão e codificação” (ALVARENGA, 2003, p. 21).

Representar objetos e conceitos na mente, manipular estas representações antes de agir na realidade de acordo com os resultados da manipulação mental prévia e socializar estas experiências, sob a forma de representações orais ou escritas, para outros membros da espécie, é uma das mais fundamentais características do gênero humano. Constitui o que chamamos de cultura, uma segunda natureza humana, intersubjetiva, capaz de transcender os limites individuais de espaço e tempo. (MARCONDES, 2001, p. 61).

Para Lunardelli e Galembeck (2012, p. 177) “Etimologicamente, representar relaciona-se a trazer de volta alguma coisa”. Na visão peirceana, representar é o mesmo que ‘estar no lugar de’. Entretanto, no entendimento daqueles autores, representar vai além do sentido de ‘estar no lugar de’, uma vez que está implícita, no processo, a retomada, a recuperação da informação citada no texto. Marcondes (2001, p. 64), com base nos ensinamentos de Peirce, afirma que “Representação é um processo ocorrendo na mente de alguém, produzindo nesta mente algo distinto do objeto a que se refere. A representação então relaciona o objeto que ela representa com a mente que o percebe”.

Novellino (1996, p. 38) destaca que “a principal característica do processo de representação da informação é a substituição de uma entidade lingüística longa e complexa – o texto do documento – por sua descrição abreviada”. Para a autora, a substituição ou sumarização decorre da necessidade de diminuir o volume de material a ser armazenado e pesquisado, assim como da possibilidade de demonstrar, com um mínimo de informação, o sentido do documento. Novellino (1996, p. 38) observa, ainda, que essa substituição “funciona então como um artifício

para enfatizar o que é essencial no documento considerando sua recuperação, sendo a solução ideal para a organização e uso da informação.”

Lancaster (2004, p. 103) destaca o papel desempenhado pelo resumo e suas utilizações como parte fundamental no processo de representação da informação e afirma que “poderíamos mencionar muitas e diferentes finalidades. A mais importante, talvez, é que os resumos facilitam a seleção. Ou seja, ajudam o leitor a decidir se determinado item apresenta a possibilidade de satisfazer a seu interesse”. Lunardelli e Gallembek (2012) ressaltam essa relevância, entretanto advertem para as dificuldades observadas no momento da elaboração dessas formas condensadas de apresentação do conteúdo informacional nos mais variados e atuais contextos de circulação da informação.

No campo da CI, em especial no que diz respeito aos “estudos das linguagens, representar conteúdos textuais transformando-os em informação a ser disseminada é uma prática, tanto teórica quanto analítica, bastante complexa.” (GASPAR, 2011, p. 139). Por intermédio da representação da informação, é possível criar uma espécie de representação mental que possua em seu escopo os principais elementos do texto, preferivelmente de forma fácil de entender ou que seja mais simples ou mais concreto que o próprio texto (STERNBERG, 2000).

De acordo com Novellino (1996, p. 38), “o processo de representação da informação envolve dois passos: 1) análise de assunto de um documento e a apresentação do resultado dessa análise em uma expressão lingüística e 2) atribuição de conceitos ao documento analisado”. Mais adiante, na mesma página, a autora argumenta que a realização dessa segunda fase “pressupõe uma linguagem documentária, instrumento de padronização da indexação, a qual visa garantir que indexadores de um mesmo sistema ou sistemas afins usem os mesmos conceitos para representar documentos semelhantes”. A linguagem documentária se transforma, também, em um conveniente meio de comunicação, à medida que permite que tanto os indexadores quanto os usuários partilhem um mesmo vocabulário.

Um ambiente informacional pode existir tanto em uma forma física – casos das bibliotecas, arquivos e museus, entre outros –, como no meio digital – um repositório ou um *site*, por exemplo. O termo ambiente informacional remete a uma abordagem ampla e pressupõe a existência de pessoas, tecnologias, informação,

cultura, comportamento, gestão e sociedade (VECHIATO, 2010). Este é um cenário em plena transformação devido às grandes mudanças impostas pela internet nos últimos anos, criando o ciberespaço, que é uma dimensão virtual da realidade, conceitualmente equivalente a um espaço físico onde indivíduos, máquinas e programas e sistemas de computador interagem entre si (RIBEIRO, 2011).

É um universo não material, fonte virtual na qual os indivíduos disseminam, compartilham, acessam, recuperam e organizam informação e conhecimento. É onde a WWW (*World Wide Web*) tem seu lugar, podendo ser observada na descrição da relação com as redes de computador, que é a própria *web*. Envolvida neste cenário, a CI vem dando suporte teórico e prático ao desenvolvimento de metodologias e critérios utilizados para organizar a informação nesses espaços (RIBEIRO, 2011).

3.3.1 A Organização e Recuperação da Informação na *Web*

O processo de organização da informação na *web* deve, sobretudo, considerar as mudanças nas características dos documentos elaborados para este meio. São documentos em formato digital, acessados por meio de uma interface ou tecnologia específica. Um documento digital pode ser instável, dinâmico e sem fronteiras identificáveis, o que dificulta sua descrição e organização (SVENONIUS, 2000).

Para Rosenfeld e Morville (2007, p. 22), “A *web* nos provê um ambiente flexível maravilhoso para organizar”. Os autores destacam, com essa argumentação, uma característica fundamental ao se pensar a organização no contexto digital: a flexibilidade de organização permite que um mesmo documento possa ser acessado por diferentes caminhos, oferecendo, portanto, um potencial de organização repleto de combinações.

A organização da informação em sistemas de informação ou unidades de informação convencionais compreende a descrição dos documentos, tendo como foco os seus aspectos físicos e temáticos; já no ambiente digital, isso ocorre por intermédio dos metadados. De forma sintetizada, pode-se definir metadados como sendo dados estruturados que descrevem as características de um recurso informacional, podendo ser um documento, produto ou serviços (MONTEIRO, 2010).

Os metadados descrevem o conteúdo de um recurso, visando a facilitar, tanto para um usuário quanto para um mecanismo de busca, o acesso e a recuperação do recurso de maneira mais eficiente. O termo metadados é utilizado com diferentes significados, dependendo da sua função e do domínio onde está sendo aplicado, podendo se referir a informações legíveis somente por computadores, bem como para registro e descrição de recursos eletrônicos na forma legível somente por humanos (GRÁCIO, 2002; CATARINO, 2009).

No mundo digital, recurso significa qualquer informação armazenada eletronicamente e que pode ser acessada ou recuperada, independente do seu formato. Tanto pode ser um simples dado, um documento, um vídeo, uma página na *web*, como pode ser uma pessoa, uma coleção, um sistema, um equipamento ou mesmo uma organização.

Para que o acesso e a recuperação dos conteúdos digitais sejam eficazes, é de grande importância caracterizar os recursos por meio da padronização da descrição das informações (CASTRO; SANTOS, 2007). Pode-se afirmar, também, que, com essas ações, os “metadados são informação que resume, enriquece ou complementa os objetos ou serviços referenciados, produzindo assim um potencial incremento de informação” (BORBINHA; FREIRE, 2002, p. 1).

Outra característica marcante dos metadados é que eles podem ser utilizados para descrever um recurso como um todo (por exemplo, o vídeo de um programa de TV) ou apenas parte dele (uma cena contida no programa); ou, ainda, um recurso e suas outras formas de manifestação (por exemplo, outras edições, outras versões, outras mídias, dentre outros) (CATARINO, 2009). Ainda segundo a autora, os metadados podem ser classificados da seguinte forma:

- **Metadados descritivos:** usados para descrever características de um documento criando as condições necessárias para a identificação, pesquisa e gerenciamento das informações;
- **Metadados administrativos:** fornecem informações que ajudam no gerenciamento dos repositórios de objetos;
- **Metadados estruturais:** são aqueles que descrevem a forma de ligação entre os objetos. Indica como esses objetos são organizados e agrupados, viabilizando a navegação entre partes do objeto (livros, capítulos de livros).

Vale ressaltar alguns benefícios oriundos da utilização dos metadados: a) documentar, estruturar e organizar os recursos; b) facilitar e propiciar maior precisão na recuperação das informações; c) permitir o acesso e a recuperação da informação de forma ágil e segura; d) permitir o gerenciamento da informação; e) armazenamento e preservação da informação; e f) classificar conteúdos.

Monteiro (2010) discorre, ainda, sobre o ambiente digital, sua estrutura de informação e o uso de metadados, apontando uma analogia ao ambiente tradicional, onde as informações são descritas seguindo padrões específicos, como o *Machine Readable Cataloging* (MARC), *Anglo American Cataloguing Rules* (AACR2) e a Classificação Decimal Universal (CDU), acrescentando que a principal diferença observada na estrutura de organização da informação, no ambiente digital, está no acesso aos conteúdos. Em uma biblioteca tradicional, a classificação remete à localização física de um documento impresso na estante; no ambiente digital, ela indica *links* para acesso a documentos digitais em um repositório ou base de dados, por exemplo. Nesse sentido, a interface gráfica de um *site*, utilizado como ferramenta de acesso às informações disponibilizadas na rede, se mostra de grande valia.

Para Rosenfeld e Morville (2007), a arquitetura de um *website*, ou simplesmente *site*, repercute diretamente na interação do usuário com a informação disponibilizada. Essa arquitetura, quando bem planejada, envolve uma combinação de esquemas de organização, rotulagem, navegação, e busca. Tais esquemas serão abordados detalhadamente a seguir, entretanto, vale salientar que essa divisão em quatro sistemas é apenas conceitual, destinada a orientar todo o trabalho da organização da informação na *web*: “todos esses sistemas apresentam uma grande interdependência de modo que os problemas de um deles normalmente afeta os demais [...]” (REIS, 2007, p. 72). E complementa: “analisá-los separadamente facilita a busca das dificuldades de projetá-los porque cada um deles é conceituado com bases teóricas advindas de disciplinas diferentes”.

Esquemas de Organização: têm como objetivo ordenar as categorias significativas e distintas entre si, envolvendo elementos de interface e de banco de dados. Entre os quatro sistemas instituídos por Rosenfeld e Morville (2007), o de organização e seus elementos é o que melhor se encaixa no processo que visa a subsidiar a elaboração da estrutura de informação. Os elementos de organização da

informação são compostos por esquemas e estruturas de organização, estabelecidas a partir das características do conteúdo, dos objetivos da instituição e das necessidades dos usuários. O processo exige a adoção de esquemas de organização, que são lógicas de agrupamento das informações que buscam ressaltar características compartilhadas dos itens de conteúdo (ROSENFELD; MORVILLE, 2007).

Os esquemas de organização estabelecem as características dos itens de informação e a influência destas características para o ordenamento de categorias. Lima (2003, p. 83) reconhece a relevância da estruturação de conteúdos, afirmando que “[...] categorias e hierarquias de categorias são a melhor maneira de organizar o conhecimento para recuperação, pelo óbvio motivo de que a informação estruturada é mais fácil de ser recuperada do que a informação desorganizada”.

Os esquemas podem ser exatos, ambíguos e híbridos. A organização por meio de esquemas exatos, por exemplo, é facilmente implementada, pois permite que as informações sejam agrupadas em um índice ou *menu* em ordem alfabética, cronológica ou geográfica. Trata-se de uma lógica simples e rápida de organização, pois trabalha com critérios bem delineados. Agrupa informações a partir de características óbvias e mutuamente excludentes. Entretanto, por não permitir flexibilidades e ambiguidades, pode apresentar dificuldades para o usuário, caso este não tenha total domínio do assunto que está procurando (BUSTAMANTE, 2004).

Os esquemas de organização ambíguos são aqueles que permitem que a informação seja organizada em categorias subjetivas, baseando-se na “ambiguidade peculiar da língua e subjetividade humana, são projetados levando-se em consideração as características do domínio do conhecimento no qual se quer organizar” (RIBEIRO; MONTEIRO, 2012, p. 140). Esse tipo de esquema é útil para aquele usuário indeciso, que não sabe exatamente o que procura e que, muitas vezes, fica na dúvida em qual *link* ‘clique’; esse sistema “[...] procura reproduzir a maneira como o conhecimento é disposto na mente do usuário.” (NONATO et al., 2008, p. 129).

Em resumo, e de acordo com Rosenfeld e Morville (2007), esses esquemas podem ser organizados por tópicos ou assuntos, orientados por tarefas, por meio das quais a informação é organizada seguindo processos, funções ou ações que os

usuários podem executar, e direcionado a um público específico, um domínio, de acordo com determinado tipo de usuário e seus respectivos interesses. Pode, também, ser orientado a metáforas, por intermédio das quais o usuário entende a informação disponibilizada.

Os esquemas híbridos de organização combinam esquemas exatos e ambíguos. Segundo Rosenfeld e Morville (2007, p. 36), esses esquemas são comuns porque “é difícil escolher um esquema para a página principal”. Para Reis (2007, p. 85), porém, esse esquema normalmente causa confusão ao usuário, pois a junção de ambos os esquemas gerará complicação para o entendimento. Um recurso bastante utilizado, e que resolve em parte o problema, é a separação dos esquemas na mesma página, oferecendo mais de uma opção de navegação para o usuário. O uso de esquemas híbridos, alertam aqueles autores, dificulta a formação de modelos mentais pelos usuários.

Paralelamente à definição e implementação dos esquemas de organização do *site*, deve-se trabalhar a estrutura de organização, considerando a coleção de informação a ser disponibilizada, que pode ser de um mesmo assunto ou um mesmo objetivo e pode ser organizada de três maneiras:

- **hierárquica ou *top-down***: obedece a ordem das classes subordinadas, ou seja, apresenta uma estrutura taxonômica, partindo de assuntos mais gerais para os mais específicos;
- **hipertexto**: agrupa conteúdos de acordo com nível de semelhança, com critérios pré-definidos, não possui linearidade e seus componentes se interligam por *links*;
- **base de dados relacional ou *bottom-up***: são estruturas com base em registros com descrições de conteúdo que partem de assuntos específicos para os mais gerais.

Essas estruturas têm, por finalidade, representar as possíveis trilhas a serem percorridas pelos usuários no momento da navegação. Nesta etapa são definidos os tipos de relacionamentos entre os itens do conteúdo e os grupos aos quais eles pertencem, a partir de diferentes tipos de relações. Souza, Foresti e Vidotti (2004) esclarecem que a estrutura de organização é determinante na construção de *sites*, pois indicam os caminhos que podem ser seguidos pelos usuários.

É possível utilizar as três estruturas apresentadas acima de forma independente ou de maneira que se complementem. As estruturas dos *sites* geralmente incluem hierarquias, bases de dados relacionais e hipertextos, cada qual com pontos positivos e negativos. Em determinados casos é recomendado utilizar uma ou outra, mas, na maioria das vezes, o ideal é utilizar as três.

O Quadro 5 apresenta, de forma sintetizada, os elementos de organização da informação propostos por Rosenfeld e Morville (2007):

Quadro 5 – Elementos de organização da informação na *web*

Elementos de organização da informação			
Elementos		Descrição	
Esquemas	Exatos	Alfabético	Apresenta informações ordenadas alfabeticamente
		Cronológico	Apresenta informações ordenadas por datas ou períodos temporais
		Geográfico	Apresenta informações ordenadas segundo aspectos espaciais
	Ambíguos	Tópico	Organiza informações por assunto
		Orientado a tarefa	Organiza informações segundo processos, funções ou ações que usuários podem executar.
		Orientado ao público	Organiza informações de acordo com os tipos de usuário e seus respectivos interesses.
		Orientado a metáfora	Organiza informações a partir de metáforas conhecidas pelo usuário
Híbridos	Combina elementos de organização exatos e ambíguos		
Estruturas	Hierárquica (<i>top-down</i>)		Estrutura taxonômica com classes e subclasses, partindo de assuntos mais gerais para os mais específicos
	Base de dados relacional (<i>bottom-up</i>)		Estrutura baseada em registros com descrições de conteúdo, partindo de assuntos específicos para os mais gerais
	Hipertexto		Estrutura que agrupa conteúdos de acordo com nível de semelhança ou critérios pré-definidos, de forma não linear e com componentes interligados por <i>links</i>

Fonte: Monteiro (2010, p.136)

Como se pode observar, o Quadro 5 contempla, gráfica e resumidamente, todos os elementos de organização da informação na *web* e seus respectivos subelementos e características, conforme descritos por Rosenfeld e Morville (2007).

Sistemas de navegação: preocupam-se com os instrumentos auxiliares que permitem ao usuário se movimentar pelo *site*, especificando as maneiras de navegar pelo espaço informacional e hipertextual por meio de menus e barras de navegação. Um sistema de navegação bem elaborado e estruturado, que permite ao usuário o acesso às informações que deseja com segurança e economia de tempo, é

necessidade imperiosa e deve ser considerado no momento da concepção do *site*. “A navegação tornou-se o grande diferencial da *Web*, com seus recursos em infinitas ligações de hipertexto, o termo *surf* pela rede é designado para relacionar toda a intenção do usuário com ela.” (RIBEIRO; MONTEIRO, 2012, p. 20).

Silva e Araújo (2011) apontam como função básica do sistema de navegação, além de indicar ao usuário a sua localização, mostrar o trajeto correto para chegar ao destino desejado. Além disso, uma boa navegação deve permitir maior flexibilidade de movimento pelo *site*, explorando principalmente a natureza hipertextual da WWW, facilitando, dessa forma, a navegação pela hierarquia das páginas. O grande desafio aqui, argumentam Rosenfeld e Morville (2006, p. 52), é “balancear as vantagens da flexibilidade com os perigos da desordem”.

O sistema de navegação é dividido, segundo Souza, Foresti e Vidotti (2004), em três categorias: embutido (hierárquico, global, local, *ad hoc* e contextual), auxiliar (barra de navegação e *frames*) e suplementar (mapas de *site*, índices, guias, personalização, customização e navegação social). Tem-se, para o modo de navegação embutido:

- **navegação hierárquica:** trata-se de um sistema primário de navegação onde a página principal do *website* apresenta ramificações com subdivisões secundárias. Pode-se dizer que é uma opção fundamental, porém limitada, devendo ser combinada com outros sistemas de navegação;
- **navegação global:** este sistema possibilita navegações complementares pela estrutura do *site*, permitindo ir, rapidamente, de uma seção à outra por meio de barras de navegação, menus ou *links* em movimentos laterais e verticais, que rompem com a navegação única proposta pelo sistema hierárquico;
- **navegação local:** é recomendada, para *sites* mais complexos, como complemento aos sistemas de navegação global. Facilita a navegação por conteúdos específicos em uma seção dentro do *site* e requer estilos e recursos próprios de navegação, como uma lista de tópicos ou de itens relacionados entre si;

- **navegação *ad hoc***: são *links* inseridos no corpo do texto que levam à informação adicional ao contexto do assunto, em forma de palavras ou frases.

Como elementos complementares de navegação, ou simplesmente elementos de integração, conforme denominados por Rosenfeld e Morville (2007), consideram-se:

- **barras de navegação**: onde estão localizados os *links* de hipertextos que podem ser representados gráfica e textualmente;
- **frames**: subjanelas nas quais são apresentadas informações independentes entre si;
- **menus ou sumários**: que devem apresentar níveis de hierarquia com assuntos mais relevantes;
- **índices**: que são compostos na forma de palavras-chave ou frases; e
- **mapa do site**: que se relaciona com todos os itens contidos e é uma representação gráfica da arquitetura do *site*.

Assim como os sistemas de organização, que compreende esquemas e estruturas de organização e têm importância fundamental para organizar, acessar, recuperar e disseminar a informação por meio da *web*, Curty et al. (2009, p. 4) acreditam que “os sistemas de rotulagem são de suma importância para se definir a estrutura de organização do conteúdo de um *site*”. As autoras afirmam que o sistema de rotulagem “representa o acesso aos conteúdos, geralmente encontrados nos menus e nas barras de navegação”. Dito de outra forma, entende-se que, por intermédio dos rótulos, é possível compreender as informações disponibilizadas e, conseqüentemente, decidir por onde seguir.

Sistemas de rotulagem: preocupa-se com a definição de como chamar as categorias definidas na organização, atribuindo signos para cada elemento informativo e quais *links* levarão a elas. O sistema de rotulagem é estabelecido na forma de “símbolos linguísticos que são utilizados para expressar um conceito. O conceito deve ser comunicado de forma eficiente e eficaz, exigindo pouco espaço da interface e o menor esforço cognitivo do usuário para interpretá-lo” (CURTY et al., 2009, p. 4). Para Ferreira, Vechiato e Vidotti (2008, p. 120), o sistema de rótulos de um *site* auxilia na identificação do conteúdo e “O acesso pode ser via rótulo textual,

localizado no início da página, por termos de indexação ou cabeçalhos de assunto, ou por elementos iconográficos com navegação e cabeçalhos”.

Aquino e Oliveira (2012) entendem que, assim como as palavras encerram em si mesmas um significado, os rótulos são capazes de trazer, em um ambiente digital, uma grande quantidade de informações abrangendo inclusive outros sistemas, como a organização e a navegação. Silva (2010) complementa a ideia, afirmando que rotular é uma maneira de representar a informação inerente ao ser humano: “Utiliza-se rótulos para representar maiores pedaços de informações nos *sites*, sendo seu objetivo comunicar a informação eficientemente, ou seja, transmitir o significado sem ocupar muito espaço vertical da página.” (SILVA, 2010, p. 17).

Sistemas de busca: corresponde às ferramentas de recuperação da informação por intermédio do uso de palavras-chave e outros mecanismos. Robredo (2005, p. 186) afirma: “sem uma organização adequada dos registros documentários não é possível pretender a recuperação eficiente da informação e, sem esta, os serviços de documentação [...] perdem toda sua razão de existir”.

A organização da informação, no entendimento de Svenonius (2000), tem a capacidade de juntar aquilo que apresenta características iguais e considera a relação entre a obra, com seu conteúdo intelectual, e o documento, ambos com entidades que os descrevem. A autora acrescenta, ainda, que, ao descrever um documento, está-se pretendendo comunicar a alguém, por meio de linguagem específica – natural ou controlada –, determinados atributos e informações do documento. Este é, segundo Monteiro (2010, p. 133), “um procedimento fundamental para a recuperação da informação, uma vez que identifica e enumera as características do documento”.

De acordo com Barreto (1999), a informação é estática. Ela existe e está presente, porém constitui um estoque totalmente inerte e, devido a essa característica,

[...] não produz, por si só, qualquer conhecimento. As informações armazenadas em bases de dados, bibliotecas, arquivos ou museus possuem a competência para produzir conhecimento, que só se efetiva a partir de uma ação de comunicação mutuamente consentida entre a fonte (os estoques) e o receptor. Porém, a produção dos estoques de informação não possui um compromisso direto e final com a produção de conhecimento. (BARRETO, 1999, p. 2).

O maior desafio no processo de geração de conhecimento pelo indivíduo reside na dificuldade de um acesso qualitativo e integrado à informação, dificultando, em decorrência, a concretização do ciclo de transferência, mesmo diante da existência de um grande volume de informação disponibilizado e potencializado pelas tecnologias da informação e da comunicação. Diante do exposto, fica claro que o problema atual da sociedade não está na oferta de informação, mas na competência para utilizá-la (SMIT, 1996).

A maior parte das atividades de recuperação, principalmente as buscas em textos nos *sites*, é feita pelas próprias pessoas que necessitam da informação; elas acabam realizando essas tarefas, em vez de delegá-las. É certo afirmar, também, que as novas tecnologias de informação e de comunicação interferiram e continuam a ter grande influência no processo de busca e recuperação da informação (LANCASTER, 2004). Araújo Júnior (2007, p. 65) considera a recuperação da informação como o “processo de localizar documentos e itens de informação que tenham sido objeto de armazenamento, com a finalidade de permitir o acesso dos usuários aos itens de informação, objetivos de uma solicitação”.

Nos sistemas de busca e recuperação de informação, podem ser encontradas informações relevantes e informações não relevantes. Lancaster (2004, p. 3) prefere denominar de itens ou informações úteis e inúteis e argumenta que “documento pertinente (útil) é aquele que contribui para satisfazer a necessidade de informação”.

Cesarino (1985, p. 157) define sistema de recuperação da informação como sendo um:

[...] conjunto de operações consecutivas executadas para localizar, dentro da totalidade de informações disponíveis, aqueles realmente relevantes. Para isso, executam as funções de seleção, análise, indexação e busca de informações. Em todas essas etapas a interação usuário x sistema é fundamental.

Feitosa (2006, p. 28) afirma que a principal função de um sistema de recuperação da informação “é permitir que o usuário localize o maior número possível de itens relevantes” a cada busca realizada. Esta função está relacionada

com o grau de eficácia do sistema diante da análise de seus índices de revocação⁷ e índice de precisão⁸. O índice de revocação é a relação entre o total de itens úteis encontrados pelo usuário e a quantidade total de itens úteis disponíveis em uma base de dados (GUINCHAT; MENO, 1994)

Um sistema de recuperação de informações deve buscar aperfeiçoar a relação entre os índices de revocação e precisão, visando a possibilitar, em resposta a determinada consulta, referências ao maior número possível de documentos relevantes, ordenados por critérios que possa aferir esta relevância, e o menor número possível de documentos pouco ou não relevantes, de acordo com as necessidades de informação dos usuários (SOUZA, 2006).

O sistema de busca é um elemento empregado na internet, por meio de uma interface gráfica, que permite a localização de informações que podem estar armazenadas em qualquer base de dados ou computadores conectados à rede, bem como na base de dados do próprio *site*. Em outras palavras, com o auxílio deste mecanismo, podem-se buscar informações exclusivamente no conteúdo do *site* ou, também, externamente na rede, em outros *sites*.

É extremamente necessário, tanto para o usuário como também para a instituição/organização, que seja disponibilizado um sistema de busca interno, em *sites* que contenham uma grande quantidade de informação; isso facilitará na localização da informação que o usuário realmente deseja, ampliando o seu grau de satisfação (ROSENFELD; MORVILLE, 2007). Em conformidade com os autores, os sistemas de buscas podem ser categorizados em:

- **Item conhecido:** realiza a busca que o usuário conhece, ou seja, a partir do item a ser pesquisado, cujo termo da pesquisa é de conhecimento do usuário;
- **Ideias abstratas:** realiza a busca que o usuário sabe o que quer, mas não consegue descrever. Ele não possui domínio sobre o assunto;
- **Exploratória:** realiza a busca que o usuário sabe descrever, mas não sabe o que procura;

⁷ A Revocação, ou “recall” ou mesmo “abrangência”, é a razão do número de documentos atinentes recuperados sobre o total de documentos atinentes disponíveis na base de dados. A revocação mede o sucesso do SRI em recuperar documentos pertinentes (SOUZA, 2006, p. 163)

⁸ Razão do número de documentos atinentes recuperados sobre o total de documentos recuperados. A precisão mede o sucesso do SRI em não recuperar documentos que não sejam relevantes, de acordo com a necessidade de informação (SOUZA, 2006, p. 163).

- **Compreensiva:** realiza a busca que o usuário quer, tem domínio do assunto e consegue descrever. Visa a retornar todas as informações possíveis sobre um assunto.

O interesse pela recuperação da informação existe muito antes do surgimento da internet. A recuperação da informação se divide em dois modelos: os clássicos e os estruturados. Para atender aos modelos clássicos, cada documento é descrito por um conjunto de palavras-chave representativas, também denominadas de termos de indexação, cuja principal finalidade é representar o assunto do documento e sumarizar seu conteúdo de forma significativa. Dividem-se em três outros modelos: booleano, vetorial e probabilístico (SOUZA, 2006).

Os modelos estruturados especificam, além das palavras-chave, algumas informações acerca da estrutura do texto, como seções a serem pesquisadas, fontes de letras, proximidade das palavras, entre outras informações.

No Quadro 6 apresentam-se alguns modelos de recuperação da informação e suas características. Vale salientar que, devido ao foco do estudo, que é a análise da estrutura da informação representada nos *sites* da TVs universitárias públicas brasileiras, a abordagem será sobre os modelos mais populares na literatura, com ênfase naqueles mais utilizados na internet.

Quadro 6 – Modelos de recuperação da informação e suas características

Modelo de recuperação da informação	Características
Booleano	Baseado na teoria de conjuntos e no uso de operadores booleanos. Os termos em uma busca são ligados por meio dos conectores 'E', 'OU' e 'NÃO' (<i>and</i> , <i>or</i> e <i>not</i>). Para cada termo, são recuperados todos os documentos que possuam estes termos e nas condições especificadas pelo usuário.
Vetorial (vetor-espço)	Os documentos são modelados como “sacos de palavras” (<i>bags of words</i>) e são representados como vetores no espaço n-dimensional, onde n é o total de termos índices (palavras) de todos os documentos no sistema.
Probabilístico	Aqui se supõe que exista um conjunto ideal de documentos que satisfaz a cada uma das consultas ao sistema, e que este conjunto pode ser recuperado. Baseado no pressuposto de que existe algum nível de diferença na distribuição do conteúdo de termos significativos e de termos não significativos.

Fonte: Lima Filho (2011, p. 82).

De acordo com a definição do MOLE *Text Analysis Group* (1999), o método de recuperação booleana é o mais simples em relação aos demais modelos e se baseia no uso de operadores booleanos. Dessa forma, os termos de uma consulta estão ligados entre si por meio de conectores: E (*and*), OU (*or*) e NÃO (*not*). Este método é frequentemente utilizado em motores de busca na internet porque é rápido e, portanto, pode ser utilizado *on line*. Por outro lado, para maior eficiência, esse método requer que o usuário tenha certo conhecimento acerca do tópico de pesquisa desejado.

No modelo booleano, um documento é considerado relevante ou não relevante a uma consulta. Não existe resultado parcial e não há informação que permita a ordenação do resultado da consulta. A relevância pode ser definida como sendo o processo de medida da correspondência entre um documento e uma consulta (LE COADIC, 2004). As principais vantagens do modelo booleano são: o formalismo claro e a simplicidade do modelo.

A recuperação baseada no método booleano, na atualidade, vem sendo aplicada principalmente nos mecanismos de buscas da internet, em combinação com o método de navegação por conteúdo, “[...] utilizando-se redes de conceitos, nas quais termos compartilhados de documentos obtidos previamente são utilizados para refinar ou expandir a busca” (FEITOSA, 2006, p. 30). No modelo de recuperação booleano, o documento “é representado por um conjunto de termos de indexação [...] definidos de forma intelectual (manual) por profissionais especializados ou automaticamente, por intermédio da utilização de algum tipo de algoritmo computacional.” (FERNEDA, 2003, p. 22).

A abordagem do método de recuperação da informação vetorial baseia-se na avaliação das características dos próprios documentos a serem recuperados. Ferneda (2003, p. 27) afirma que este modelo de recuperação da informação, propõe um ambiente no qual “é possível obter documentos que respondam parcialmente a uma expressão de busca [...] feito por meio da associação de pesos tanto aos termos de indexação como aos termos da expressão de busca.”

Souza (2006, p. 167) afirma que, no modelo de recuperação da informação probabilístico, “supõe-se que exista um conjunto ideal de documentos que satisfaz a cada uma das consultas ao sistema, e que este conjunto pode ser recuperado”. Por intermédio de tentativas com uma coleção de documentos (para a qual se pode

utilizar técnicas de outros modelos, como o vetorial) e do *feedback* do usuário em sucessivas interações, “busca-se aproximar cada vez mais deste conjunto ideal, por meio de análise dos documentos considerados pertinentes pelo usuário” (SOUZA, 2006, p. 167). A principal vantagem desse modelo reside em considerar a interação constante com o usuário como um caminho para refinar o resultado continuamente.

Com o objetivo de ampliar a funcionalidade e o desempenho para cada modelo clássico de recuperação da informação, foram criados outros modelos alternativos, conforme demonstrado no Quadro 7, a seguir:

Quadro 7 – Modelos clássicos alternativos de recuperação da informação e suas características

Modelo Clássico	Modelo Clássico alternativo	Característica
Modelo Booleano	Lógica difusa ou nebulosa (fuzzy)	Neste modelo, busca-se estender o conceito da representação dos documentos por palavras-chave, assumindo que cada termo determina um conjunto difuso e que cada documento possui um grau de pertencimento a esse conjunto, usualmente menor que 1. O grau de pertencimento pode ser determinado pela ocorrência de palavras expressas no termo, como o modelo booleano, mas pode também utilizar um instrumento – como um tesouro – para determinar quais termos relacionados semanticamente aos termos índice também conferem algum grau de pertencimento ao conjunto difuso determinado pelo termo de entrada.
	Booleano estendido	Neste modelo, busca-se a superação do problema das decisões binárias do modelo clássico por meio da aferição de pesos aos termos, aproximando o modelo original do modelo vetorial.
Modelo vetorial	Vetorial generalizado	Nesse modelo, questiona-se a independência dos termos índices, assumida nos modelos clássicos e abre-se possibilidade de considerar que certos conceitos – representados por estes termos – sejam relacionados.
	Indexação semântica latente	Nesse modelo, questionam-se a significância das palavras-chave como candidatos a descritores, e busca-se estabelecer um casamento conceitual entre documentos e termos de entrada.
	Redes neurais	Nesse modelo, utiliza-se o poder das redes neurais para realizar o casamento de padrões entre os termos de entrada e os documentos do acervo do sistema. Cada

		termo de entrada “dispara” um sinal que ativa os termos índice, os quais, por sua vez, propagam os sinais aos documentos relacionados. Estes retornam os sinais a novos termos índices, em interações sucessivas.
Modelo probabilístico	Redes de inferência	Nesse modelo, associam-se variáveis aleatórias ao evento do atendimento de um termo de entrada específico por um documento específico. Essas variáveis podem ser alteradas de acordo com eventos futuros, de forma a estabelecer relacionamentos baseados em eventos observados.
	Redes de crença (belief networks)	Nesse modelo, similar às redes de inferência, documentos e termos de entrada são modelados como subconjuntos de um espaço de conceitos. A cada documento, associa-se a probabilidade de que cubra os conceitos presentes no espaço de conceitos.

Fonte: Lima Filho (2011 p. 83)

De acordo com Robredo (2005, p. 228), o modelo ‘lógica difusa ou nebulosa (*fuzzy*)’, de recuperação da informação, pode ser definido como sendo “uma classe de objetos caracterizados por função de integração mais ou menos forte dos componentes ou membros do conjunto, [...]”. Esse modelo introduz um novo conceito de ‘verdade parcial’, substituindo os valores booleanos de ‘verdade’ por graus de ou ‘níveis de verdade’. Dito de outra forma, significa que, entre os extremos, considerados como 0 e 1, existem *nuances*, bem como o conceito de ‘pode ser’. Observa-se que há, dessa forma, mais uma identificação com as probabilidades, exceto para o caso da não necessidade de estabelecimento de um limite de 100%.

Para Moreira (1998, p. 54), a ‘lógica difusa ou nebulosa (*fuzzy*)’ objetiva “prover um modelo de aproximação mais do que um raciocínio preciso”. O autor complementa: “o que importa não é necessariamente o cálculo do valor absoluto das proposições; ao contrário, [...] induz uma noção relativa, e ‘verdade’ é um predicado nebuloso”. Como exemplo, ele cita a palavra ‘alta’, ou seja, como considerar ou concluir que uma pessoa é alta? Alguém que tem 1,80m ou 1,90m? São estas incertezas que fazem parte da comunicação humana. Para Ferneda (2006, p. 44), a teoria *fuzzy* “é baseada no fato de que os conjuntos existentes no mundo real não possuem limites precisos”.

Referindo-se ao modelo booleano estendido de recuperação da informação, Ferneda (2006, p. 48) considera que este modelo “tenta unir a potencialidade das expressões booleanas com a precisão do modelo vetorial”.

Muitas surpresas estão por vir no campo da recuperação da informação como a recuperação multilíngue, a recuperação por conteúdo em mídias diversas como imagens, áudio e vídeo, e também as buscas por meio da linguagem natural. Existem, hoje, diversas frentes de pesquisa trabalhando nesse sentido, de forma mais ou menos coordenadas; entretanto, para a obtenção de resultados concretos, é necessária uma real integração, que demandaria estudos concomitantes em diferentes áreas do conhecimento e campos de pesquisas – como a CI, a linguística, a ciência da computação –, com a inteligência artificial, a psicologia cognitiva, a comunicação, a sociologia, a antropologia, entre outras (SOUZA, 2006).

3.3.2 Tratamento da Informação em Documento Televisual no Ambiente de TV

A concepção, a disseminação e os efeitos das tecnologias de comunicação e informação (TIC) têm impactado as sociedades e acelerado as transformações sociais, culturais e políticas. Os efeitos disso podem ser percebidos em todas as instâncias da vida. Alterações em nossas ações e práticas sociais são frutos das mudanças simultâneas nas relações de produção, circulação, consumo e uso de bens materiais e culturais.

As crescentes inovações tecnológicas nos campos de captura, edição e produção têm transformado o fazer comunicacional, desestabilizando as mídias tradicionais e acrescentando elementos que ampliam linguagens e sentidos. Textos verbais e não verbais invadem o cotidiano e a hibridização é crescente. A fluidez, a mescla, a interpenetração midiática, a emergência de uma cultura visual – em que o compartilhamento de informação e a participação do indivíduo têm papel central – são as principais características presentes nesses novos tempos (PATO; MANINI, 2013).

Outro aspecto que deve ser considerado neste cenário é a vinculação da imagem com a informação, ou seja, a utilização da imagem como fonte de informação. Cordeiro (1996, p. 4) afirma que “existem diferentes ‘espécies’ de

imagens que possuem as mais diversas taxionomias e se prestam a diferentes objetivos de produção e uso”.

Em decorrência do exposto, Cordeiro (1996) nos leva a entender que uma mesma imagem pode servir a diferentes propósitos, entretanto, o objetivo inicial de sua geração deve ser sempre preservado, pois foi produzida para um espectador previamente definido dentro de todo um contexto carregado pelos efeitos sociais do momento. Nesse sentido, Aumont (1993) afirma que as imagens são cada vez mais numerosas, diversificadas e intercambiáveis e, embora sejam universais, são sempre particularizadas.

A imagem como documento tem seus primeiros registros há pelo menos 22 mil anos, desde o período paleolítico. Na forma de escritas pictográficas, as pinturas rupestres encontradas nas cavernas pré-históricas são provas da necessidade do homem de representar o que acontece à sua volta. Ao pintar um animal em uma rocha, o homem paleolítico acreditava produzir um animal real. A representação pictórica nada mais era do que a antecipação do efeito desejado (HAUSER, 1982).

A imagem é considerada, por Miranda e Garbelini (2011, p. 441), como sendo uma representação visual construída pelo homem que abarca os mais diversos tipos de objetos, seres e conceitos. “Pode estar no campo do concreto, quando se manifesta por meio de suportes físicos palpáveis e visíveis, ou no campo do abstrato, por meio das imagens mentais dos indivíduos.”

Para Santaella e Nöth (2012) as imagens se estruturam em dois domínios que, apesar de distintos, interagem entre si. No primeiro domínio a interação se dá por meio de representações visuais de objetos materiais – desenhos, pinturas, gravuras, fotografias, cinema, televisão, vídeo, infografia, holografia –, que constituem e representam o nosso ambiente audiovisual. O segundo domínio tem caráter imaterial – visões, fantasias, imaginações – e são as representações mentais.

O surgimento da fotografia, do cinema e da televisão no cotidiano do homem fez com que a presença da imagem se tornasse massificante, transformando-se em uma síntese que oferece traços, cores e outros elementos visuais simultaneamente. Na contemporaneidade a imagem ocupa lugar de destaque, e a visualidade constitui um dos recursos cognitivos mais primordiais. Há cada vez mais demanda pela

utilização sistemática dos recursos audiovisuais, tanto como ferramenta de divulgação de informações como para a pesquisa.

Para Smit (1996, p. 29), o termo “imagem” abrange um vasto leque de documentos iconográficos ou de ilustrações, dentre eles: pinturas, gravuras, *posters*, cartões postais, fotografias. Em 2011, Miranda e Garbelini, em artigo publicado no XII ENANCIB, complementam a relação de documentos iconográficos mencionados por Smit, incluindo também o filme como categoria de imagem em movimento. No que tange ao conceito de imagem em movimento, tem-se a definição formulada nas Recomendações sobre a Salvaguarda e a Conservação das Imagens em Movimento, aprovada pela *United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization* (UNESCO), no ano de 1980, que diz:

Qualquer série de imagens captadas e fixadas em um suporte (independentemente do método de captação das mesmas e da natureza do dito suporte como, por exemplo, filmes, fitas, disco, etc. utilizado inicial e posteriormente para fixá-las) com ou sem acompanhamento sonoro que, ao serem projetadas, dão uma impressão de movimento e estão destinadas à comunicação ou distribuição ao público ou se produzam com fins de documentação (UNESCO, 1980, p. 166).

Os meios de comunicação, em especial a televisão, formam um arquivo documental muito valioso, que deve ser organizado, tratado e preservado. A quantidade de informação produzida é muito significativa e, ao mesmo tempo, encontra-se dispersa, o que requer técnicas documentais mais adequadas, que possibilitem a utilização de forma retrospectiva para melhor atender as demandas dos usuários em geral.

A documentação, nos meios de comunicação que lidam com a imagem em movimento, ganha características muito particulares, que as diferenciam claramente da documentação em outros ambientes informacionais. O crescimento da informação televisual, de modo geral, trouxe consigo as iniciativas necessárias para o desenvolvimento de formas mais adequadas de tratamento para esta documentação, além do desenvolvimento de ferramentas que viabilizem uma indexação ágil e eficiente, mesmo diante das peculiaridades apresentadas (MIRANDA; GARBELINI, 2011).

Os documentos audiovisuais produzidos nas TVs universitárias, denominados a partir de então, para efeito deste estudo, como arquivos de TV,

possuem em seu escopo um enorme conteúdo informacional acerca dos temas abordados nas suas apresentações, incluindo desde o “áudio, que funciona como uma espécie de narrativa dos fatos, ao que é mostrado nas imagens em movimento, nas quais essas informações são carregadas de significados que não podem fugir àqueles que delas necessitam” (SANTOS, 2013, p. 4).

Cada documento que dá entrada em uma unidade informacional, que pode ser entendida como uma instituição ou um sistema de informação, ou mesmo uma unidade de TV, recebe um tratamento visando a facilitar a recuperação das informações nele contidas. Esse tratamento diz respeito a operações de seleção, avaliação, análise, tradução e recuperação. O conjunto de atividades que envolvem esse processo de tratamento dos documentos é organizado em ciclos conhecidos como “cadeia documentária” ou “ciclo documentário” (FEITOSA, 2006, p. 18).

Relaciona-se, aqui, a teoria do ciclo documentário com as atividades desenvolvidas no ambiente de TV universitária, com o objetivo de descrever e contextualizar a rotina de trabalho, os serviços oferecidos, a organização documental e como se dá o tratamento da informação televisual nesses espaços que são, sobretudo, espaços de aprendizagem.

O ciclo documentário é um sistema que envolve uma unidade de entrada, na qual se encontram os documentos a serem tratados, e outra na qual são apresentados os produtos documentários que resultam do processamento: referências bibliográficas, descrições de documentos, índices, instrumentos de pesquisa, documentos secundários e terciários. Em uma unidade de TV, o processamento dos arquivos se dá de forma análoga ao processamento dos documentos em uma unidade informacional convencional.

São considerados como documentos a serem tecnicamente tratados, as mídias e os arquivos de programas cujos conteúdos já foram veiculados, bem como as imagens brutas que foram geradas e dispensadas pela edição, e que também passaram por um processo de tratamento do seu conteúdo informacional e serão encaminhadas para o armazenamento, visando à sua utilização ou reutilização nas mais diversas atividades da TV, como, por exemplo, a reedição de programas, o atendimento ao usuário, assim como para a atividade de pesquisa dos alunos envolvidos na produção da TV universitária.

Os produtos gerados pelo processo de tratamento técnico, tanto em unidades informacionais convencionais quanto em ambientes de TV, são utilizados em atividades de pesquisa, dentre outras, e, em seguida, são transformados em documentos que realimentam o sistema, ou seja, ocorre um processo de retroalimentação após o uso da informação. O tratamento documentário tem como característica ser um facilitador do processo de busca, acesso e recuperação das informações contidas nos documentos (FEITOSA, 2006).

O tratamento da informação e dos documentos audiovisuais no âmbito de uma TV universitária é feito seguindo as técnicas de catalogação, indexação, classificação e descrição do conteúdo informacional. “Quanto à descrição do conteúdo, a representação temática leva em consideração o potencial informativo do documento audiovisual” (SANTOS, 2013, p. 7). Nesse sentido, o que se deve ter em mente, com relação ao potencial informativo das imagens em movimento, seriam os possíveis pontos de acesso que irão representar o conteúdo e possibilitar a recuperação da imagem.

No que compete à catalogação, esta pode ser entendida como sendo um processo por meio do qual se elabora uma descrição formal de um documento ou recurso. É por intermédio desse processo que se torna possível estabelecer pontos de acesso, objetivando facilitar, para o usuário final, a localização, identificação, seleção e obtenção do documento ou o recurso descrito ou, ainda, a informação nele contida (CATARINO; SOUZA, 2012).

A catalogação dos documentos audiovisuais, em um ambiente de TV, se dá “por meio de número de registro, códigos de identificação, título e número dos programas, além de suas respectivas datas de exibição, que definem o local de guarda dos documentos em seu espaço físico, ou digital, correspondente.” (SANTOS, 2013, p. 4).

O potencial informativo deve levar em conta, também, os detalhes e a pluralidade de uso e de contexto das imagens; dessa forma, no momento da indexação, outros fatores, que vão além da análise temática, deverão ser considerados. Tais fatores dizem respeito às múltiplas possibilidades de recuperação e de uso das imagens indexadas. No processo de tratamento técnico de imagens em movimento, assim como na edição, aqui entendida como atividade intelectual com viés ideológico, a etapa mais significativa é a da decupagem.

A decupagem é um processo que consiste em registrar as características de cada trecho gravado, bem como o ponto do arquivo ou programa em que ela se encontra, visando a facilitar sua posterior localização. Ou seja, trata-se de uma descrição detalhada das ações apresentadas nas imagens. É a descrição dos movimentos dos personagens envolvidos nas ações, do detalhamento dos lugares onde acontecem as ações, dos diálogos dos personagens, do texto ou narrativa apresentada na imagem, dos efeitos inseridos na edição, enfim, é um procedimento análogo à indexação e à classificação em categorias ou tags, que permitem a recuperação de dados sobre livros, textos, documentos, vídeos, dentre outros recursos informacionais.

O potencial informativo de um documento televisual é extremamente rico, portanto, durante o processo de decupagem, é fundamental que a indexação se torne exaustiva, objetivando maior especificidade no momento da busca que poderá ocorrer, tanto pelo termo mais geral quanto pelo termo mais específico. Além disso, outros critérios devem ser considerados nesse momento, como a adoção de medidas que facilitem e padronizem as atividades de indexação, decupagem e recuperação da informação, relacionando os termos indexadores que estão sendo utilizados por meio de linguagem natural ou controlada; para tanto, torna-se imperativo a consulta a fontes de informação, padronização de termos, equivalência, pertinência e atualidade (SANTOS, 2013).

A adoção de tais critérios com relação a indexação, decupagem e busca, aproxima todo o processo às dimensões da indexação expostas por Lancaster (2004): exaustividade e especificidade. Adotados para a indexação de imagens em movimento, esses critérios devem estar sempre em conformidade com a linguagem do usuário, adaptando, em decorrência, a indexação aos termos utilizados pelos apresentadores, produtores, editores e repórteres de TV, mesmo que a instituição disponha de uma ferramenta de padronização de termos.

A linguagem natural que é muitas vezes coloquial, porém atua como complemento da informação televisual, “sempre será utilizada na indexação, pois a linguagem controlada servirá apenas de norte para o indexador, tendo em vista que os termos devem se relacionar com a linguagem dos usuários e clientes do arquivo” (SANTOS, 2013, p. 9)

A preocupação com a organização da informação televisual por meio de linguagens, seja a natural ou a controlada, possui um único objetivo: a sua recuperação de forma rápida e precisa. A linguagem natural pode ser definida como a linguagem do discurso técnico-científico e, no contexto da recuperação da informação, Lancaster (2004, p. 200) afirma que “a expressão normalmente se refere às palavras que ocorrem em textos impressos, considerando-se como seu sinônimo a expressão texto livre”.

Para Lopes (2002), a linguagem natural refere-se à linguagem comum utilizada pelos usuários. Os termos ou as palavras que serão utilizadas na indexação do documento são extraídos diretamente do texto e, no caso do documento televisual, por meio do áudio do discurso. Lopes complementa, ainda, que, nas bases de dados, os campos de título e resumo registram os termos da linguagem natural.

A linguagem natural reúne sinais de fácil reconhecimento pelo homem e é empregada na indexação denominada ‘livre’, pois utiliza os termos na forma como eles se apresentam nos documentos, ou seja, é a linguagem utilizada no cotidiano sem o emprego do rigor da linguagem documentária (CAVALCANTI, 1982, p. 219). De acordo com Café e Sales (2010, p. 119), “A indexação livre, apesar de ser a mais prática e rápida, não controla algumas ambiguidades da língua como os sinônimos e homônimas que provocam efeitos negativos na recuperação da informação.”

A linguagem documentária, que é sinônima de linguagem controlada, também conhecida como linguagem de indexação, é uma linguagem construída visando a eliminar possíveis problemas do vocabulário natural, como as ambiguidades. Sayão (1996, p. 315) define assim as linguagens documentárias:

[...] são linguagens artificiais geralmente derivadas da linguagem natural. Essas linguagens são chamadas artificiais no sentido em que não resultam de processo evolutivo e necessitam de regras explícitas para seu uso. Normalmente as linguagens documentárias estabelecem uma relação unívoca entre o termo e o conceito, isto é, entre o significante e o significado. Cada termo corresponde a um conceito do sistema de conceitos da área específica com que se está trabalhando. A construção dessas linguagens é um processo complexo e longo.

Segundo Feitosa (2006, p. 23), a linguagem documentária “é o conjunto de regras, símbolos e termos previamente estabelecidos, formando uma linguagem

artificial para a indicação do conteúdo temático dos documentos”. Trata-se de uma metalinguagem que se utiliza da construção simbólica, concebida como instrumento para transformação de uma linguagem em outra. São instrumentos utilizados para representar o conhecimento de uma determinada área do saber. Os Tesouros são exemplos desse tipo de instrumento.

Lancaster (2004, p. 19) contribui com a discussão afirmando que as linguagens documentárias “são vocabulários controlados, sendo basicamente uma lista de termos autorizados estruturada semanticamente”. Acrescenta, ainda, que essas listas devem poder controlar os sinônimos, apontar as palavras homógrafas e detectar ligações entre termos que possuem significados muito próximos entre si, e finaliza listando três principais vocabulários controlados: as listas de cabeçalhos de assuntos; os esquemas de classificação bibliográfica – como a Classificação Decimal Universal (CDU) e a Classificação Decimal de Dewey (CDD), por exemplo – e os tesouros.

A utilização de uma linguagem documentária tem por objetivo a criação de uma indexação controlada de forma a padronizar a representação do assunto, minimizando, em decorrência, os efeitos negativos na recuperação da informação, oriundos pelos fenômenos linguísticos mencionados na descrição da indexação livre (CAFÉ; SALES, 2010).

Diante do exposto, e objetivando uma recuperação eficiente da informação, na aplicação da técnica de indexação, é indispensável o uso de uma linguagem que compreende um conjunto de regras que servem para representar abreviadamente o conteúdo de um documento. Trata-se de uma “linguagem artificial utilizada para o registro ou indicação dos temas contidos nos documentos, dotada de vocabulário controlado e regida por uma sintaxe própria” (CAVALCANTI, 1982, p. 220). Segundo Feitosa (2006, p. 23), “um vocabulário controlado relaciona termos utilizados em sistemas de indexação, com vistas à uniformidade de armazenagem, bem como à facilidade de recuperação”.

O produto resultante do trabalho de indexação é a elaboração dos índices que são instrumentos utilizados para a representação do conteúdo de documentos primários e tem, como finalidade, facilitar a recuperação de informações relativas ao documento indexado ou resumido. Todas essas etapas citadas, referentes ao tratamento da informação durante o ciclo documentário, podem ser perfeitamente

aplicadas ao tratamento dos documentos audiovisuais, exceto a indexação, que, devido ao seu alto grau de subjetividade, torna-se, por consequência, um processo complexo.

A imagem carrega em si características de polissemia que dificultam sua classificação de forma apropriada. Segundo Miranda e Garbelini (2011), a recuperação de imagens ou arquivos audiovisuais tem ocorrido por intermédio de sistemas de classificação baseados em palavras ou de “indexadores descritores”, no formato de vocabulários controlados como tesouros, “além da opção por palavras-chave direcionadas essencialmente para a descrição semântica de conteúdos informacionais, sendo esta última utilizada para a indexação e classificação das imagens em movimento.” (MIRANDA; GARBELINI, 2011, p. 44).

A indexação de imagens em movimento, pelas suas características, é considerada uma área difícil, pois envolve campos como tecnologia da fala, visão computacional e compreensão de documentos que ultrapassam, em muito, o escopo da maioria das aplicações de indexação (MIRANDA; GARBELINI, 2011).

Essas questões têm atraído a atenção de novos interessados, tanto os preocupados com o conteúdo informacional das imagens, quanto aos interessados em desenvolver formas automatizadas de descrição e acesso às imagens e destaca ainda que o grande desafio é representar a imagem com finalidade documental, propiciando a sua recuperação apropriada em resposta a uma demanda cada vez mais especializada do usuário. (ESTORNILO FILHO, 2004, p. 2).

Smit (1996, p. 32) destaca alguns aspectos que devem ser considerados quando está sendo realizada a indexação de imagens e podem ser, especialmente, utilizados em qualquer tipo de análise documentária. Segundo a autora, as categorias QUEM, ONDE, QUANDO e COMO/O QUÊ, que são aplicadas como parâmetro por muitos estudiosos na análise de textos, inclusive na análise documentária, é também indicada para a análise documentária de imagem: QUEM seria a identificação do objeto focado: seres vivos, artefatos, construções, acidentes naturais entre outros; ONDE é a localização da imagem no espaço geográfico em que foi gerada como (por exemplo: São Paulo; interior do shopping); QUANDO é a localização da imagem no tempo cronológico ou momento da imagem (por exemplo: 2010, noite, verão); e COMO/O QUÊ descreve as atitudes, detalhes

ou ações relacionadas ao objeto enfocado, quando este é um ser vivo (por exemplo: cavalo correndo, criança com fantasia de pirata).

Na seção seguinte, apresenta-se o percurso metodológico por meio do qual se pretende percorrer todas as etapas da pesquisa, na busca de resultados que, por intermédio dos conceitos e ensinamentos da Ciência da Informação, possam contribuir com a melhoria do diálogo entre a universidade e comunidade usando, para esse fim, a TV universitária como veículo de comunicação.

4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Com o objetivo de investigar as estruturas de organização da informação nos *sites* das TVs universitárias ligadas às IES públicas brasileiras, foi realizada uma pesquisa documental, exploratória descritiva com abordagem quantiqualitativa.

A pesquisa exploratória, segundo Gil (2008), tem como principal finalidade proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito. “Pode-se dizer que essas pesquisas têm como objetivo principal o aprimoramento de idéias ou a descoberta de intuições” (GIL, 2008, p. 41). Ainda de acordo com o autor, o planejamento desse tipo de pesquisa é “bastante flexível, de modo que possibilite a consideração dos mais variados aspectos relativos ao fato estudado”.

A utilização da pesquisa descritiva visa a conseguir uma melhor “descrição das características de determinada população ou fenômeno, ou, então, o estabelecimento de relações entre variáveis” (GIL, 2008, p. 42). As pesquisas com propriedades descritivas abordam quatro aspectos básicos: “descrição, registro, análise e interpretação de fenômenos atuais, objetivando o seu funcionamento no presente” (MARCONI; LAKATOS, 2002, p. 20), e podem apresentar descrições quantitativas e/ou qualitativas do objeto de estudo.

As pesquisas descritivas, juntamente com as pesquisas exploratórias, são geralmente realizadas por pesquisadores das áreas sociais que se preocupam com a atuação prática, sendo também as mais solicitadas por instituições educacionais (GIL, 2008).

Quanto ao delineamento proposto, o estudo foi classificado como pesquisa documental, a qual tem como característica somar subsídios e aporte teórico que visam a assegurar o conteúdo a respeito do tema estudado. Ela abre a possibilidade do uso da internet, especificamente os portais e *sites*, tendo em vista que as fontes de informação são diversificadas e dispersas. Para fins de pesquisa científica, “são considerados documentos, não apenas os escritos utilizados para esclarecer determinada coisa, mas qualquer objeto que possa contribuir para a investigação de determinado fato ou fenômeno.” (GIL, 2008, p. 47).

A abordagem metodológica utilizada neste estudo foi a quantiqualitativa. De acordo com Creswell (2007, p. 18), os “métodos quantitativos envolvem o processo

de coleta, análise, interpretação e redação dos resultados de um estudo”. O autor afirma, também, que a análise pode ser feita em textos e imagens, dados de entrevistas, de observação de documentos e audiovisuais.

Richardson et al. (1999, p. 70) afirmam que, em princípio, o método quantitativo representa “a intenção de garantir a precisão dos resultados, evitar distorções de análise e interpretação, possibilitando, uma margem de segurança quanto às inferências”. Por outro lado, a pesquisa qualitativa possibilita a análise do conhecimento e das práticas adotadas pelos participantes, “[...] considera que pontos de vista e práticas no campo são diferentes devido às diversas perspectivas subjetivas e ambientes sociais a eles relacionados” (FLICK, 2002, p. 28). Abordagens qualitativas não empregam procedimentos estatísticos como centro do processo de análise de um problema e o pesquisador interpreta os fatos para obter a resposta do problema proposto (RIBAS, 2004).

A coleta de dados foi realizada por meio da análise documental, pois, conforme Gil (2008, p. 89), é uma técnica que “possibilita a descrição do conteúdo manifesto e latente das comunicações”. A análise documental se deu por meio da observação dos *sites* das TVs universitárias em conformidade com os conceitos da organização e representação da informação. Foram delimitadas como categorias de análise quatro questões ligadas à estrutura da informação disponível em *sites*; são elas: i) o *site* é fácil para usuários eventuais; ii) classificação e pesquisa intuitiva; iii) conectividade universal aos recursos informacionais; e iv) interfaces externas. Tais questões foram extraídas e adaptadas a partir das quinze regras para avaliação de portais corporativos elaboradas por Eckerson (1999), APÊNDICE B.

4.1 AÇÕES DESENVOLVIDAS DURANTE AS ETAPAS DA PESQUISA

A pesquisa foi desenvolvida por intermédio das ações elencadas no Quadro 8, traçadas tendo, como ponto de partida, os objetivos específicos delineados para o estudo e teve o referencial teórico apresentado como fundamentação e norteamento dos trabalhos durante as etapas enumeradas a seguir.

Quadro 8 – Ações desenvolvidas no decorrer da pesquisa

Objetivo geral: Investigar a estrutura de organização da informação nos <i>sites</i> de televisão universitária das universidades públicas brasileiras	
Objetivos específicos	Ações desenvolvidas
Identificar as universidades estaduais e federais brasileiras que produzem material televisual e utilizam <i>sites</i> para a divulgação destes conteúdos	<ul style="list-style-type: none"> – Foram realizadas pesquisas junto ao portal do MEC; – Levantou-se o total de universidades públicas ativas no Brasil; – Pesquisou-se nos <i>sites</i> das IES e identificou-se as que têm produção de material televisual; – Verificou-se quais universidades disponibilizam a sua produção em <i>sites</i>.
Averiguar como as informações estão representadas nos <i>sites</i> das TVs universitárias	<ul style="list-style-type: none"> – Foi realizada a observação dos <i>sites</i> das TVs universitárias e suas estruturas informacionais; – Concomitantemente à observação dos <i>sites</i>, foi realizada a coleta de dados por meio da aplicação do formulário APÊNDICE A; – De posse dos dados coletados, procedeu-se a construção dos gráficos com o quantitativo das informações, traçando um panorama das condições das TVs universitárias no que diz respeito à organização da informação em seus respectivos <i>sites</i>; – A análise dos dados foi feita de forma descritiva, apontando situações positivas e negativas localizadas na observação da organização da informação nos <i>sites</i>, norteada pelos conceitos apresentados no referencial teórico.
Comparar o modo de organização da informação dos <i>sites</i> das TVs universitárias	<ul style="list-style-type: none"> – Foram apresentadas análises comparativas visando a apontar aspectos positivos e negativos da organização da informação nos <i>sites</i> das TVs universitárias; – Foi apresentado, baseado nos preceitos da CI e com os resultados obtidos, um trabalho teórico-metodológico, traçando um panorama da atual situação dos <i>sites</i> das TVs universitárias no que tange à organização e recuperação da informação.

Fonte: Elaborado pelo autor.

As ações para a execução deste estudo foram desenvolvidas em três etapas: a primeira constituiu-se de um levantamento bibliográfico para a fundamentação teórica sobre: televisão, televisão pública e TV universitária no Brasil, a informação, elementos de organização da informação, inclusive na *web*, entre outros conceitos. Para esta finalidade, as buscas foram realizadas em bases

de dados, no Portal de Periódicos – CAPES, Sistema de Bibliotecas da Universidade Estadual de Londrina (UEL), nos idiomas português, inglês e espanhol, no período de julho de 2013 a agosto de 2014.

Na segunda etapa, por meio de consulta ao portal do MEC, foram identificadas as universidades públicas ativas existentes no Brasil e, nos portais destas universidades, aquelas que possuíam canal de TV ou produção de material televisual que se enquadre como produção de televisão. Verificou-se, também, quais dessas TVs dispõem de *sites* ancorados no portal das IES mantenedoras e utilizam a internet como forma de divulgação da produção.

A terceira e última etapa consistiu da verificação da estrutura dos *sites* e de como a informação estava organizada e representada, levando-se em conta os aspectos informacionais e de acordo com os objetivos do estudo. Para tanto, as categorias, definidas anteriormente, foram identificadas e analisadas. Realizaram-se testes verificando a funcionalidade do sistema de recuperação da informação, assim como a comparação da estrutura de organização da informação entre os *sites* das TVs universitárias pesquisadas. Executou-se também o registro e a análise dos dados investigados, seguidos da interpretação dos resultados obtidos.

Como universo da pesquisa, considerou-se as 102 IES públicas em níveis federal, estadual e municipal, registradas e ativas, no Brasil, no momento do levantamento junto ao MEC. Do total de instituições localizadas, 43 delas têm produção de material televisual e, destas, 28 utilizam a internet para a divulgação da sua produção em *sites* próprios. Foram desconsideradas as TVs que utilizavam páginas desenvolvidas no *YouTube*, no *Facebook* ou qualquer outra plataforma dessa natureza como meio de divulgação de sua produção televisual. Ou seja, foram considerados apenas os *sites* produzidos ou adaptados para as TVs que se encontravam ancorados nos respectivos portais das IES, deixando de fora aqueles criados diretamente em plataformas externas, como as mencionadas.

Dessa forma, o objeto pesquisado constituiu-se dos 28 *sites* das TVs universitárias encontradas nos portais das IES que compõem o universo da pesquisa. Estipulou-se o período de julho a setembro de 2014 para os levantamentos necessários à viabilização da pesquisa, compreendendo as seguintes fases: identificação das IES junto ao MEC; localização dos respectivos portais na internet; nestes portais, as IES que possuíam produção de material televisual e seus

respectivos *sites* de divulgação; averiguação da organização da informação nos *sites*; registro, análise e apresentação dos resultados.

No Quadro 9, são apresentados, resumidamente e com os respectivos percentuais, o universo e o objeto pesquisado, distinguindo os percentuais de IES estaduais e federais para melhor compreensão.

Quadro 9 – Demonstrativo das instituições de ensino superior com produção televisual e que utilizam a internet para divulgação

Discriminação	Federal		Estadual		Municipal		Total	%
	Total	%	Total	%	Total	%		
Total de Instituições de ensino superior ativas no Brasil	63	61,8	38	37,3	1	0,9	102	100,0
Total de Instituições com produção televisual	31	72,0	12	28,0	—	—	43	42,2
Total de Instituições que divulgam a produção televisual em <i>sites</i> próprios	20	71,4	8	28,6	—	—	28	65,1

Fonte: Elaborado pelo autor com dados extraídos do Portal do MEC⁹.

No Quadro 9, verificou-se que, das 102 IES identificadas no *site* do MEC, 63 são federais, 38 são estaduais e uma é municipal. Dentre as instituições federais, 72% (31 instituições) produzem material televisual, contra 28% (12) das instituições estaduais, perfazendo um total de 42,2% do total de IES (43 instituições), significando que quase a metade das IES produzem material televisual. Outra informação que o quadro fornece diz respeito à utilização da internet como meio de divulgação da produção. Do total de 43 instituições que produzem material televisual, 65,1% divulgam suas produções na internet, ou seja, 28 instituições (20 federais e 8 estaduais) possuem *sites* e os utilizam como meio de divulgação da informação produzida no âmbito acadêmico.

Para a coleta de dados, foi adotado o formulário – ver APÊNDICE A - em razão de ser “uma das mais práticas e eficientes técnicas de coleta de dados. Por ser aplicável aos mais diversos segmentos da população” (GIL, 2008, p. 115). Para a elaboração do formulário, utilizou-se, como referencial, 4 das 15 regras elencadas

⁹ Dados disponíveis em: <<http://emec.mec.gov.br/>>. Acesso em: 27 jul. 2014.

por Eckerson (1999), complementadas por Fonseca e Fonseca (2005) e Nielsen (1993). Considerando as particularidades do estudo e as características dos *sites* das TVs universitárias, foram feitas adaptações para atender àquelas necessidades e realizados pré-testes, a fim de evidenciar possíveis falhas na elaboração do instrumento e assegurar sua validade e precisão (GIL, 2008).

5 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

Nesta seção, serão apresentados os resultados por meio da análise dos dados obtidos. A pesquisa foi sistematizada em quatro categorias, assim denominadas: i) A interface do *site* é amigável para usuários eventuais; ii) Classificação e pesquisa intuitiva; iii) Conectividade aos recursos informacionais do *site*; e iv) Interfaces externas. As informações foram coletadas em 27 dos 28 *sites* de TVs universitárias, que compreendem o *corpus* da pesquisa, atingindo 96,5% de cobertura dos *sites*, pois, durante o período de coleta dos dados, um *site* se manteve em manutenção.

Para a coleta dos dados trabalhou-se com uma planilha construída no *software* Excel, que reproduziu o formulário apresentado no APÊNDICE A. Objetivando agilizar os trabalhos, a planilha foi parcialmente automatizada e estruturada com *links* para os *sites*, de onde os dados foram obtidos. O recurso com os dados coletados encontra-se disponível no APÊNDICE B. Vale ressaltar, ainda, que, neste estudo, o pesquisador atuou também na condição de usuário do *site*.

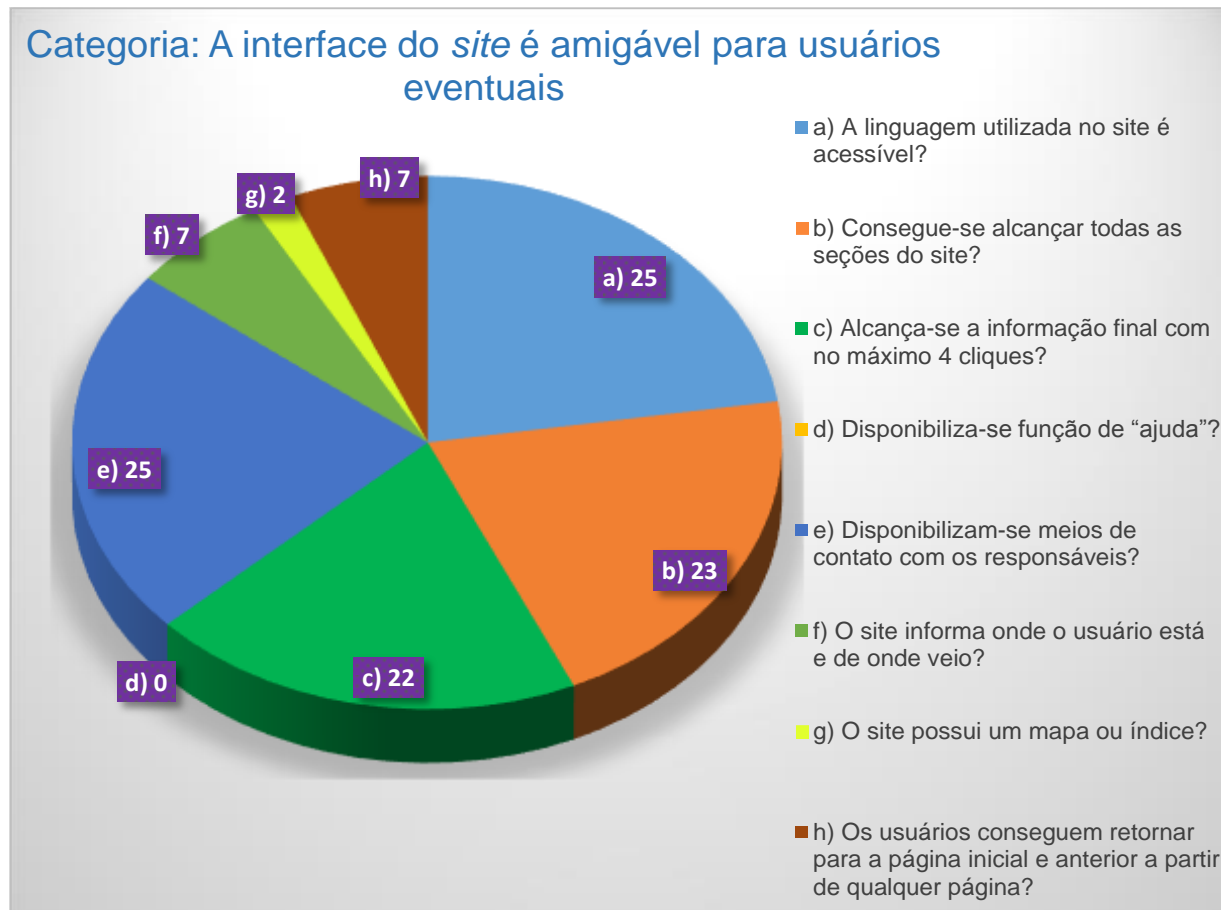
A apresentação dos resultados foi construída com o auxílio de recursos gráficos, modelo pizza. Foi elaborado um gráfico para cada categoria pesquisada, que traz, em seu bojo, as informações quantitativas obtidas junto aos *sites* das TVs universitárias pesquisadas. Visando a representar melhor a realidade vivenciada nos referidos *sites*, o estudo foi norteado por questões, fundamentadas em Nielsen (1993), Eckerson (1999) e Fonseca e Fonseca (2005), englobadas às categorias. Na sequência da exposição gráfica, apresenta-se a análise qualitativa das informações.

A primeira categoria a ser analisada – A interface do *site* é amigável para usuários eventuais – trata da forma como o *site* se apresenta para os usuários de forma geral. “Os usuários devem conseguir localizar e acessar facilmente a informação correta, com o mínimo de treinamento, não importando o local de armazenamento dessa informação.” (ECKERSON, 1999, p. 13).

Para viabilizar a análise desta categoria, foram englobadas as seguintes questões, para reflexão e orientação à pesquisa: a linguagem utilizada no *site* é acessível?; consegue-se alcançar todas as seções do *site*?; alcança-se a informação final com no máximo quatro cliques?; disponibiliza-se função de ajuda?; disponibilizam-se meios de contato com os responsáveis?; o *site* informa onde o

usuário está e de onde veio?; o *site* possui um mapa ou índice?; os usuários conseguem retornar para a página inicial e/ou anterior a partir de qualquer página?

Gráfico 1 – Categoria: A interface do *site* é amigável para usuários eventuais



Fonte: Elaborado pelo autor.

Com base nas informações apresentadas no Gráfico 1, observou-se que, dos 27 *sites* de TVs universitárias analisados, os resultados foram os seguintes: 25 apresentavam linguagem acessível ao usuário; em 23 era possível atingir todas as seções; 22 permitiam que o usuário chegasse à informação final com até 4 cliques; 25 disponibilizavam alguma forma de contato com os responsáveis pelo *site* ou da instituição; 7 informavam ao usuário onde ele estava na organização do *site* e de onde ele veio; 2 apresentavam um mapa ou índice como forma de ajuda para navegação; 7 permitiam que o usuário retornasse à página inicial ou anterior a partir de qualquer ponto e, por fim, nenhum *site* disponibilizava função de ajuda ao visitante.

De maneira geral, os *sites* apresentaram aspectos positivos e mantiveram um padrão para todas as TVs universitárias, contemplando, nessa categoria, a maioria dos quesitos essenciais, relacionados com a interface. Os elementos que interagem diretamente com o usuário, como menus, estrutura de navegação, linguagem familiar, entre outros, têm como principal objetivo facilitar a interação do *site* com o usuário, pois este não deve ter como obrigação adivinhar o que o sistema quer lhe dizer. O usuário fica insatisfeito ao acessar uma página cujo conteúdo não condiz com o que o *link* descreve (NIELSEN, 1993).

A linguagem adotada no *site* deve ser objetiva, clara, a fim de auxiliar o usuário. Para “[...] permitir que o conteúdo apresentado comunique efetivamente com a audiência alvo, ele deve estar escrito com linguagem que seja apropriada para aquela audiência.” (FONSECA; FONSECA, 2005, p. 107). Nesse quesito, observou-se que a maioria dos *sites* atendiam às necessidades do usuário, apenas 2 utilizavam linguagem inadequada, como excesso de siglas e termos inapropriados. O *site* deve utilizar linguagem familiar ao usuário, com palavras e expressões familiares (NIELSEN, 1993).

A navegação pelo *site* tem sido identificada como uma exigência padrão. Ela é responsável por fazer com que o usuário chegue mais rápido até a informação que deseja. Ao verificar se o usuário conseguia acessar a todas as seções do *site* e se conseguia alcançar a informação final com economia de tempo, notou-se que as TVs universitárias pesquisadas têm mostrado, por meio dos seus *sites*, preocupação com esses aspectos. Em 23 dos 27 *sites* analisados, os usuários alcançavam a todas as seções da estrutura de organização, e em 22 era possível chegar à informação final com 3 ou no máximo 4 cliques. Nesse sentido, Fonseca e Fonseca (2005, p. 79) afirmam que “os usuários devem ser capazes de acessar todas as páginas críticas ou relevantes dentro de 3-4 cliques de hiper-conexão”; esse princípio contribui para assegurar que os usuários encontrem facilmente as informações disponíveis nos *sites*.

A ajuda ao usuário deve estar integrada às páginas do *site* na *Web* (NIELSEN, 1993). Esse foi um ponto negativo detectado e compromete a relação da TVU com a comunidade, pois nenhum dos 27 *sites* analisados apresentou esse recurso. “Em compasso com os sistemas e tecnologias de suporte estão os processos e procedimentos humanos que dão poder à operação do *website*”. As

iniciativas direcionadas para a ajuda aos usuários têm grande impacto sobre a qualidade e sustentabilidade de um *site*, portanto, tentar estimar e certificar que as políticas de atendimento ao usuário estejam sincronizadas com os objetivos finais do *site* é de extrema relevância (FONSECA; FONSECA, 2005, p. 191).

Em contrapartida, detectou-se, entre as funções disponíveis nos *sites* de 25 TVs universitárias, ou seja, na quase totalidade deles, o “Fale Conosco” ou o “Entre em Contato”. Trata-se de uma função muito positiva, pois valoriza o *site* e, na maioria das vezes, funciona como um canal de comunicação entre a TVU e o usuário, por meio do qual é possível solicitar ajuda, minimizando os efeitos negativos observados na análise do item anterior. A função não responde, de imediato, à aflição do usuário, porém permite que ele faça contato, a fim de dirimir dúvidas com relação ao funcionamento de determinada área ou de determinado recurso na estrutura de organização do *site*.

Os *sites* devem, de modo geral, “conter alguma informação de contato para a organização que eles representam, bem como para qualquer outra parte que os usuários alvo desejem contatar, caso eles venham a ter alguma pergunta, ou interesse”. Estudos têm identificado que informação sobre contatos está entre os critérios-chave que o público em geral usa para avaliar a credibilidade de um *site* (FONSECA; FONSECA, 2005, p. 116).

A informação ao usuário com relação à localização dele dentro da estrutura de navegação do *site*, apesar de ser um recurso de grande importância, não foi observado na maioria dos *sites* pesquisados. Apenas 7 deles apresentaram essa opção de navegação e somente 2 disponibilizam mapa ou índice que permite ao usuário se localizar, retornar para a página anterior ou mesmo para a página inicial do *site*. “Os usuários necessitam saber onde eles estão [...] de modo a navegarem efetivamente. Isto é especialmente relevante para os maiores *sites*, que contêm muitas páginas.” (FONSECA; FONSECA, 2005, p. 77).

O fundamental é que os usuários sejam capazes de descobrir, por meio do uso de recursos de navegação (*links*) distribuídos pelo *site*, a sua real localização, possibilitando avançar e retroceder, página a página, e de usar isso a fim de saltar para outras partes do *site*. Conforme Dias (2007, p. 195), o *site* “deve sempre manter o usuário informado quanto à página em que ele se encontra, como chegou até essa página e quais são suas opções de saída, isto é, onde ele se encontra numa

seqüência de interações”. Nesse contexto, Rosenfeld e Morville (2007) propõem que um *site* que se preocupa em ter uma boa interação com o usuário deve responder fundamentalmente a algumas perguntas, tais como: Onde estou?; Para onde posso ir daqui?; Que *site* é este?; De que trata?; Como faço para voltar à página anterior?, dentre outras.

Diante dos dados identificados e analisados na categoria “A interface do *site* é amigável para usuários eventuais”, observou-se, conforme já mencionado, que a maioria dos *sites* das TVs universitárias que utilizam a internet como forma de divulgação de seu conteúdo televisual atenderam aos principais itens relativos às necessidades dos usuários nos quesitos abordados. Não se pode assegurar que são *sites* com excelência em qualidade, mas, também, não se pode afirmar que não atinjam seus objetivos, que é disponibilizar a informação, sem requerer do usuário grandes esforços para localizá-la.

A seguir, apresentam-se os dados e a análise da segunda categoria de pesquisa: Classificação e pesquisa intuitiva.

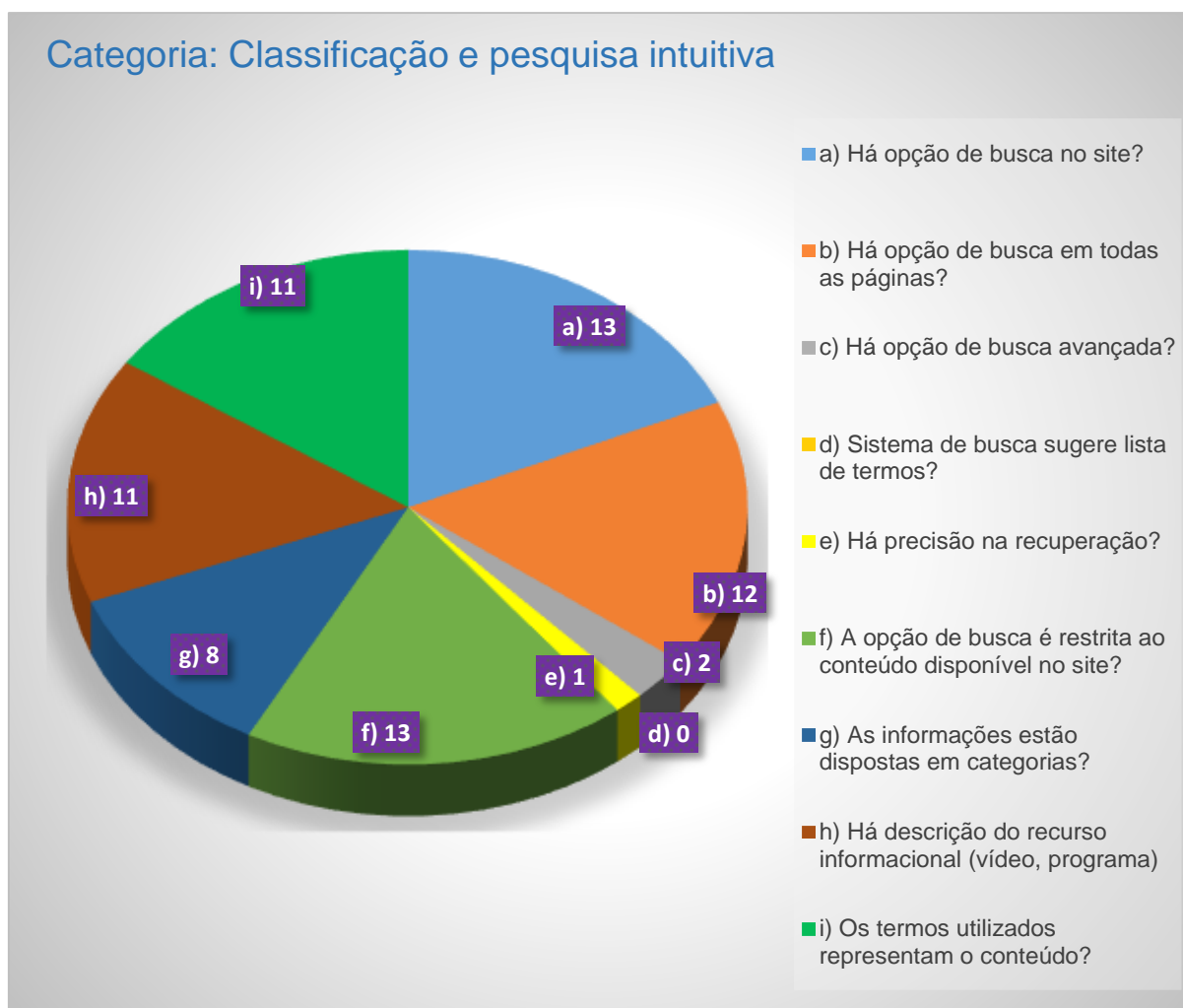
Com relação a essa segunda categoria de análise, Gráfico 2, consideraram-se as seguintes variáveis: a disponibilização de opção de busca; a existência de opções de busca em todas as páginas; os tipos de buscas oferecidos nos *sites*; se há precisão nas buscas; se as informações estão dispostas em categorias; se os recursos informacionais (vídeos, programas) estão descritos; e se os termos utilizados representam o conteúdo.

No que diz respeito às questões relacionadas ao sistema de busca, os resultados foram: 13 TVs universitárias disponibilizavam o recurso em seus *sites*; das 13, 12 contavam com opção de busca em todas as páginas e duas, com opção de busca avançada. Foi detectada condição de precisão no resultado da busca no sistema de apenas um *site* e não foi encontrada sugestão de termos para pesquisa em nenhum dos 13 *sites* que possuem um sistema de busca. Todos os *sites* localizados restringiram a pesquisa ao conteúdo do *site*.

A principal função de um sistema de recuperação da informação “é permitir que o usuário localize o maior número possível de itens relevantes” (FEITOSA, 2006, p. 28). Para Miranda (2005, p. 40), a função de um sistema de recuperação da informação é a “possibilidade de busca e recuperação, facilitando ou permitindo o acesso à informação. Seu propósito é atender a uma necessidade de informação”.

Um sistema de recuperação da informação é considerado por Araújo Júnior (2007) como um sistema de operações que são “interligadas para identificar, dentre um grande conjunto de informações (uma base de dados [...]), aquelas que são de fato úteis, ou seja, que estão de acordo com a demanda expressa pelo usuário” (ARAÚJO JÚNIOR, 2007, p. 27).

Gráfico 2 – Categoria: Classificação e pesquisa intuitiva



Fonte: Elaborado pelo autor.

Com base nos dados apresentados no Gráfico 2 e fundamentado em Feitosa (2006), Miranda (2005) e Araújo Júnior (2007), detectou-se um cenário preocupante. Mais da metade dos *sites* das TVs universitárias não estão preparados para algum tipo de recuperação da informação. Tal situação denota certa desatenção pelo assunto e não considera que os recursos de buscas estão entre os aplicativos interativos mais úteis para os *sites*, “o seu valor se origina do fato de reduzir o tempo

de recuperação que os usuários devem utilizar para localizar uma informação desejada” (FONSECA; FONSECA, 2005, p. 150).

Outros pontos negativos observados: falta da possibilidade de pesquisa avançada em 11 dos 13 *sites* que apresentaram um sistema de busca; nenhum *site* disponibilizava lista de termos; e a inexistência de precisão na recuperação da informação. O índice de precisão ou pertinência consiste na proporção de documentos relativos ao conjunto de documentos fornecidos pela pesquisa, ou seja, é a relação entre o total de itens úteis e o total de itens recuperados pelo usuário (GUINCHAT; MENO, 1994).

Como pontos positivos, destaca-se o fato de 12 dos 13 *sites* analisados apresentarem a opção de busca em todas as páginas, isso é significativo para os propósitos do *site* e para a comodidade do usuário. A pesquisa estar restrita ao conteúdo do *site* também configura um fator positivo, pois aumenta o seu índice de precisão. É recomendado que os *sites* restrinjam “a pesquisa dos serviços de busca apenas ao conteúdo [...]” (DIAS, 2007, p. 198). O *site* deve ser capaz de indexar e organizar as informações contidas em sua base de dados. Sua máquina de busca deve refinar e filtrar as informações e apresentar o resultado da pesquisa em categorias de fácil compreensão (ECKERSON, 1999).

No que concerne à disposição da informação na estrutura organizacional do *site*, observou-se que em apenas 8 TVs universitária existia a preocupação com a categorização como forma de organização da informação. A sistemática da organização da informação em categorias nos *sites* tem, como ponto de partida, o “esquema de classificação, ou o conjunto de categorias que os usuários utilizam para compreender o *site*, e para tomar decisões sobre onde navegar.” Trata-se de uma linguagem geralmente influenciada pelo modelo conceitual fundamental do *site* e a natureza específica do conteúdo (FONSECA; FONSECA, 2005, p. 70).

A forma adotada por 15 dos *sites* analisados neste quesito, portanto, a maioria, era dispor a informação, ou seja, o material televisual, por programas ou vídeos e não por categorias. Em outras palavras, tal iniciativa pode ser atribuída ao fato de que a produção dessas TVs é muito pequena, não havendo uma pluralidade de categorias a serem contempladas ou elencadas. As produções são alocadas nos *sites* sem muito critério definido, seguindo mais a ordem cronológica de produção do que propriamente a tentativa de enquadrar o material informacional em uma

categoria específica, como documentário, cultura, ciência, entre outras. Os 4 *sites* restantes na análise não apresentavam nenhuma forma de organização que pudessem ser enquadrados nas situações acima.

Para se conseguir atingir a condição ideal de funcionamento do fluxo da informação em um ambiente informacional virtual, deve-se agrupar e descrever, adequadamente, cada objeto informacional (programa, vídeo, reportagem, entre outros), refletindo, inclusive, as necessidades de informação da comunidade para a qual estão destinados tal produção. Um dos principais objetivos que envolve a organização dos objetos informacionais é o de agrupar sistematicamente os recursos informacionais em coleções (CAFÉ; SALES, 2010). Neste caso específico de análise, o ideal seria o agrupamento dos objetos informacionais em categorias que traduzissem o seu conteúdo.

Quando se analisou a descrição do material disponível nos *sites* das TVs universitárias e se os termos utilizados representavam o conteúdo informacional ali depositado, tais requisitos foram observados em apenas 11 *sites*, os quais atendiam parcialmente as diretrizes propostas pela CI com relação a armazenagem e recuperação da informação.

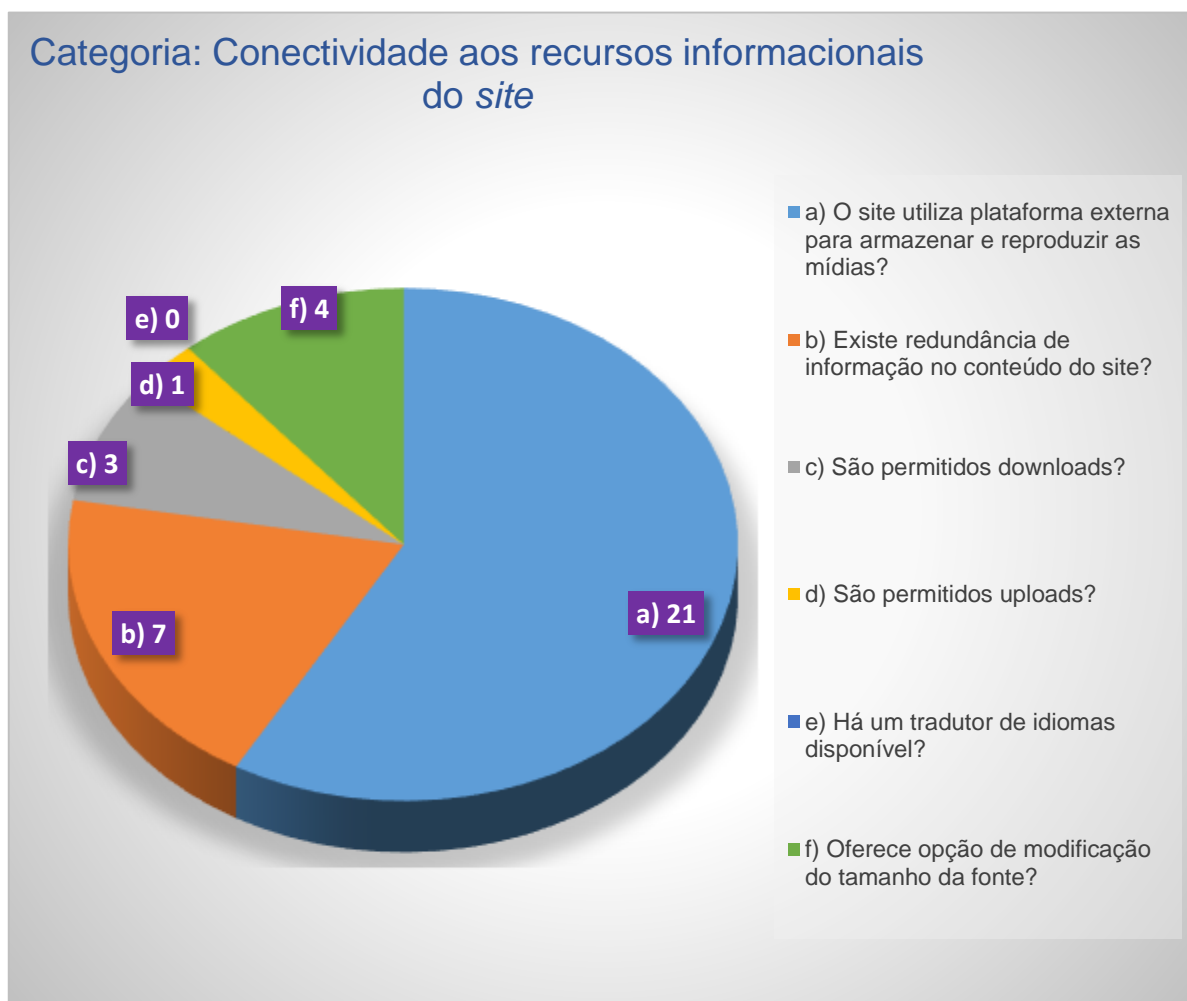
A descrição do recurso informacional, por intermédio de termos adequados, se configura no tratamento temático da informação, e é fator de extrema relevância para a sua recuperação (CAFÉ; SALES, 2010). Nesse contexto, Svenonius (2000) considera que, em uma linguagem perfeitamente ordenada, cada item tem apenas um nome e um nome é usado para se referir a cada coisa única. A autora acrescenta, ainda, que a descrição da informação é a base da organização e que, neste caso, ao descrever um vídeo ou um programa, pretende-se comunicar, por meio de linguagem específica, determinados conteúdos e atributos.

A comunicação entre os ambientes de produção e de uso da informação se “revela nitidamente na dimensão temática, especialmente na era da internet em que o estímulo por buscas de informação reside preponderantemente no conteúdo informacional” (CAFÉ; SALES, 2010, p. 120).

Em concordância com os autores elencados na fundamentação teórica para análise desse item, observou-se que os *sites* das TV universitárias não apresentam os pressupostos essenciais, defendidos pela CI, para a armazenagem e recuperação da informação. Não foram detectadas formas de tratamento da

informação que contemplasse algum aspecto relativo a análise, descrição e representação do conteúdo dos documentos televisuais, o que remete o material produzido a uma condição de informação amorfa, disposta na rede, porém sem condição alguma de recuperação.

Gráfico 3 – Categoria: Conectividade aos recursos informacionais do *site*



Fonte: Elaborado pelo autor.

Para a análise desta terceira categoria de pesquisa, Gráfico 3, as questões adotadas foram: o *site* utiliza plataforma externa para reproduzir seus arquivos televisuais; existe redundância de informação; são permitidos *downloads* de conteúdo televisual; são permitidos *uploads*; há um tradutor de idiomas; disponibiliza alguma forma de opção de modificação do tamanho da fonte.

No que tange à utilização de recursos externos ou de uma plataforma para a reprodução dos conteúdos televisuais disponibilizados em seus respectivos *sites*, 16

TVs universitárias adotavam o sistema de vídeo incorporado ao código fonte e à base de dados do *site*, porém, o player utilizado para a reprodução, neste caso, para todas essas TVs, é o do *YouTube* e o armazenamento do conteúdo também se dá nos servidores daquela plataforma.

Observou-se ainda que 6 TVs universitárias utilizam sistema de player construído na própria estrutura do *site* e outras 5 adotaram, como formato, manter em seus *sites* as informações a respeito do recurso, porém com armazenamento e reprodução, por meio de *links*, em páginas diretamente no *YouTube*.

Observaram-se, nesta questão de análise, três situações distintas que precisam ser melhor esclarecidas pelo fato de que, neste item, são analisados os mecanismos que envolvem os processos de armazenamento e de reprodução do documento televisual, caracterizado como o produto informacional das TVs universitárias, objeto deste estudo. É o documento ou arquivo televisual que guarda em si a informação final que o usuário que deseja ser informado está buscando. Desse modo, é pertinente entender a forma e os mecanismos que essas TVs encontraram para disponibilizar, na rede de computadores, o conteúdo informacional produzido.

A característica fundamental do arquivo televisual é veicular a informação por meio de códigos e de imagens, fixas ou em movimento, e de sons. Devido a essa peculiaridade, o documento televisual é totalmente dependente de equipamentos ou dispositivos apropriados para ser reproduzido, ou seja, visto ou ouvido. Para o caso desta pesquisa, verificou-se que as TVs universitárias utilizam recursos externos e internos aos *sites* para disponibilizarem e reproduzirem seus conteúdos na internet, conforme descrito a seguir (CIRNE; FERREIRA, 2002).

A primeira situação a ser analisada engloba a maioria dos *sites* das TVs universitárias em questão, 16 ao todo. Neste caso, os documentos televisuais produzidos pelas equipes da TV são armazenados nos servidores do *YouTube*¹⁰, e este, após receber o vídeo/programa, por meio de *upload*, retorna ao seu usuário um código que é a URL do vídeo/programa. Esse código é, então, incorporado ao código fonte e à base de dados do *site* da TV. Nesse momento, é possível a inserção, dependendo da estrutura de cada *site*, de informações (metadados) a

¹⁰ Refere-se somente ao *YouTube* porque, durante o levantamento dos dados, não apareceu nenhuma outra plataforma; porém, existe na internet várias com funcionamento idêntico à mencionada, tais como a Vevo e a Vimeo.

respeito do recurso informacional visando à sua recuperação pelos mecanismos de busca do *site*. Dessa forma, se o recurso for descrito de forma apropriada, mesmo que o mecanismo de busca não consiga recuperá-lo, por não estar armazenado no *site* da TV, ele é capaz de recuperar a sua URL, ou seja, o caminho de onde quer que o recurso esteja armazenado.

A segunda situação detectada parece ser a mais razoável e a ideal em termos de estrutura e tecnologia para *sites* de TV universitária, pois, além de não ficar na dependência de tecnologias externas, demonstra preocupação com a preservação do acervo. Ao todo foram encontrados 6 *sites* que atendem a essas características. Nesses *sites*, o material televisual produzido é armazenado em servidor próprio e reproduzido dentro da própria estrutura de organização do *site* por meio de *players* construídos para a realidade daquele projeto, ou seja, todo o mecanismo de armazenamento, localização e reprodução do conteúdo informacional se desenrolava localmente. Entretanto, como pode ser observado, mesmo apresentando as condições ideais para as TVs universitárias, a utilização dessa sistemática encontra-se restrita a poucos *sites*. Tal fato, está relacionado aos elevados custos financeiros da tecnologia e do pessoal que envolve a execução e a manutenção do projeto.

A terceira e última situação engloba 5 *sites* e seria, talvez, a mais frágil, pois se apresenta totalmente dependente de recursos externos, tanto para a armazenagem e reprodução quanto para a recuperação do recurso informacional. Em outras palavras, toda a produção da TV universitária é armazenada e reproduzida numa plataforma externa, no caso o *YouTube*. O *site* da TV funciona apenas como um catálogo de *links* que, ao ser acionado, encaminha ou redireciona o usuário para uma página naquela plataforma, onde todo o processo de recuperação e reprodução do recurso informacional se desenrola. Ou seja, o usuário é jogado para fora do *site* da TV para que possa ter acesso à informação desejada.

Diante dessa situação, outros fatores negativos podem ser enumerados, como por exemplo, a falta de preocupação por parte da TVU em salvaguardar o acervo disponibilizado na internet, e caso o usuário queira ou precise retornar ao *site* da TV, não há outro caminho senão começar todo o processo de acesso novamente.

Dos 27 *sites* analisados, 7 apresentaram conteúdos redundantes, configurando-se num cenário, em princípio, negativo. Porém, tal situação pode estar

dentro da normalidade e caracterizada como uma ação proposital se, na análise do fato, for considerado que o conteúdo redundante nem sempre é danoso para o *site*, conforme afirmam Fonseca e Fonseca (2005).

Em termos positivos, “existem algumas situações onde a redundância pode ser valiosa, tais como onde a persuasão, e os objetivos relacionados aos objetivos de marketing estão envolvidos.” Como tal, as políticas do *site*, por exemplo, podem usar a informação redundante para enfatizar fatos e conduzir o usuário a certos caminhos, “[...] a redundância pode algumas vezes agir como uma ferramenta, ou um aparato, empregado para reforçar as mensagens, ou para persuadir uma certa visão de uma questão.” (FONSECA; FONSECA, 2005, p. 117-118).

Em seu caráter mais negativo, a redundância de informações nos *sites* das TVs universitária tende a refletir problemas tais como descaso com o conteúdo ou uso ineficiente de recursos, além de deixar claro uma possível falta de manutenção do *site*. Acredita-se, dessa forma, que a redundância pode ocasionar confusão ao usuário; ao mesmo tempo, deixa a impressão de ser um *site* sem avaliação ou atualização constantes. Tal fato gera insegurança e perda de tempo ao usuário.

Com relação à troca de arquivos, *downloads e uploads*, verificou-se que não há preocupação por parte das TVs universitárias com relação a esses quesitos. 3 *sites* permitem *downloads* do seu material televisual e apenas um permite o envio, *upload*, de algum tipo de arquivo. É um aspecto considerado negativo para o *site* se for considerado que o propósito principal de sua existência é o de disseminar a informação gerada no âmbito da universidade onde a TVU se encontra inserida.

Com a restrição ao *download*, o usuário fica preso ao *site*, ou seja, todas as vezes em que ele precisar daquela informação específica, terá que retornar àquele *site*. Não lhe é permitido, em tese, adquirir a informação, o arquivo físico e reproduzi-lo no momento e local que desejar. O *site* deve permitir aos usuários publicar, compartilhar e receber informações de outros usuários. O *site* deve prover um meio de interação entre pessoas e grupos (ECKERSON, 1999).

Se analisada essa questão por outro prisma, a situação pode ser considerada menos negativa. Para as TVs que utilizam a plataforma do *YouTube*, 21 ao todo, de uma forma ou de outra, conforme descrito anteriormente, a situação se apresenta como uma possibilidade de solução. Os arquivos armazenados nos servidores do *YouTube* são passíveis de serem baixados para o computador local do

usuário, bastando, para isso, o entendimento um pouco mais aprofundado de internet, e a utilização de *softwares* específicos que realizam esse processo de *download*. As demais TVs, 6 no total, que optaram por armazenagem e reprodução no próprio *site*, e que não disponibilizaram tal opção, inviabilizaram, a princípio, qualquer forma de *download* dos seus arquivos.

A falta da opção de *upload* em 26 *sites* pode ser vista como uma situação danosa para a TV universitária, se considerados os seus principais objetivos. Tal fato se contrapõe ao diálogo com a comunidade onde o canal está inserido, pois não abre a possibilidade dessa comunidade contribuir com a programação da TV, enviando-lhe algum tipo de produção, independente ou não. Entretanto, cabe apontar que isso pode ser fruto dos objetivos e da política administrativa do canal, traçados de forma a não contemplar tal situação, o que pode ser caracterizado como falha, sob o ponto de vista dos conceitos da TVU que a define como sendo “uma televisão feita com a participação de estudantes, professores e funcionários; com programação eclética e diversificada [...]” (PRIOLLI; PEIXOTO, 2004, p. 5).

Em se tratando da disponibilização de um tradutor de idiomas, percebeu-se que nenhum *site* das TVs universitárias pesquisadas oferecia esta opção. Esse fato é preocupante, pois muito se ouve falar, nos dias atuais, sobre a questão da inclusão. Acredita-se que esse é um assunto bastante polêmico, que caminha a passos lentos no sentido de sua concreta viabilização, mesmo em ambientes como os *sites* das TVs universitárias, onde esse problema já deveria ter sido resolvido. Por outro lado, esta questão pode ter sido influenciada por alguns fatores, tais como a política e o objetivo da instituição, a disponibilidade financeira, os recursos humanos capacitados para tal fim, entre outros.

Com a globalização, a internacionalização dos *sites* das TV universitárias pode ser compreendida como mais uma possibilidade de audiência, configurando-se, dessa maneira, em uma demanda real e urgente por parte de usuários de outras partes do mundo. Se o produto gerado por esses canais é a informação emanada do âmbito acadêmico e o meio de divulgação escolhido é a internet, um veículo de comunicação, cuja principal característica é a inexistência de fronteiras e a democratização da informação, é de fundamental importância que essa informação seja disseminada para um maior número de pessoas possível. Entretanto, os custos de servir um grupo de usuários internacionais diversificados geralmente é muito alto

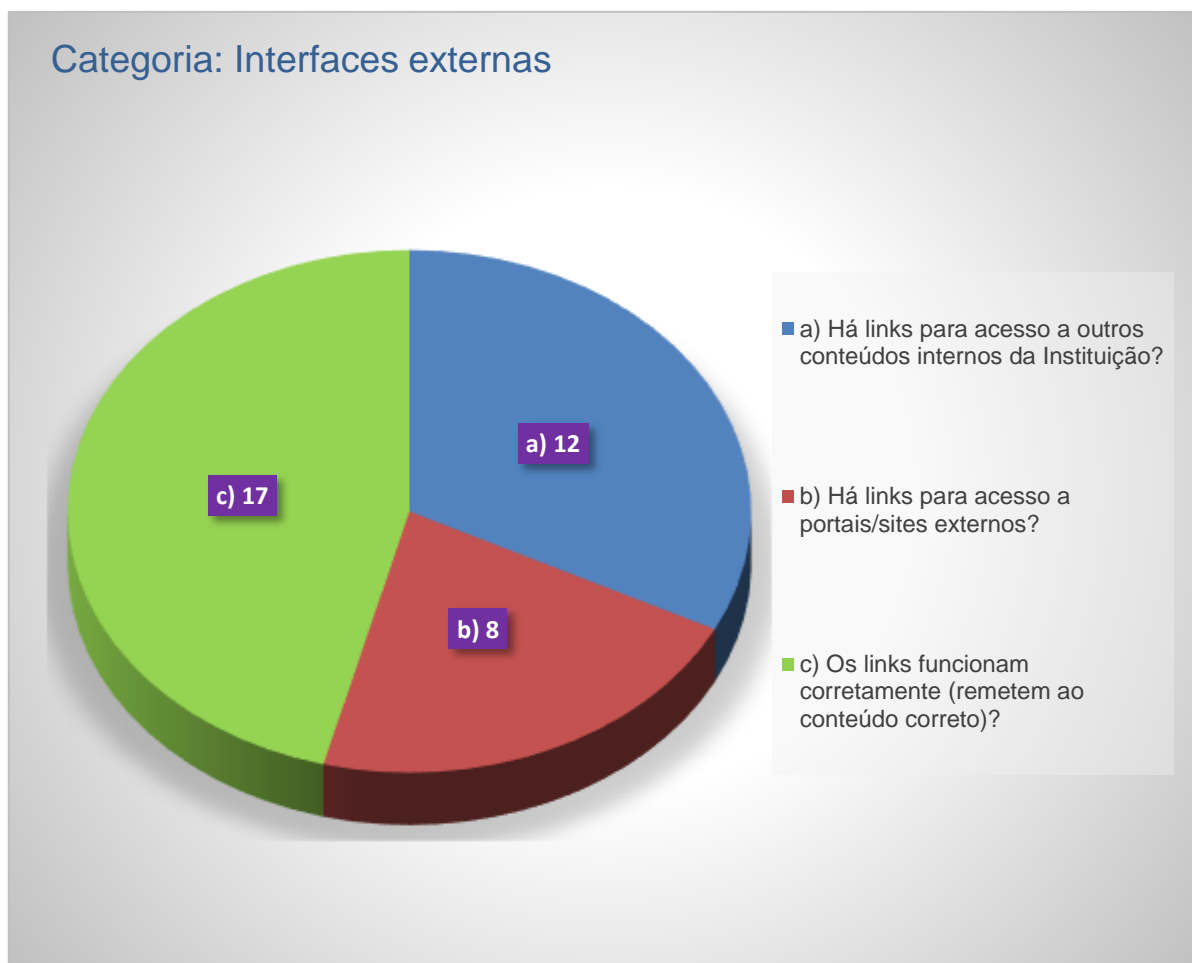
e, devido a isso, essa estratégia é constantemente abandonada pelas IES mantenedoras do canal (FONSECA; FONSECA, 2005). Tal situação deve explicar a total ausência desse recurso nos *sites* pesquisados.

No que tange à opção de modificação do tamanho da fonte, 4 TVs universitárias utilizavam esse recurso em seus *sites*. De acordo com Dias (2007, p. 106), as “informações apresentadas em um formato (visual, auditivo, tátil) só são percebidas por pessoas que tenham esse sentido em níveis normais”. A autora acrescenta ainda que “facilitar a compreensão do conteúdo informacional do produto também é essencial para o design universal” (DIAS, 2007, p. 107). Observa-se como resultado da análise deste quesito que, mesmo sendo ele uma questão também ligada à inclusão, as TVs universitárias, assim como na questão do tradutor de idiomas, parecem não atentarem para a relevância e a necessidade do recurso.

Na quarta e última categoria, Gráfico 4, englobaram-se, para análise, questões relacionadas às conexões do *site* com outros conteúdos, tais como: a existência de *links* internos e externos e o funcionamento desses *links*.

Das 27 TVs universitárias pesquisadas, 12 apresentavam *links* para outros conteúdos internos da instituição, enquanto 8 apresentavam *links* internos e/ou externos à instituição em seus *sites*. Para a quantidade de *sites* pesquisados, 27 ao todo, é uma situação preocupante, pois os números mostram que a maioria deles parece se apresentar fechados em si, sem qualquer ligação com outros conteúdos na internet, nem mesmo com o portal da própria instituição mantenedora.

Estudos demonstram que alguns usuários consideram a escolha e a qualidade de referências a outros *sites* como sendo uma característica relevante do *site* visitado; “as escolhas que um *website* exhibe com respeito a afiliações formais ou informais podem ser usadas como uma base para julgar a credibilidade de um *site*.” (FONSECA; FONSECA, 2005, p. 113). Os autores acrescentam, também, que “Conexões para *websites* externos podem ajudar os usuários a se tornarem cômicos dos preconceitos potenciais dentro de um *website*, uma vez que o *website* esteja escolhendo se associar com estes *sites*.”

Gráfico 4 – Categoria: Interfaces externas

Fonte: Elaborado pelo autor.

Analisando os 20 *sites* que possuem conexão com outros conteúdos, seja interno ou externo à instituição, detectou-se que 3 deles apresentaram problemas como *links* quebrados ou páginas não encontradas. Tal situação causa frustração ao usuário e denotam abandono e desatualização do *site*. É fundamental a manutenção dos *links* ativos para que o objetivo da hiperconexão seja alcançado (FONSECA; FONSECA, 2005).

Salienta-se, ainda, que a constante atualização do *site* é sempre positiva, pois cria uma via de mão dupla de comunicação com os demais *sites* da rede que se relaciona com o *site* analisado. O *site* deve ser capaz de se comunicar/conectar com outros sites e aplicativos na rede, assim como também deve ser capaz de ser chamado/conectado por outros *sites* ou aplicativos, gerando, em consequência dessas interações, um processo no qual pode ocorrer a permutação de informações (ECKERSON, 1999).

5.1 LIMITAÇÕES DA PESQUISA

Considerando os objetivos delineados, a pesquisa transcorreu conforme o planejado e a metodologia empregada atendeu plenamente aos requisitos do estudo. Como aspectos limitadores podem-se pontuar:

- *Site* em manutenção durante o período da investigação. Pode-se considerar que essa situação prejudicou, em parte, os resultados, não permitindo que a pesquisa atingisse 100% da amostragem planejada;
- *Links* quebrados ou páginas não encontradas. Essas falhas podem ter acarretado falhas ou alterações nos resultados por não permitirem alcançar a informação que se encontrava na outra ponta da hiperconexão;
- Tecnologias utilizadas nos *sites* que requeriam o *download* e instalação de *plugins* para o acesso a vídeos ou programas. Em decorrência, alguns resultados podem ter sofrido alterações.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Se as TIC assumiram papel fundamental na sociedade, contribuindo com as atuais exigências de integração universal entre as pessoas, participando como principal meio de divulgação da informação, a televisão se transformou no principal meio de comunicação para a maioria dos brasileiros, em razão das suas características e penetração em todas as camadas, configurando-se em predominante fonte de informação para milhões de pessoas (MONTRESOL; SOUZA, 2009).

Paralelo a isso, encontram-se a universidade e a TV da universidade desempenhando relevante papel nos processos de explosão informacional e de democratização da informação. Se, por um lado, a universidade, por meio de suas instâncias – ensino, pesquisa e extensão –, caracteriza-se como produtora de informação, ao mesmo tempo que transforma informação em conhecimento, a TVU, por sua vez, é considerada como um dos veículos da universidade, utilizado para a divulgação dos resultados dos processos desenvolvidos no âmbito acadêmico, para tanto, utiliza diversas formas de transmissão da informação, dentre elas, a internet.

A fim de alcançar seus objetivos relativos à disseminação da informação, seja qual for a meio de transmissão, as TVs universitárias têm lançado mão de *sites*, onde disponibilizam seus conteúdos televisuais. Tal situação originou-se, principalmente, pela falta de estrutura física e financeira vivenciada pelas IES, mantenedoras do canal, e que nem sempre disponibilizam, em seus orçamentos anuais, verbas para a implementação dos projetos da TVU.

Se os problemas dessa ordem restringiram a constituição de emissoras mais estruturadas fisicamente, com transmissão aberta ou a cabo, a internet surgiu como uma alternativa de baixo custo, porém com resultados significativos na difusão da programação do canal para a comunidade onde se encontra inserido. A utilização da internet cria, sobretudo para a TVU, a possibilidade de atingir um público ainda maior, pois, por intermédio da rede de computadores, é possível chegar a qualquer pessoa em qualquer parte do mundo.

Para que o fluxo de informação, nos *sites* das TVs universitárias, seja dinâmico de tal forma que o usuário consiga alcançar o máximo de informação possível, com menor esforço despendido, e para que esse usuário usufrua de todos

os recursos informacionais disponíveis na estrutura de organização do *site*, é preciso que a informação se apresente de forma organizada. Essa organização envolve análise, descrição e representação do conteúdo dos documentos televisuais dispostos naquele espaço virtual.

A organização e a representação da informação em ambiente *web* baseiam-se na ideia de que a informação constitui a essência de um *site* (SOUZA, 2006). Partindo dessa premissa, a pesquisa foi construída e fundamentada no entendimento de que é mais fácil localizar uma informação em um ambiente organizado. Nesse sentido, a organização da informação envolvendo seus mais diversos aspectos foi a tônica da pesquisa, que teve como objeto de estudo os *sites* das TVs universitárias ligadas às universidades públicas brasileiras.

Dentre os resultados obtidos nesse estudo, é possível enumerar alguns aspectos negativos para os *sites* das TVs universitárias, dentre eles, os mais significativos constam da categoria “Classificação e pesquisa intuitiva”. Essa categoria englobava questões relacionadas à organização e recuperação da informação. Tendo sido a investigação norteada pelos conceitos emanados da Ciência da Informação, constatou-se que, em número expressivo, os *sites* das TVs universitárias não apresentaram nível de organização da informação considerado ideal, exprimindo um indicativo crítico.

Como consequência, os resultados negativos obtidos na investigação das questões relacionadas à análise, classificação e representação do conteúdo televisual, refletiu significativamente nas conclusões da averiguação realizada na matéria envolvendo as teorias referentes aos sistemas de armazenamento e recuperação da informação. Tal situação, apesar dos aspectos inconvenientes já mencionados, apresenta coerência de resultados. Ou seja, se não há um padrão mínimo de organização da informação, em tese, não haverá, também, uma situação favorável de recuperação. “Organizamos um acervo para compreendê-lo melhor e assim poderemos recuperar objetos informacionais, isto é informações registradas nos mais variados suportes [...]” (CAFÉ; SALES, 2010, p. 117).

A exemplo dos resultados apresentados, a averiguação da categoria “Conectividade aos recursos informacionais do *site*”, que englobou questões direcionadas à investigação das relações do sistema com o usuário contemplando, inclusive, a possibilidade da permutação de informações, constatou-se um ambiente desfavorável aos propósitos das TVs universitárias. Ou seja, aspectos

preponderantes para o aprimoramento das relações entre a TV e sua audiência, como a questão da inclusão social, a troca de material televisual, entre outros, está sendo negligenciada.

Em contrapartida, e também como forma de enumerar fatores positivos percebidos por intermédio da coleta dos dados, na sondagem realizada nas categorias “A interface do *site* é amigável para usuários eventuais” e “Interfaces externas”, que arrolaram questões direcionadas a sondar aspectos da Arquitetura da Informação e do comportamento do *site* em relação à sua conectividade e à comunicação com outros *sites* e aplicativos na internet, constatou-se que, de maneira geral, os resultados obtidos foram satisfatórios, se observados a partir dos preceitos elencados por Nielsen (1993) e Eckerson (1999).

Na categoria “A interface do *site* é amigável para usuários eventuais”, em que pese algumas questões contrárias, a maioria dos *sites* pesquisados conseguiu boas performances, tornando as páginas intuitivamente acessíveis. O sistema de rotulagem e navegação oferecia, ao usuário, ferramentas que lhe permitiam navegar pelo *site* com o mínimo de treinamento. A simplicidade e a objetividade do *design* dos *sites* e a utilização de linguagem apropriada, direcionada ao público-alvo conferiu, à maioria dos *sites*, uma desenvoltura satisfatória.

Em se tratando da categoria “Interfaces externas”, o que se observou é que há, por parte das TVs universitárias, certa preocupação em relação à hiperconexão dos seus *sites* com os demais *sites*, aplicativos e sistemas disponíveis na rede mundial de computadores, a internet. Tal fato configura-se em um indicativo favorável, apontado por Eckerson (1999) como sendo atual e muito positivo.

A utilização de plataformas externas, como o *YouTube*, para armazenamento e reprodução dos conteúdos televisuais produzidos pelas TVs universitárias é um fator preocupante, se considerado que, como se trata da prestação de um serviço sem custos para as TVs, este pode ser suspenso a qualquer momento. Em decorrência, aquela TV que não constituiu um acervo particular da coleção corre o risco de perder a sua memória institucional.

O estudo também revelou situações positivas e negativas envolvendo os canais universitários. Foram algumas ocorrências pontuais e outras mais abrangentes; apesar disso, acredita-se que as TVs universitárias estão desempenhando seu papel, representando a universidade junto à sua comunidade

e, com o auxílio da internet, extrapolando os limites dessa representatividade para outras regiões e pessoas.

Melhorias são necessárias e urgentes mesmo porque, trata-se de uma área em constante mutação tecnológica e, para acompanhar o desenvolvimento dessas tecnologias, é preciso políticas de planejamento e investimentos, tanto financeiro quanto humano. Para isso, as IES mantenedoras dos canais devem considerar, em suas diretrizes, os projetos e as necessidades da TVU, afinal, trata-se de um canal de divulgação que pode ser utilizado pelas dimensões acadêmica, publicitária e política da universidade.

Salienta-se que, durante todo o processo da pesquisa, desde o seu início, na escolha do tema a ser estudado, finalizando na apresentação e análise dos resultados, a contribuição dos aspectos teóricos referentes às questões de televisão de maneira geral e, mais especificamente, da TVU, organização e representação da informação, em espaços convencionais ou na *web*, foi fundamental para nortear os caminhos a serem percorridos.

A pesquisa teve como intuito, por intermédio de subsídios teórico-metodológicos, contribuir para a reflexão sobre o papel da organização da informação nos *sites* das TVs universitárias, que se utilizam da internet para divulgação das atividades na esfera acadêmica, por meio do material televisual produzido, traçando um panorama da situação existente, atualmente. Como resultado paralelo, o estudo possibilitou novos olhares sobre o papel da TVU no âmbito da universidade.

Mesmo com as considerações em pauta, que apontam para a necessidade de reestruturação desses *sites*, e a redefinição das políticas envolvendo a utilização da internet como meio de difusão da programação das TVs universitárias, essa pesquisa atingiu o objetivo proposto, tanto no que se refere ao caráter investigativo, que foi analisar a organização da informação em *sites* de televisão universitária de universidades públicas brasileiras, bem como pela exposição de pontos negativos e positivos, que poderão servir de parâmetros para a viabilização de melhorias.

Deve-se também considerar que o estudo pode contribuir para a abertura de novas indagações sobre o tema, devido à abrangência de assuntos relacionados, além da possibilidade de integração com outras áreas do conhecimento, pela interdisciplinaridade condizente com a organização da informação em diferentes ambientes informacionais.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, M. A.; CRIPPA, G. De Bacon à internet: considerações sobre a organização do conhecimento e a construção da Ciência da Informação. **Ponto de Acesso**, Salvador, v. 3, n. 2, p. 109-131, ago. 2009.
- ALVARENGA, L. Representação do conhecimento na perspectiva da ciência da informação em tempo e espaço digitais. **Encontros Bibli: Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Florianópolis, n. 15, jan./jun. 2003.
- AMARAL, N. M. **Televisão e telejornalismo: do analógico ao virtual**. 2004. 336 fls. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação) – Universidade de São Paulo, SP.
- AMARAL, N. M. **Televisão Educativa e Cultural da Universidade Estadual de Londrina**: depoimento. [30 de setembro de 2014]. Entrevista da Diretora da TV UEL concedida a José Carlos Mardegan. (Entrevistas Pessoais).
- AQUINO, M. de A; OLIVEIRA, H. P. C. Contribuições da arquitetura da informação para o *website* “A Cor da Cultura”. **Informação & Sociedade: Estudos**, João Pessoa, v. 22, n. 1, p. 129-143, jan./abr. 2012.
- ARAÚJO, C. A. A. O conceito de informação na Ciência da Informação. **Informação & Sociedade: Estudos**, João Pessoa, v. 20, n. 3, p. 95-105, set./dez. 2010.
- ARAÚJO JÚNIOR, R. H. **Precisão no processo de busca e recuperação da informação**. Brasília, DF: Thesaurus, 2007.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS – ABNT. **NBR 9241-11**: Requisitos ergonômicos para trabalho de escritórios com computadores. Parte 11 – orientações sobre usabilidade. Rio de Janeiro: ABNT, 2002.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE TELEVISÃO UNIVERSITÁRIA – ABTU. **Carta de Diretrizes das Televisões Universitárias Brasileiras**. 13 nov. 2009. Disponível em <http://www.abtu.org.br/noticias/noticias_da_abtu/366>. Acesso em: 17 ago. 2014.
- AUMONT, J. **A imagem**. Campinas: Papyrus, 1993. Disponível em: <http://minhateca.com.br/niltonvarela/Documentos/Ebooks/Artes+e+Linguagens+-+Cinema*2c+Literatura*2c+Teatro+e+Cr*c3*adtica/AUMONT*2c+Jacques.+A+Image+1513087.pdf>. Acesso em: 20 jun. 2014.
- AZAMBUJA, C. N. de. **Jornalismo educativo: da teoria à prática na TV universitária**. 2008. 177 fls. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estácio de Sá, Rio de Janeiro.
- BACCO, T. S. **Televisão universitária online: a experiência da TV UERJ, a primeira do Brasil**. 2010. 134 fls. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina.

BAPTISTA, D. M.; ARAÚJO JR., R. H. de; CARLAN, E. O escopo da análise da informação. In: ROBREDO, J.; BRÄSCHER, M. (Org.). **Passeios no bosque da informação**: estudos sobre representação e organização da informação e do conhecimento. Brasília, DF: IBICT, 2010. p. 61-80. Disponível em: <http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/7975/6/CAPITULO_EscopoAnaliseInformacao.pdf>. Acesso em: 16 ago. 2014.

BARRETO, A. de A. Os destinos da Ciência da Informação: entre o cristal e a chama. **Informação & Sociedade: Estudos**, João Pessoa, v. 9, n. 2, p. 1-8, 1999.

BAX, M. P.; PEREIRA, J. C. L. Introdução à gestão de conteúdos. In: CONGRESSO ANUAL DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE GESTÃO DO CONHECIMENTO, KMBRASIL – Workshop Brasileiro de Inteligência Competitiva e Gestão do Conhecimento, 3, 2002, São Paulo. **Anais...** São Paulo: SBGC, 2002. Disponível em: <<http://revistagt.fpl.edu.br/get/article/view/104/103>>. Acesso em: 01 jul. 2014.

BELDA, F. R. **Um modelo estrutural de conteúdos educativos para televisão digital interativa**. 2009. 292 fls. Teses (Doutorado em Engenharia de Produção) – Universidade de São Paulo, São Carlos.

BELLUZZO, R. C. B.; CAVALCANTE, L. F. B. A competência em informação na televisão universitária: reflexos e contribuições iniciais ao contexto brasileiro. **Informação & Sociedade: Estudos**, João Pessoa, v. 21, n. 3, p. 21-30, set./dez. 2011.

BERTI JUNIOR, D. W.; CATARINO, M. E. Organização da informação no sistema de controle de manutenção da Universidade Estadual de Londrina. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO – ENANCIB 2013, 14, 2013, Florianópolis. **Anais...** Florianópolis: ENANCIB, 2013. p. 1-18. Disponível em: <<http://enancib2013.ufsc.br/index.php/enancib2013/XIVenancib/%20paper/viewFile/377/208>>. Acesso em: 15 ago. 2014.

BORBINHA, J.; FREIRE, N. **Metadados**. 23 out. 2002. Disponível em: <<http://metadados.bn.pt/index.html>>. Acesso em: 02 Jul. 2014.

BORKO, H. Information science: what is it? **American Documentation**, Washington, v. 19, n. 1, p. 3, Jan. 1968.

BRÄSCHER, M; CAFÉ, L. M. A. Organização da informação ou organização do conhecimento? In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 9., 2008, São Paulo. **Anais...** São Paulo: ANCIB, 2008. p. -14.

BRASIL, A. C. **Telejornalismo, internet e guerrilha tecnológica**. Rio de Janeiro: Ciência Moderna, 2002.

BRASIL. Casa Civil da Presidência da República. Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República. Ministério da Fazenda. Lei nº 11.652, de 7 de abril de 2008. Institui os princípios e objetivos dos serviços de radiodifusão pública explorados pelo Poder Executivo ou outorgados a entidades de sua administração indireta; autoriza o Poder Executivo a constituir a Empresa Brasil de Comunicação – EBC; altera a Lei nº 5.070, de 7 de julho de 1966; e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 08 abr. 2008. p. 1. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11652.htm>. Acesso em: 30 nov. 2013.

BRASIL. Congresso Nacional. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Constituição da República Federativa do Brasil – 1988. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 5 out. 1988. p. 1 (ANEXO). Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>. Acesso em: 15 ago. 2014.

BRASIL. Decreto nº 5.396 de 21 de março de 2005. Regulamenta o art. 19 da Lei nº 9.637, de 15 de maio de 1998, que dispõe sobre o recebimento de recursos e a veiculação de publicidade institucional por organizações sociais que exercem atividades de rádio e televisão educativa, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 22 mar. 2005. p. 1. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Decreto/D5396.htm>. Acesso em: 31 nov. 2013.

BRASIL. Ministério das Comunicações. Lei 5.198, de 3 de janeiro de 1967. Cria, sob a forma de Fundação, o Centro Brasileiro de TV Educativa. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 4 jan. 1967a. p. 1. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/1950-1969/L5198.htm>. Acesso em: 16 ago. 2014.

BRASIL. Ministério das Comunicações. Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967. Complementa e modifica a Lei número 4.117 de 27 de agosto de 1962. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 28 fev. 1967b. p. 2432. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/Del0236.htm>. Acesso em: 16 ago. 2014.

BRASIL. Ministério das Comunicações. Lei nº 8.977, de 6 de janeiro de 1995. Dispõe sobre o Serviço de TV a Cabo e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 09 jan. 1995. p. 417. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8977.htm>. Acesso em: 30 nov. 2013.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 23 dez. 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm>. Acesso em: 15 ago. 2014.

BUCCI, E. **Brasil em tempo de TV**. São Paulo: Bomtempo, 1997.

BUCKLAND, M. What kind of Science can Information Science be? **Journal of the American Society for Information Science and Technology**, v. 63, n. 1, p. 1-7, Oct. 2011. Disponível em: <<http://people.ischool.berkeley.edu/~buckland/whatsci.pdf>>. Acesso em: 22 mar. 2014.

BURKE, P. **Uma história social do conhecimento: de Gutenberg a Diderot**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

BUSTAMANTE, A. M. de O. S. de. Arquitectura de información y usabilidad: nociones básicas para los profesionales de la información. **Acimed**, Cuba, v. 12, n. 6, nov./dez. 2004.

CAFÉ, L.; SALES, R. Organização da informação: conceitos básicos e breve fundamentação teórica. In: ROBREDO, J.; BRÄSCHER, M. (Org.). **Passeios no bosque da informação: estudos sobre representação e organização da informação e do conhecimento**. Brasília, DF: IBICT, 2010. p. 115-129.

CAPURRO, R.; HJØRLAND, B. O conceito de informação. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v. 12, n. 1, p. 148-207, jan./abr. 2007. (Tradução Ana Maria Pereira Cardoso; Maria da Glória Achtschin Ferreira e Marco Antônio de Azevedo. Tradução do capítulo publicado no *Annual Review of Information Science and Technology*, Ed. Blaise Cronin, v. 37, cap. 8, p. 343-411, autorizada pelos autores). Disponível em: <<http://portaldeperiodicos.eci.ufmg.br/index.php/pci/article/view/54>>. Acesso em: 13 ago. 2014.

CARVALHO, J. M. de. Televisão pública no Brasil: resquícios do passado e perspectivas para o futuro. **Sociologias Plurais**, Curitiba, v. 1, n. 2, p. 131-149, ago. 2013.

CASTELLS, M. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CASTRO, F. F.; SANTOS, P. L. V. C. Os metadados como instrumentos tecnológicos na padronização e potencialização dos recursos informacionais no âmbito das bibliotecas digitais na era da *Web Semântica*. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA, DOCUMENTAÇÃO E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 22., 2007, Brasília, DF. **Anais...** Brasília, DF: ABDF/UNB, 2007.

CASTRO, G. D. Qual a diferença entre um blog, um *site* e um portal? **CriarNet**, 18 jan. 2012. Disponível em: <<http://criarnet.net/outros/qual-a-diferencaentre-um-blog-um-site-e-um-portal/>>. Acesso em: 5 jun. 2014.

CATARINO, M. E. **Integração das Folksonomias aos metadados: identificação de novos elementos de metadados como contributo para a descrição de recursos em repositórios**. 2009. 233 fls. Tese (Doutorado em Tecnologias e Sistemas de informação) – Universidade do Minho, Minho.

CATARINO, M. E.; SOUZA, T. B. A representação descritiva no contexto da *web semântica*. **TransInformação**, Campinas, v. 24, n. 2, p. 77-90, maio/ago. 2012.

CAVALCANTI, C. R. **Indexação**. Brasília, DF: ABDF, 1982. p. 211-233. (Estudos Avançados em Biblioteconomia e Ciência da Informação, v. 1).

CESARINO, M. A. N. Sistemas de recuperação de informação. **Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG**, Belo Horizonte, v. 14, n. 2, p. 157-168, set. 1985.

CHOO, C. W. **A organização do conhecimento**. 3. ed. São Paulo: Senac, 2003.

CIFUENTES, D. P. Televisão pública na América Latina: crises e oportunidades. In: RINCÓN, O. (Org.). **Televisão pública: do consumidor ao cidadão**. São Paulo: SSRG, 2002. p. 119-154.

CIRNE, M. T.; FERREIRA, S, M. A ética para os profissionais da informação audiovisual: o dever tecnológico a moldar uma atitude. **Cadernos BAD**, Lisboa, n. 1, p. 115-129, 2002.

CORDEIRO, R. I. de N., Informação cinematográfica e textual: da geração à interpretação e representação de imagem e texto. **Ciência da Informação**, Brasília, DF, v. 25, n. 3, p. 1-9, 1996. Disponível em: <<http://revista.ibict.br/ciinf/index.php/ciinf/article/viewArticle/474>>. Acesso em 28 de jun 2014.

CRESWELL, J. W. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto**. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2007.

CUNHA, M. B. da; CAVALCANTI, C. R. de O. **Dicionário de Biblioteconomia e Arquivologia**. Brasília, DF: Briquet de Lemos, 2008.

CURTY, R. G.; ARAUJO, N. C.; CERVANTES, B. M. N.; GIRALDES, M. J. C. Organização e a descrição de estruturas de informação em repositórios institucionais acadêmicos: uma análise com base em elementos de arquitetura de informação. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA, DOCUMENTAÇÃO E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 23., 2009, Bonito. **Anais...** Bonito: FEBAB, 2009. p. 1- 12.

DAHLBERG, I. Knowledge organization and terminology; philosophical and linguistic bases. **International classification**, Frankfurt, v. 19, n. 2, p. 65-71, 1992.

DIAS, C. Portal corporativo: conceitos e características. **Ciência da Informação**, Brasília, DF, v. 30, n. 1, p. 50-60, jan./abr. 2001.

DIAS, C. **Usabilidade na web: criando portais mais acessíveis**. 2. ed. Rio de Janeiro: Alta Books, 2007.

DIAS, E. W. Organização do conhecimento no contexto de bibliotecas tradicionais e digitais. In: NAVES, M. M. L.; KURAMOTO, H. (Orgs.). **Organização da informação: princípios e tendências**. Brasília, DF: Briquet de Lemos, 2006. p. 62-75.

DIAS, E. W.; NAVES, M. M. L. **Análise de assunto: teoria e prática**. Brasília, DF: Thesaurus, 2007.

ECKERSON, W. 15 rules for enterprise portals. **Oracle Magazine**, v. 13, n. 4, p. 13-14, July/Aug. 1999.

ESTORNILO FILHO, J. **A representação da imagem**: indexação por conceito e por conteúdo. 2004. 78 fls. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Biblioteconomia) – Universidade de São Paulo, São Paulo. Disponível em: <<http://rabci.org/rabci/sites/default/files/Estorniolo-Imagem.pdf>>. Acesso em: 14 ago. 2014.

FEITOSA, A. **Organização da informação na web**: das tags à web semântica. Brasília, DF: Thesaurus, 2006.

FERNANDES, G. C. O objeto da Ciência da Informação. **Informare**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 25-30, jan./jun. 1995. Disponível em: <<http://www.brapci.ufpr.br/documento.php?dd0=0000003100&dd1=c1a73>>. Acesso em: 22 mar. 2014.

FERNEDA, E. **Recuperação de informação**: análise sobre a contribuição da Ciência da Computação para a Ciência da Informação. 2003. 137 fls. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação) – Universidade de São Paulo, São Paulo.

FERREIRA, A. M. J. F. C.; VECHIATO, F. L.; VIDOTTI, S. A. B. G. Arquitetura da Informação de *web sites*: um enfoque à Universidade Aberta à Terceira Idade (UNATI). **Revista de Iniciação Científica da FFC**, Marília, v. 8, n. 1, p. 114-129, 2008.

FLICK, U. **Introdução à pesquisa qualitativa**. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2002.

FOGL, J. Relations of the concepts 'information' and 'knowledge'. **International Forum on Information and Documentation**, The Hague, v. 4, n. 1, p. 21-24, 1979.

FONSECA, A.; FONSECA, A. F. **Avaliando websites**. João Pessoa: UNIPÊ, 2005.

FREIRE, G. H. Ciência da Informação: temática, histórias e fundamentos. **Perspectiva em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 11, n. 1, p. 6-19, 2006.

FUJITA, M. S. L. A biblioteca digital no contexto da gestão de bibliotecas universitárias: análise de aspectos conceituais e evolutivos para a organização da informação. In: ENCONTRO NACIONAL DE CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 6., 2005, Salvador. **Anais...** Salvador: UFBA, 2005.

GALVÃO, C. B. A organização da Informação na perspectiva da Ciência da informação e na dinâmica da cultura científica. In: HOFFMANN, W. A. M.; FURNIVAL, A. C. (Org.). **Olhar**: ciência, tecnologia e sociedade. São Carlos: Pedro e João. 2008. p. 203-209.

GASPAR, N. R. Práticas discursivas e culturais: relações analíticas entre arte, literatura e ciência no tema sobre a leitura. In: BOCCATO, V. R. C.; GRACIOSO, L. de S. (Orgs.). **Estudos da Linguagem em Ciência da Informação**. Campinas: Alínea, 2011. p. 139-156.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GRÁCIO, J. C. A. Metadados para descrição de recursos da internet: o padrão Dublin Core, aplicações e a questão da interoperabilidade. 2002. 127 fls. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Marília.

GUIMARÃES, J. A. C. A análise documentária no âmbito do tratamento da informação: elementos históricos e conceituais. In: RODRIGUES, G. M.; LOPES, I. L. L. (Orgs.). **Organização e representação do conhecimento na perspectiva da Ciência da Informação**. Brasília, DF: Thesaurus, 2003. (Estudos Avançados em Ciência da Informação, v.2).

GUINCHAT, C.; MENO, M. **Introdução geral às ciências e técnicas da informação e documentação**. Brasília, DF: MCT; CNPq; IBICT, 1994.

HABERMAS, J. The public sphere: an encyclopedia article (1964). Tradução do alemão para o inglês de Sara Lennox e Frank Lennox. **New German Critique**, n. 3, p. 49-55, Autumn 1974. Disponível em: <[http://www.socpol.unimi.it/docenti/barisione/documenti/File/2008-09/Habermas%20\(1964\)%20-%20The%20Public%20Sphere.pdf](http://www.socpol.unimi.it/docenti/barisione/documenti/File/2008-09/Habermas%20(1964)%20-%20The%20Public%20Sphere.pdf)>. Acesso em: 23 out. 2014.

HAGEDORN, K. **The information architecture glossary**. [s.1.]: Argus Center for Information Architecture, 2000. Disponível em: <http://argus-acia.com/white_papers/iaglossary.html>. Acesso em: 05 jul. 2014.

HAUSER, A. **História social da literatura e da arte**. Madrid: Mestre Jou, 1982.

HIDALGO GOYANES, P. La documentación audiovisual de las televisiones. La problemática actual y el reto de la digitalización. **Documentación de las Ciencias de la Información**, Madrid, v. 28, p. 159-171, 2005. Disponível em: <<http://revistas.ucm.es/index.php/DCIN/article/view/DCIN0505110159A/19216>>. Acesso em: 11 jun. 2014.

HJØRLAND, B. Epistemology and the socio-cognitive perspective in Information Science. **Journal of the American Society for Information Science and Technology**, v. 53, n. 4, p. 257-270, 2002.

LANCASTER, F. W. **Indexação e resumos: teoria e prática**. 2. ed. Brasília, DF: Briquet de Lemos, 2004.

LEAL FILHO, L. L. **A TV sob controle: a resposta da sociedade ao poder da televisão**. São Paulo: Summus, 2006.

LE COADIC, Y. F. **A Ciência da Informação**. 2. ed. Brasília, DF: Briquet de Lemos, 2004.

LIMA, G. A. B. Interfaces entre a ciência da informação e a ciência cognitiva. **Ciência da Informação**, Brasília, DF, v. 32, n. 1, p. 77-87, 2003. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ci/v32n1/15975.pdf>>. Acesso em: 03 jun.2014.

LIMA, J. da C. O modelo da TV Cultura de São Paulo. In: CARMONA, B.; FLORA, M. (Orgs.). **O desafio da TV pública**: uma reflexão sobre sustentabilidade e qualidade. Rio de Janeiro: TVE Rede Brasil, 2003. p. 63-70.

LIMA FILHO, A. B. de. **Organização da informação em sites de recursos humanos de universidades públicas estaduais da região sul do Brasil**. 2011. 132 fls. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina.

LOPES, I. L. Estratégias de busca na recuperação da informação: revisão de literatura. **Ciência da Informação**, Brasília, DF, v. 31, n. 2, p. 60-71, maio/ago. 2002.

LÓPEZ CARREÑO, R. Análisis taxonómico de los portales periodísticos españoles. **Anales de Documentación**, Murcia, n. 7, p. 123-140, 2004. Disponível em: <<http://revistas.um.es/analesdoc/article/view/1671/1721>>. Acesso em: 5 jun. 2014.

LORANGER, H.; NIELSEN, J. **Usabilidade na web**: projetando *websites* com qualidade. Tradução E. Furmankiewicz e C. Schanfranski. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007.

LUNARDELLI, R. S. A.; GALEMBECK, P. T. A metarrepresentação do assunto em resumos de textos científicos: reflexões iniciais de uma proposta de estudos. In: CERVANTES, B. M. N. (Org.). **Horizontes da organização da informação e do conhecimento**. Londrina: Eduel, 2012. p. 173-191.

LUZ, M. L. S. V. A. **Gestão e fomento para a televisão digital pública**. 2010. 153 fls. Dissertação (Mestrado em Televisão Digital: Informação e Conhecimento) – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Bauru.

MACHADO, A. **A televisão levada a sério**. 2. ed. São Paulo: SENAC São Paulo, 2001.

MAGALHÃES, C. M. Dossiê TV Universitária: 45 anos de experiência. **Revista ABTU – TV Universitária + Pública**, São Paulo, n. 0, p. 8-14, 2013. Disponível em: <<http://abtu.org.br/site/wp-content/uploads/2013/07/Revista-ABTU-00.pdf>>. Acesso em: 24 fev. 2014.

MALHEIROS, A.; RIBEIRO, F. **Paradigmas, serviços e mediações em Ciência da Informação**. Recife: Néctar, 2011.

MARCONDES, C. H. Representação e economia da informação. **Cien. Inf.**, Brasília, DF, v. 30, n. 1, p. 61-70, jan./abr. 2001. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ci/v30n1/a08v30n1>>. Acesso em: 17 jun. 2014.

MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. **Técnicas de pesquisa**: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

MARTÍN-BARBERO, J. Disseminação do saber e novos modos de ver/ler. In: MARTÍN-BARBERO, J.; REY, G. **Os exercícios do ver**. São Paulo: SENAC, 2001. p. 56-62.

MARTÍN-BARBERO, J. Televisão pública, televisão cultural: entre a renovação e a invenção. In: RINCÓN, O. (Org.). **Televisão pública: do consumidor ao cidadão**. São Paulo: SSRG, 2002. p. 41-79.

MARTÍN-BARBERO, J. **Dos meios às mediações: comunicação, cultura e hegemonia**. 5. ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2008.

MATTELART, A. **História da sociedade da informação**. São Paulo: Loyola, 2002.

MATTOS, S. **História da televisão brasileira: uma visão econômica social e política**. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 2009.

MCGARRY, K. **O contexto dinâmico da informação**. Brasília, DF: Briquet de Lemos, 1999.

MIRANDA, M. L. C. **Organização e representação do conhecimento: fundamentos teórico-metodológicos na busca e recuperação da informação em ambientes virtuais**. 2005. 354 fls. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

MIRANDA, M. L. C.; GARBELINI, M. F. Tratamento técnico da documentação audiovisual na TV da Universidade Federal de Goiás. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO – ENANCIB, 12., 2011, Brasília, DF. **Anais...** Brasília: ENANCIB, 2011. p. 439-451.

MOLE – Text Analysis Group. **Boolean Retrieval**. 1999. Disponível em: <<http://cogsys.imm.dtu.dk/thor/projects/multimedia/textmining/node2.html>>. Acesso em: 29 abr. 2014.

MOLINA, L. G. Gestão do conhecimento aplicada aos portais corporativos. In: VALENTIM, M. L. P. (Org.). **Ambientes e fluxos de informação**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010. p. 123-155.

MONTEIRO, F. Organização da informação: proposta de elementos de arquitetura da informação para repositórios digitais institucionais, baseados na descrição física e temática. In: ROBREDO, J.; BRÄSCHER, M. (Org.). **Passeios no bosque da informação: estudos sobre representação e organização da informação e do conhecimento**. Brasília, DF: IBICT, 2010. p. 130-145.

MONTRESOL, E. C. R.; SOUZA, T. M. M. M. Publicidade interativa na televisão digital. In: FÓRUM CIENTÍFICO FEMA, 2., 2009, Assis. **Anais...** Assis: FEMA, 2009. p. 124-126.

MOREIRA, W. **Biblioteca tradicional x biblioteca virtual: modelos de recuperação da informação**. 1998. 90 fls. Dissertação (Mestrado em Biblioteconomia) – Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas.

NATIONAL INFORMATION STANDARDS ORGANIZATION. **Understanding metadata**. Bethesda: NISO, 2004. Disponível em: <<http://www.niso.org/publications/press/UnderstandingMetadata.pdf>>. Acesso em: 02 jul. 2014.

NIELSEN, J. **Usability engineering**. New York: Academic Press, 1993.

NIELSEN, J.; TAHIR, M. **Homepage usabilidade: 50 websites desconstruídos**. Rio de Janeiro: Campus, 2002.

NONATO, R. S.; BORGES, G. S. B.; MACULAN, B. C.; LIMA, G. A. B. de O. Arquitetura da informação em bibliotecas digitais: uma abordagem da ciência da informação. **Informação & Informação**, Londrina, v. 13, n. 2, p. 125-141, 2008.

NOVELLINO, M. S. F. Instrumentos e metodologias de representação da informação. **Informação & Informação**, Londrina, v. 1, n. 2, p. 37-45, jul./dez. 1996.

OTONDO, T. M. TV Cultura: a diferença que importa. In: RINCÓN, O. (Org.). **Televisão pública: do consumidor ao cidadão**. São Paulo: SSRG, 2002. p. 267-301.

PANDO, D. A.; GUIMARÃES, J. A. C. O Profissional da informação e as atividades de organização da informação/conhecimento. **Interatividade**, Andradina, v. 1, n. 2, p. 1-20, 2006.

PATO, P. R. G.; MANINI, M. P. Polissemia da imagem, indexação e recuperação da informação. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO – ENANCIB 2013, 14., 2013, Florianópolis. **Anais...** Florianópolis: ENANCIB, 2013. p 1-20. Disponível em: <<http://enancib.sites.ufsc.br/index.php/enancib2013/XIVenancib/paper/viewFile/43/409>>. Acesso em 05 jul. 2014

PINHEIRO, L. V. R. **A Ciência da Informação entre sombra e luz: domínio epistemológico e campo interdisciplinar**. 1997. 266 fls. Tese (Doutorado em Comunicação e Cultura) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

PORCELLO, F. A. C. **TV universitária: limites e possibilidades**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2002.

PRIOLLI, G. Televisão sem complexo. 10 abr. 2007. **Observatório da Imprensa**, ed. 428, 10 abr. 2007. Disponível em: <http://observatoriodaimprensa.com.br/news/view/televisao_sem_complexo>. Acesso em: 23 fev. 2014.

PRIOLLI, G.; PEIXOTO, F. **A TV universitária no Brasil: os meios de comunicação nas instituições universitárias da América Latina e Caribe**. 2004. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001399/139903por.pdf> >. Acesso em: 03 de fev. 2014.

RAMALHO, A. **A TV universitária como ponte entre a produção científica e as massas: a TV FEMA de Assis (SP)**. 2005. 148 fls. Dissertação (Mestrado em Comunicação: Mídia e Cultura) – Universidade de Marília, Marília. Disponível em: <<http://www.unimar.br/pos/trabalhos/arquivos/88ef5cadd0a0dcc80abdb5c6e253e67.pdf>>. Acesso em: 11 fev. 2014.

RAMALHO, A. **O perfil da TV universitária e uma proposta de programação interativa**. 2010. 173 fls. Tese (Doutorado em Estudo dos Meios e da Produção Mediática) – Universidade de São Paulo, São Paulo. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/27/27153/tde-20082010-233513/>>. Acesso em: 19 maio 2013.

RAMALHO, A. **Mapa da TV universitária brasileira**: versão 3.0. Viçosa: Anadarco, 2011.

REIS, G. A. dos. **Centrando a arquitetura de informação no usuário**. 2007. 250 fls. Dissertação (Mestrado em Ciência e Artes) – Universidade de São Paulo, São Paulo. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/27/27151/tde-23042007-141926/pt-br.php>>. Acesso em: 28 jul. 2014

RIBAS, S. A. **Metodologia científica aplicada**. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 2004.

RIBEIRO, F. F. **Arquitetura da informação em sites de pró-reitorias de graduação**: um enfoque nas Instituições Estaduais de Ensino Superior do Paraná. 2011. 279 fls. Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão da Informação) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina.

RIBEIRO, F. F.; MONTEIRO, S.D. Arquitetura da informação em *sites* de pró-reitorias de graduação: um enfoque nas instituições estaduais de ensino superior do Paraná. **Informação & Informação**, Londrina, v. 17, n. 3, p. 124-164, set./dez. 2012.

RICHARDSON, R. J.; PERES, J. A. de S.; WANDERLEY, J. C. V.; CORREIA, L. M.; PERES, M. de H. de M. **Pesquisa social**: métodos e técnicas. São Paulo: Atlas, 1999.

RINCÓN, O. A televisão: o mais importante, do menos importante. In: RINCÓN, Osmar (Org.). **Televisão pública**: do consumidor ao cidadão. São Paulo: SSRG, 2002. p. 13-39.

ROBREDO, J. **Documentação de hoje e de amanhã**: uma abordagem revisitada e contemporânea da Ciência da Informação e de suas aplicações biblioteconômicas, documentárias, arquivísticas e museológicas. 4. ed. Brasília, DF: Reptoart, 2005.

RODRIGUES, B. *Site ou portal?* **Webinsider**, 18 abr. 2005. Disponível em: <<http://webinsider.com.br/2005/04/18/site-ou-portal/>>. Acesso em: 05 jul. 2014.

ROSENFELD, L.; MORVILLE, P. **Information architecture for the word wide web**. 3. ed. Sebastopol, CA: O'Reilly, 2007.

RUBIO, A. La documentación audiovisual en el centro territorial de TVE en la Rioja. **Berceo**, n. 144, p. 215-233, 2003. Disponível em: <<http://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=698051>>. Acesso em: 18 jun. 2014.

SANTAELLA, L.; NÖTH, W. **Imagem**: cognição, semiótica, mídia. São Paulo: Iluminuras, 2012.

SANTOS, F. E. P. Documentos e informações audiovisuais: a teoria arquivística e as técnicas da Biblioteconomia aplicadas à organização de arquivos de TV. **DataGramZero**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 5, out. 2013. Disponível em: <http://www.dgz.org.br/out13/Art_08.htm>. Acesso em: 04 mai. 2014.

SANTOS, M. L. B. dos. **Design hipermídia na internet: uma análise semiótica dos padrões de comunicação on-line.** 2005. 230 fls. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Semiótica) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.

SARACEVIC, T. Ciência da Informação: origem, evolução e relações. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v. 1, n. 1, p.41-62, jan./jul. 1996. Disponível em: <<http://portaldeperiodicos.eci.ufmg.br/index.php/pci/article/view/235/22>>. Acesso em: 30 mar. 2014.

SAYÃO, L. F., Bases de dados: a metáfora da memória científica. **Ciência da Informação**, Brasília, DF, v. 25, n. 3, p. 314-318, set./dez. 1996. Disponível em <http://www.brapci.inf.br/_repositorio/2010/03/pdf_23aa5f8978_0008747.pdf>. Acesso em 05 jul. 2014.

SENNA, O. TV pública: uma janela para o futuro do audiovisual brasileiro. In: **Fórum Nacional de TV's [sic] públicas: diagnóstico do campo público de televisão.** Caderno de Debates. Brasília, DF: Ministério da Cultura, 2006. p. 9-11.

SHANNON, C.; WEAVER, W. **Teoria matemática da comunicação.** São Paulo: Difel, 1975.

SILVA, M. A. T. **Arquitetura da informação para web:** um estudo do portal administradores.com.br. 2010. 133 fls. Trabalho de conclusão de curso (Graduação em Biblioteconomia) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa. Disponível em: <http://books.google.com.br/books?id=d2fXbulpTw0C&pg=PA132&dq=elementos+arquitetura+da+informacao&hl=pt-BR&sa=X&ei=0tbLT_r8GYWpgwezwpjuBg&ved=0CEUQ6AEwAg#v=onepage&q=elementos%20arquitetura%20da%20informacao&f=false>. Acesso em: 08 jun. 2014.

SILVA, Z. C. G. da; ARAÚJO, R. F. de. Arquitetura de informação de *websites* de bibliotecas universitárias: o caso do sistema de bibliotecas da Universidade Federal de Alagoas. In: ENCONTRO REGIONAL DE ESTUDANTES DE BIBLIOTECONOMIA, DOCUMENTAÇÃO, CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO E GESTÃO DA INFORMAÇÃO, 14., 2011, São Luís. **Anais...** São Luís: UFMA, 2011. p. 1-13. Disponível em: <<http://rabci.org/rabci/node/224>>. Acesso em: 05 Jun. 2014.

SMIT, J. W. A representação da imagem. **Informare**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 2, p. 28-36, 1996.

SMIT, J. W. Novas abordagens na organização, no acesso e na transferência da informação. In: SILVA, H. de C.; BARROS, M. H. T. C. de (Orgs.). **Ciência da Informação: múltiplos diálogos.** Marília: Oficina Universitária Unes, 2009. p. 57-66.

SOUZA, M. F. S.; FORESTI, M. C. P. P.; VIDOTTI, S. A. B. G. Arquitetura da informação em web *site* de periódico científico. **ETD – Educação Temática Digital**, Campinas, v. 5, n. 2, p. 87-105, jun. 2004.

SOUZA, R. R. Sistemas de recuperação de informações e mecanismos de busca na *web*: panorama atual e tendências. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 11, n. 2, p. 161-173, maio/ago. 2006.

STERNBERG, R. **Psicologia cognitiva**. Porto Alegre: Artmed, 2000.

STRAIOTO, F. **A Arquitetura da Informação para a World Wide Web**: um estudo exploratório. 2002. 120 fls. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Marília.

SVENONIUS, E. **The intellectual foundation of information organization**. Cambridge: MIT Press, 2000.

TONELLO, I. M. S.; LUNARDELLI, R. S. A.; ALMEIDA JÚNIOR, O. F. Palavras-chave: possibilidades de mediação da informação. **Ponto de Acesso**, Salvador, v. 6, n. 2, p. 21-34, ago. 2012.

UCHÔA ARAÚJO, R. N. A informação como determinante de sucesso para micro e pequenas empresas. In: TARGINO, M. das G.; CASTRO, M. M. M. R. N. de (Orgs.). **Desafiando os domínios da informação**. Teresina: Editora Universidade Federal do Piauí, 2002.

UNITED NATIONS EDUCATIONAL, SCIENTIFIC AND CULTURAL ORGANIZATION – UNESCO. **Recommendation for the safeguarding and preservation of moving images**. In: CONFERÊNCIA GERAL DA UNESCO, set./out. 1980, Belgrado. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org>>. Acesso em: 20 jul. 2014.

VECHIATO, F. L. **Repositório digital como ambiente de inclusão digital e social para usuários idosos**. 2010. 183 fls. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Marília.

VIDOTTI, S. A. B. G.; SANCHES, S. A. Arquitetura da informação de *web sites*. In: SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE BIBLIOTECAS DIGITAIS, 2., 2004, Campinas. **Anais...** Campinas, 2004. p. 1-7. Disponível em: <<http://libdigi.unicamp.br/document/?view=8302>>. Acesso em: 01 jul. 2014.

VIGNOLI, R. G.; ALMEIDA, P. O. P. de; CATARINO, M. E. Folksonomias como ferramenta da organização e representação da informação. **Rev. Digit. Bibliotecon. Cienc. Inf.**, Campinas, v. 12, n. 2, p. 120-135, maio/ago. 2014.

WANDERLEY, L. E. W. **O que é universidade**. 7. ed. São Paulo: Brasiliense, 1998.

WERSIG, G. Information science: the study of postmodern knowledge usage. **Information Processing and Management**, New York, v. 29, n. 2, p. 229-239, 1993.

WERSIG, G.; NEVELLING, U. **Os fenômenos de interesse para a Ciência da Informação**. [s.d.]. Disponível em: <[HTTP://www.alvarestech.com/lillian/GestaoDaInformacao/Rogério/WersigNeveling.pdf](http://www.alvarestech.com/lillian/GestaoDaInformacao/Rogério/WersigNeveling.pdf)>. Acesso em: 15 jun. 2014. Publicação original: *The phenomena of interesting to information science*. *Information Scientist*, v. 9, n. 4, p. 127-140, Dec. 1975.

APÊNDICES

APÊNDICE A - Formulário para coleta de dados

CATEGORIAS	QUESTÕES	SITE TV "A"			SITE TV "B"			SITE TV "C"			SITE TV "D"		
		SIM	NÃO	PORQUE	SIM	NÃO	PORQUE	SIM	NÃO	PORQUE	SIM	NÃO	PORQUE
A interface do <i>site</i> é amigável para usuários eventuais	A linguagem utilizada no <i>site</i> é acessível?												
	Consegue-se alcançar todas as seções do <i>site</i> ?												
	Alcança-se a informação final com no máximo 4 cliques?												
	Disponibiliza-se função de "ajuda"?												
	Disponibilizam-se meios de contato com os responsáveis?												
	O <i>site</i> informa onde o usuário está e de onde veio?												
	O <i>site</i> possui um mapa ou índice?												
	Os usuários conseguem retornar para a página inicial e anterior a partir de todas as páginas?												
Classificação e pesquisa intuitiva	Há opção de busca no <i>site</i> ?												
	Há opção de busca em todas as páginas?												
	Há opção de busca avançada?												
	O sistema de busca sugere lista de termos?												
	Há precisão na recuperação?												
	A opção de busca é restrita ao conteúdo disponível no <i>site</i> ?												
	As informações estão dispostas em categorias?												
	Há descrição do recurso informacional (vídeo, programa)												
	Os termos utilizados representam o conteúdo?												

Conectividade aos recursos informacionais do <i>site</i>													
	O <i>site</i> utiliza plataforma externa para armazenar e reproduzir o conteúdo produzido												
	Existe redundância de informação no conteúdo do <i>site</i> ?												
	São permitidos <i>downloads</i> ?												
	São permitidos <i>uploads</i> ?												
	Há um tradutor de idiomas disponível?												
Interfaces externas	Oferece opção de modificação do tamanho da fonte?												
	Há <i>links</i> para acesso a outros conteúdos internos da instituição?												
	Há <i>links</i> para acesso a portais/ <i>sites</i> externos?												
	Os <i>links</i> funcionam corretamente (remetem ao conteúdo correto)?												

Fonte: Elaborado pelo autor. Fundamentado em Eckerson (1999). Complementado com base em Fonseca e Fonseca (2005) e Nielsen (1993).

APÊNDICE B - Formulário para coleta de dados preenchido

Categoria: A interface do site é amigável para usuários eventuais	TV CAMPUS UFSM	TV FUREU UFTM	TV FURG FURG	TV UEFS	TV UEL	TV UEM	TV UERJ	TV UFAM *	TV UFBA	TV UFC	TV UFG	TV UFMS	TV UFMT	TV UFPB	TV UFPR	TV UFRGS	TV UFRJ	TV UFSC	TV UFV Viçosa	TV UNB	TV UNEB	TV UNESP	TV UNICAMP	TV USP	TVU - UFRN	TVU UFU	UNITEVÉ UFF	UNITV RS
Questões																												
a) A linguagem utilizada no site é acessível?																												
b) Consegue-se alcançar todas as seções do site?																												
c) Alcança-se a informação final com no máximo 4 cliques?																												
d) Disponibiliza-se função de "ajuda"?																												
e) Disponibilizam-se meios de contato com os responsáveis?																												
f) O site informa onde o usuário está e de onde veio?																												
g) O site possui um mapa ou índice?																												
h) Os usuários conseguem retornar para a página inicial e anterior a partir de qualquer página?																												
Categoria: Classificação e pesquisa intuitiva																												
Questões																												
a) Há opção de busca no site?																												
b) Há opção de busca em todas as páginas?																												
c) Há opção de busca avançada?																												
d) Sistema de busca sugere lista de termos?																												
e) Há precisão na recuperação?																												
f) A opção de busca é restrita ao conteúdo disponível no site?																												
g) As informações estão dispostas em categorias?																												
h) Há descrição do recurso informacional (vídeo, programa)?																												
i) Os termos utilizados representam o conteúdo?																												
Categoria: Conectividade aos recursos informacionais do Site																												
Questões																												
a) O site utiliza plataforma externa para armazenar e reproduzir o conteúdo produzido?																												
b) Existe redundância de informação no conteúdo do site?																												
c) São permitidos downloads?																												
d) São permitidos uploads?																												
e) Há um tradutor de idiomas disponível?																												
f) Oferece opção de modificação do tamanho da fonte?																												
Categoria: Interfaces externas																												
Questões																												
a) Há links para acesso a outros conteúdos internos da Instituição?																												
b) Há links para acesso a portais/sites externos?																												
c) Os links funcionam corretamente (remetem ao conteúdo correto)?																												

Fonte: Elaborado pelo autor. Fundamentado em Eckerson (1999). Complementado com base em Fonseca e Fonseca (2005) e Nielsen (1993).

Legenda:

- Sim - O site disponibiliza o recurso
- Não - O site não apresenta o recurso

* Site em Manutenção

APÊNDICE C - As 15 regras para avaliação de portais de Eckerson

Requisito	Descrição
Fácil para usuários eventuais	Os usuários devem conseguir localizar e acessar facilmente a informação correta, com o mínimo de treinamento, não importando o local de armazenamento dessa informação. Encontrar informações de negócios no portal deve ser tão simples quanto usar um navegador <i>Web</i> .
Classificação e pesquisa intuitiva	O portal deve ser capaz de indexar e organizar as informações da empresa. Sua máquina de busca deve refinar e filtrar as informações, suportar palavras-chave e operadores booleanos, e apresentar o resultado da pesquisa em categorias de fácil compreensão
Compartilhamento cooperativo	O portal deve permitir aos usuários publicar, compartilhar e receber informações de outros usuários. O portal deve prover um meio de interação entre pessoas e grupos na organização. Na publicação. O usuário deve poder especificar documentos/objetos.
Conectividade universal aos recursos Informacionais	O portal deve prover amplo acesso a todo e qualquer recurso informacional, suportando conexão com sistemas heterogêneos, tais como: correio eletrônico, bancos de dados, sistemas de gestão de documentos, servidores <i>Web</i> , groupwares, sistemas de áudio e vídeo. Para isso, deve ser capaz de gerenciar vários formatos de dados estruturados e não estruturados.
Acesso dinâmico aos recursos informacionais	Por meio de sistemas inteligentes, o portal deve permitir o acesso dinâmico às informações nele armazenadas, fazendo com que os usuários sempre recebam informações atualizadas.
Roteamento inteligente	O portal deve ser capaz de direcionar automaticamente relatórios e documentos a usuários selecionados
Ferramenta de inteligência de negócios integrada	Para atender às necessidades de informação dos usuários, o portal deve integrar os aspectos de pesquisa, relatório e análise dos sistemas de inteligência de negócios.
Arquitetura baseada em servidor	Para suportar um grande número de usuários e grandes volumes de informações, serviços e seções concorrentes, o portal deve se basear em uma arquitetura cliente-servidor.
Serviços distribuídos	Para um melhor balanceamento da carga de processamento, o portal deve distribuir os serviços por vários computadores ou servidores.
Definição flexível das permissões de acesso	O administrador do portal deve ser capaz de definir permissões de acesso para usuários e grupos da empresa, por meio dos perfis de usuário.
Interfaces externas	O portal deve ser capaz de se comunicar com outros aplicativos e sistemas.
Interfaces programáveis	O portal também deve ser capaz de ser “chamado” por outros aplicativos, tornando pública sua interface programável (<i>application-programming interface – api</i>).
Segurança	Para salvaguardar as informações corporativas e prevenir acessos não autorizados, o portal deve suportar serviços de segurança, como criptografia, autenticação, firewalls. Deve também possibilitar auditoria dos acessos a informações, das alterações de configuração.
Fácil administração	O portal deve prover um meio de gerenciar todas as informações corporativas e monitorar o funcionamento do portal de forma centralizada e dinâmica. Deve ser de fácil instalação, configuração e manutenção, e aproveitar, na medida do possível, a base instalada de hardware e software adquirida/contratada anteriormente pela organização.
Customização e personalização	O administrador do portal deve ser capaz de customizá-lo de acordo com as políticas e expectativas da organização, assim como os próprios usuários devem ser capazes de personalizar sua interface para facilitar e agilizar o acesso às informações consideradas relevantes.

Fonte: Elaborado pelo autor com base em Eckerson (1999)

APÊNDICE D - As 10 heurísticas de Nielsen

Heurística	Descrição
Visibilidade do status do sistema	Em um sistema <i>web</i> , cada página deve indicar a seção à qual pertence e como o usuário chegou ali
Compatibilidade do sistema com o mundo real	O sistema deve utilizar-se de uma linguagem que seja a mais próxima possível da linguagem do usuário
Controle e liberdade do usuário	Opção de saídas deve estar presentes e bem sinalizadas para que o usuário possa desfazer ações que tenha realizado por engano
Consistência e padrões	O sistema deve ser intuitivo. A informação do <i>link</i> deve condizer com aquilo que a descrição aponta.
Prevenção de erros	Em sistemas <i>web</i> , os erros são muito comuns durante o processamento e troca de informação.
Reconhecimento ao invés de relembração	O sistema deve facilitar ao usuário identificar o trajeto que ele percorreu sem a necessidade de memorizar grande quantidade de passos.
Flexibilidade e eficiência de uso	O visitante esporádico, ganha experiência com o uso do sistema. Opções de atalhos aceleram o uso da ferramenta. Os <i>bookmarks</i> são usados para agilizar a navegação
Estética e <i>design</i> minimalista	Em sistemas <i>web</i> , a informação deve ser o mais objetiva possível. A informação principal deve vir sempre em primeiro plano e deve haver sempre uma forma de retornar ao topo da página.
Ajuda a reconhecer, diagnosticar e solucionar possíveis erros	As mensagens de erro devem trazer claramente o motivo do erro e como solucioná-lo ou indicar um caminho para a possível solução.
Ajuda e documentação	A ajuda deve estar integrada à página. Em sistemas <i>web</i> , isto pode ser feito com o uso de conteúdo adicional que surge ao passar o ponteiro do <i>mouse</i> .

Fonte: Elaborado pelo autor com base em Nielsen (1993).

APÊNDICE E - Relação das universidades federais

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO - SISTEMA E-MEC RELATÓRIO DA CONSULTA AVANÇADA RESULTADO DA CONSULTA POR: INSTITUIÇÃO FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR RELATÓRIO PROCESSADO: 27/07/2014 - 18:18:21 TOTAL DE REGISTRO(S): 63				
Or.	Instituição(IES)	Organização Acadêmica	Categoria	Situação
01	FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS (UFGD)	Universidade	Pública	Ativa
02	FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE CIÊNCIAS DA SAÚDE DE PORTO ALEGRE (UFCSPA)	Universidade	Pública	Ativa
03	FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA (UNIR)	Universidade	Pública	Ativa
04	FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO ABC (UFABC)	Universidade	Pública	Ativa
05	FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA - UNIPAMPA (UNIPAMPA)	Universidade	Pública	Ativa
06	FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS (UFT)	Universidade	Pública	Ativa
07	FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO VALE DO SÃO FRANCISCO (UNIVASF)	Universidade	Pública	Ativa
08	UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA (UNILAB)	Universidade	Pública	Ativa
09	UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA (UNB)	Universidade	Pública	Ativa
10	UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA (UFBA)	Universidade	Pública	Ativa
11	UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL (UFFS)	Universidade	Pública	Ativa
12	UNIVERSIDADE FEDERAL DA INTEGRAÇÃO LATINO-AMERICANA (UNILA)	Universidade	Pública	Ativa
13	UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA (UFPB)	Universidade	Pública	Ativa
14	UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS (UFAL)	Universidade	Pública	Ativa
15	UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALFENAS (UNIFAL-MG)	Universidade	Pública	Ativa
16	UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE (UFCG)	Universidade	Pública	Ativa
17	UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS (UFG)	Universidade	Pública	Ativa
18	UNIVERSIDADE FEDERAL DE ITAJUBÁ - UNIFEI (UNIFEI)	Universidade	Pública	Ativa
19	UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA (UFJF)	Universidade	Pública	Ativa
20	UNIVERSIDADE FEDERAL DE LAVRAS (UFLA)	Universidade	Pública	Ativa
21	UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO (UFMT)	Universidade	Pública	Ativa
22	UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL (UFMS)	Universidade	Pública	Ativa
23	UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS (UFMG)	Universidade	Pública	Ativa
24	UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO (UFOP)	Universidade	Pública	Ativa

25	UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS (UFPEL)	Universidade	Pública	Ativa
26	UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO (UFPE)	Universidade	Pública	Ativa
27	UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA (UFRR)	Universidade	Pública	Ativa
28	UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA (UFSC)	Universidade	Pública	Ativa
29	UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA (UFSM)	Universidade	Pública	Ativa
30	UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS (UFSCAR)	Universidade	Pública	Ativa
31	UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO JOÃO DEL REI (UFSJ)	Universidade	Pública	Ativa
32	UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO (UNIFESP)	Universidade	Pública	Ativa
33	UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE (UFS)	Universidade	Pública	Ativa
34	UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA (UFU)	Universidade	Pública	Ativa
35	UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA (UFV)	Universidade	Pública	Ativa
36	UNIVERSIDADE FEDERAL DO ACRE (UFAC)	Universidade	Pública	Ativa
37	UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ (UNIFAP)	Universidade	Pública	Ativa
38	UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS (UFAM)	Universidade	Pública	Ativa
39	UNIVERSIDADE FEDERAL DO CARIRI (UFCA)	Universidade	Pública	Ativa
40	UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ (UFC)	Universidade	Pública	Ativa
41	UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO (UFES)	Universidade	Pública	Ativa
42	UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (UNIRIO)	Universidade	Pública	Ativa
43	UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO (UFMA)	Universidade	Pública	Ativa
44	UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DA BAHIA (UFOB)	Universidade	Pública	Ativa
45	UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ (UFOPA)	Universidade	Pública	Ativa
46	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ (UFPA)	Universidade	Pública	Ativa
47	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ (UFPR)	Universidade	Pública	Ativa
48	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ (UFPI)	Universidade	Pública	Ativa
49	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA (UFRB)	Universidade	Pública	Ativa
50	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO (UFRJ)	Universidade	Pública	Ativa
51	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE (FURG)	Universidade	Pública	Ativa
52	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE (UFRN)	Universidade	Pública	Ativa
53	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL (UFRGS)	Universidade	Pública	Ativa
54	UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL DA BAHIA (UFESBA)	Universidade	Pública	Ativa

55	UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARÁ (UNIFESSPA)	Universidade	Pública	Ativa
56	UNIVERSIDADE FEDERAL DOS VALES DO JEQUITINHONHA E MUCURI (UFVJM)	Universidade	Pública	Ativa
57	UNIVERSIDADE FEDERAL DO TRIÂNGULO MINEIRO (UFTM)	Universidade	Pública	Ativa
58	UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE (UFF)	Universidade	Pública	Ativa
59	UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DA AMAZÔNIA (UFRA)	Universidade	Pública	Ativa
60	UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO (UFRPE)	Universidade	Pública	Ativa
61	UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO (UFRRJ)	Universidade	Pública	Ativa
62	UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO (UFERSA)	Universidade	Pública	Ativa
63	UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ (UTFPR)	Universidade	Pública	Ativa

Fonte: Elaborado pelo autor.²¹

²¹ Dados disponíveis em: <<http://emec.mec.gov.br/>>. Acesso em 27 jul. 2014.

APÊNDICE F - Relação das universidades estaduais e municipais

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO - SISTEMA E-MEC				
RELATÓRIO DA CONSULTA AVANÇADA				
RESULTADO DA CONSULTA POR: INSTITUIÇÃO ESTADUAL DE ENSINO SUPERIOR				
RELATÓRIO PROCESSADO: 27/07/2014 - 17:35:54 TOTAL DE REGISTRO(S): 38				
	Instituição(IES)	Organização Acadêmica	Categoria	Situação
01	FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA (UDESC)	Universidade	Pública	Ativa
02	UNIVERSIDADE DE PERNAMBUCO (UPE)	Universidade	Pública	Ativa
03	UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO (USP)	Universidade	Pública	Ativa
04	UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA (UNEB)	Universidade	Pública	Ativa
05	UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO (UNEMAT)	Universidade	Pública	Ativa
06	UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MINAS GERAIS (UEMG)	Universidade	Pública	Ativa
07	UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAPÁ (UEAP)	Universidade	Pública	Ativa
08	UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAZONAS (UEA)	Universidade	Pública	Ativa
09	UNIVERSIDADE DO ESTADO DO PARÁ (UEPA)	Universidade	Pública	Ativa
10	UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (UERJ)	Universidade	Pública	Ativa
11	UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE (UERN)	Universidade	Pública	Ativa
12	UNIVERSIDADE DO TOCANTINS (UNITINS)	Universidade	Pública	Ativa
13	UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA (UEPB)	Universidade	Pública	Ativa
14	UNIVERSIDADE ESTADUAL DE ALAGOAS - UNEAL (UNEAL)	Universidade	Pública	Ativa
15	UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS (UNICAMP)	Universidade	Pública	Ativa
16	UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CIÊNCIAS DA SAÚDE DE ALAGOAS - UNCISAL (UNCISAL)	Universidade	Pública	Ativa
17	UNIVERSIDADE ESTADUAL DE FEIRA DE SANTANA (UEFS)	Universidade	Pública	Ativa
18	UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS (UEG)	Universidade	Pública	Ativa
19	UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA (UEL)	Universidade	Pública	Ativa
20	UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ (UEM)	Universidade	Pública	Ativa
21	UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MATO GROSSO DO SUL (UEMS)	Universidade	Pública	Ativa
22	UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MONTES CLAROS (UNIMONTES)	Universidade	Pública	Ativa
23	UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA (UEPG)	Universidade	Pública	Ativa

24	UNIVERSIDADE ESTADUAL DE RORAIMA (UERR)	Universidade	Pública	Ativa
25	UNIVERSIDADE ESTADUAL DE SANTA CRUZ (UESC)	Universidade	Pública	Ativa
26	UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ (UECE)	Universidade	Pública	Ativa
27	UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CENTRO OESTE (UNICENTRO)	Universidade	Pública	Ativa
28	UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO (UEMA)	Universidade	Pública	Ativa
29	UNIVERSIDADE ESTADUAL DO NORTE DO PARANÁ (UENP)	Universidade	Pública	Ativa
30	UNIVERSIDADE ESTADUAL DO NORTE FLUMINENSE DARCY RIBEIRO (UNEF)	Universidade	Pública	Ativa
31	UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ (UNIOESTE)	Universidade	Pública	Ativa
32	UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PIAUÍ (UESPI)	Universidade	Pública	Ativa
33	UNIVERSIDADE ESTADUAL DO RIO GRANDE DO SUL (UERGS)	Universidade	Pública	Ativa
34	UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA (UESB)	Universidade	Pública	Ativa
35	UNIVERSIDADE ESTADUAL DO VALE DO ACARAÚ (UVA)	Universidade	Pública	Ativa
36	UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA JÚLIO DE MESQUITA FILHO (UNESP)	Universidade	Pública	Ativa
37	UNIVERSIDADE REGIONAL DO CARIRI (URCA)	Universidade	Pública	Ativa
38	UNIVERSIDADE VIRTUAL DO ESTADO DO MARANHÃO (UNIVIMA)	Universidade	Pública	Ativa

Fonte: Elaborado pelo autor.²²

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO - SISTEMA E-MEC				
RELATÓRIO DA CONSULTA AVANÇADA				
RESULTADO DA CONSULTA POR: INSTITUIÇÃO MUNICIPAL DE ENSINO SUPERIOR				
RELATÓRIO PROCESSADO: 27/07/2014 - 17:35:54 TOTAL DE REGISTRO(S): 1				
	Instituição(IES)	Organização Acadêmica	Categoria	Situação
01	UNIVERSIDADE MUNICIPAL DE SÃO CAETANO DO SUL (USCS)	Universidade	Pública	Ativa

²² Dados disponíveis em: <<http://emec.mec.gov.br/>>. Acesso em 27 jul. 2014

APÊNDICE G - Relação das universidades públicas com produção televisual e respectivos sites

Universidade com produção Televisual	Forma de divulgação	Endereço eletrônico
Universidade de São Paulo - USP	TV USP – Internet	http://tvusponline.blogspot.com.br/
Universidade Estadual de Campinas	TV UNICAMP - Internet / Canal 10 NET e Circuito interno	http://www.rtv.unicamp.br/
Universidade Estadual Rio Janeiro	TV UERJ - Internet / Webtv sob demanda	http://www.tvuerj.com.br/
Universidade Estadual Paulista – Bauru	TV UNESP - Canal 45 UHF / Canal 32 NET e Internet	http://www.tv.unesp.br/
Universidade Federal de Viçosa	TV Viçosa - Canal 13 / Internet	http://www.rtv.ufv.br/
Universidade Federal de Uberaba	TV Universitária de Uberaba - Canal 5	http://www.radioetvuniversitaria.com.br/
Universidade Federal de Uberlândia	TV Universitária de Uberlândia - Internet	http://www.rtu.ufu.br/v1/
Universidade Federal Rio de Janeiro	WEBTV - Internet	http://www.webtv.ufrj.br/
Universidade Federal Fluminense	UNITEVE - Canal 17 cabo / Webtv fluxo contínuo e Internet	http://www.uniteve.uff.br/
Região Sudeste: 4 Estadual 5 Federal = 9		
Universidade Estadual de Londrina	TV UEL - Internet / Canal 40 UHF	www.uel.br/tv/site
Universidade Estadual de Maringá	TV UEM - Internet	http://www.tv.uem.br/sitetv/
Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre	UNITV - Canal 15 NET / Internet	http://www.unitv.tv.br/
Universidade Federal de Santa Catarina	TV UFSC - Canal 15 NET / Canal 63.1	http://www.tv.ufsc.br/
Universidade Federal do Paraná	TV UFPR - Canal 15 NET / Canal 71 TVA e Internet	http://www.tv.ufpr.br/
Universidade Federal do Rio Grande do Sul	TV UFRGS - Canal 15 NET / Internet	http://www.ufrgs.br/tv/ufrgs-tv
Universidade Federal do Rio Grande	FURG TV - Canal 15 NET / Canal 07 e Internet	http://www.furgtv.furg.br/
Universidade Federal de Santa Maria	WEB TV - Internet / Canal 15 NET	http://w3.ufsm.br/tvcampus/index.php
Região Sul 2 Estadual 6 Federal = 8		

Universidade de Brasília	UNBTV - Canal 06 NET / Webtv	http://www.unbtv.unb.br/
Universidade Federal de Goiás	TV UFG - Canal 13 NET/ 14 UHF e Internet	http://www.tvufg.org.br/
Universidade Federal de Mato Grosso	TV UNIVERSIDADE - Canal 02 / Internet	http://www.ufmt.br/ufmt/tvu/
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul	TVU - Canal 14 NET / Internet	http://www.tvufms.blogspot.com.br/
Centro Oeste = 4 Federal = 4		
Universidade Federal do Amazonia	TVUFAM Canal 7 /27 NET	http://www.tvufam.ufam.edu.br/
Região Norte 1 Federal = 1		
Universidade do Estado da Bahia	WEBTV.UNEB - Internet	http://www.webtv.uneb.br/
Universidade Estadual de Feira de Santana - Bahia	TV OLHOS D'ÁGUA - Internet	http://tvolhosdagua.uefs.br/
Universidade Federal da Bahia	TV UFBA - Internet	http://www2.tv.ufba.br/
Universidade Federal da Paraíba	TV UFPB - Canal 43 UHF	http://www.ufpb.br/tvufpb/
Universidade Federal do Ceará	UFCTV - Internet	http://www.ufc.br/comunicacao-2/programa-ufctv
Universidade Federal do Rio Grande do Norte	TVU.RN - Canal 05 / Canal 17 cabo Telecom	http://www.tvu.ufrn.br/
Região Nordeste 2 Estadual 4 Federal = 6		
Total Geral 8 Estadual 20 federal = 28		

Fonte: Elaborado pelo autor.

ANEXOS

ANEXO 1 - TV Campus – Universidade Federal de Santa Maria

The screenshot shows the website w3.ufsm.br/tvcampus/index.php. The header includes the logo for 'tv campus' and 'MISSORA DE TELEVISÃO DA UFSM'. Contact information is provided for both postal and local addresses. A navigation menu includes 'Início', 'Apresentação', 'Equipe', 'Programas', 'Programação', and 'Ex-alunos'. The main content area is titled 'Inicial' and features a 'DESTAQUES' section with a video player showing a woman speaking. Below this, there is a list of news items, each with a date, time, and a YouTube link. The footer includes social media icons for YouTube and Facebook.

Fonte: <<http://w3.ufsm.br/tvcampus/index.php>>. Acesso: 10 out. 2014.

ANEXO 2 - TV Universitária - Universidade Federal do Triângulo Mineiro

The screenshot shows the website www.radioetvuniversitaria.com.br/. The header includes the logo for 'Fundação Rádio Educativa Uberaba' and 'FUREU'. The main content area features a large banner for an organ donation campaign titled 'UBERABA SE OUVÊ E SE VÊ AQUI!'. The banner includes a video player and text explaining the importance of organ donation. To the right of the banner, there is a 'PROGRAMAÇÃO DE HOJE' section with a 'VOLTE EM BREVE!' message. The left sidebar contains navigation links for 'PRINCIPAL', 'PROGRAMAÇÃO TV', 'PROGRAMAÇÃO RÁDIO', 'INSTITUIÇÃO', 'CONTATO', 'NOTÍCIAS', and 'APOIO CULTURAL'. The footer includes the text 'CRIADO POR MEDNET/MULTIMÍDIA © 2014'.

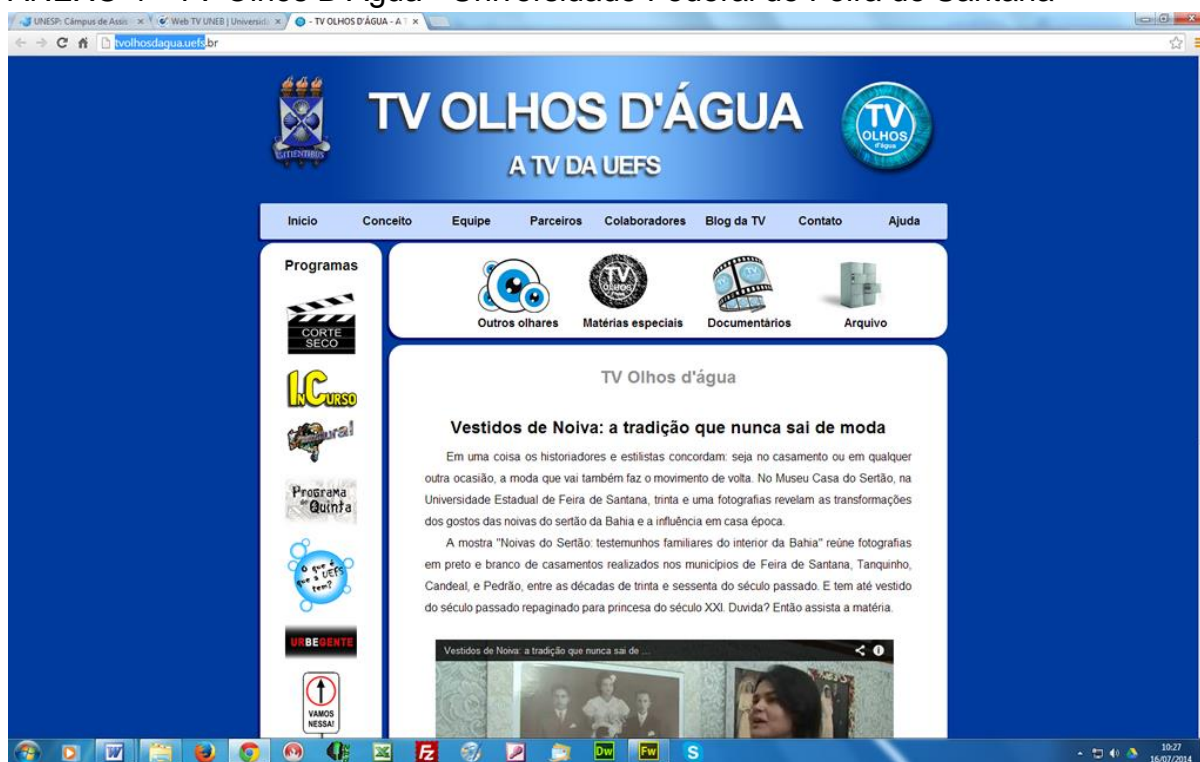
Fonte: <<http://www.radioetvuniversitaria.com.br/>>. Acesso: 10 out. 2014.

ANEXO 3 - Furg TV - Universidade Federal do Rio Grande



Fonte: <<http://www.furgtv.furg.br/>>. Acesso: 10 out. 2014.

ANEXO 4 - TV Olhos D'Água - Universidade Federal de Feira de Santana



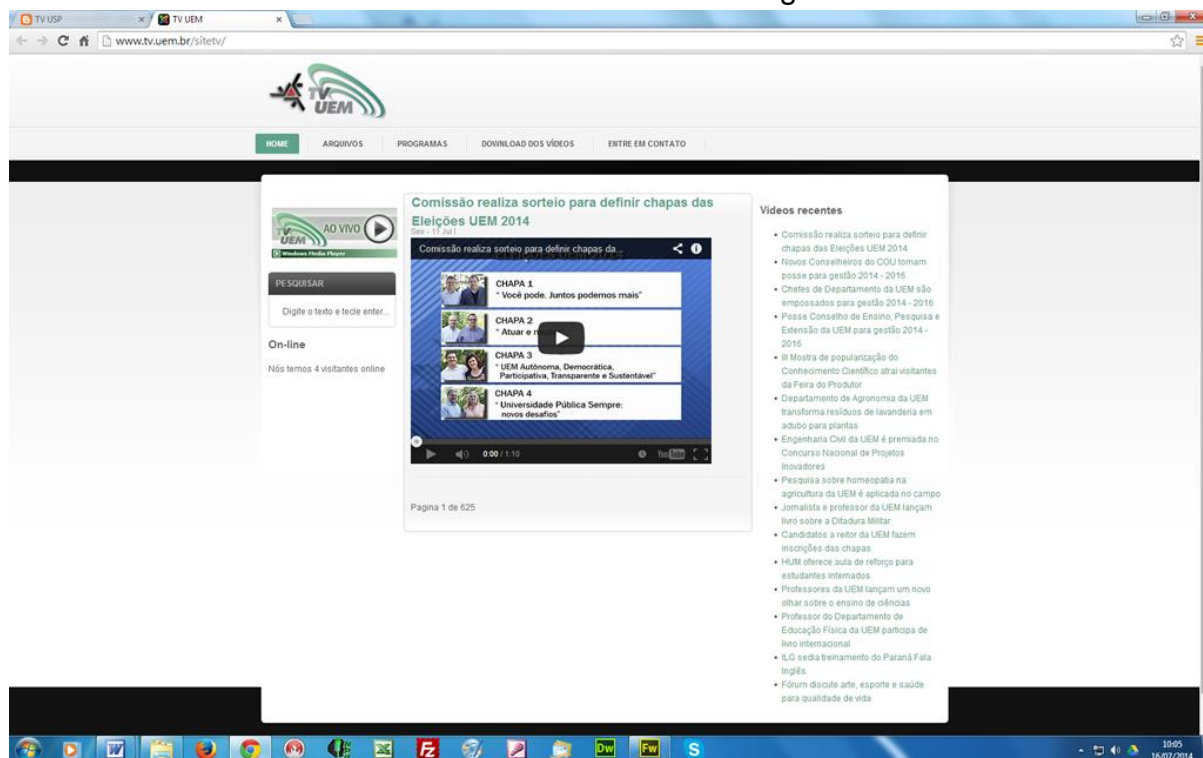
Fonte: <<http://tvolhosdagua.uefs.br/>>. Acesso: 10 out. 2014.

ANEXO 5 - TV UEL - Universidade Estadual de Londrina



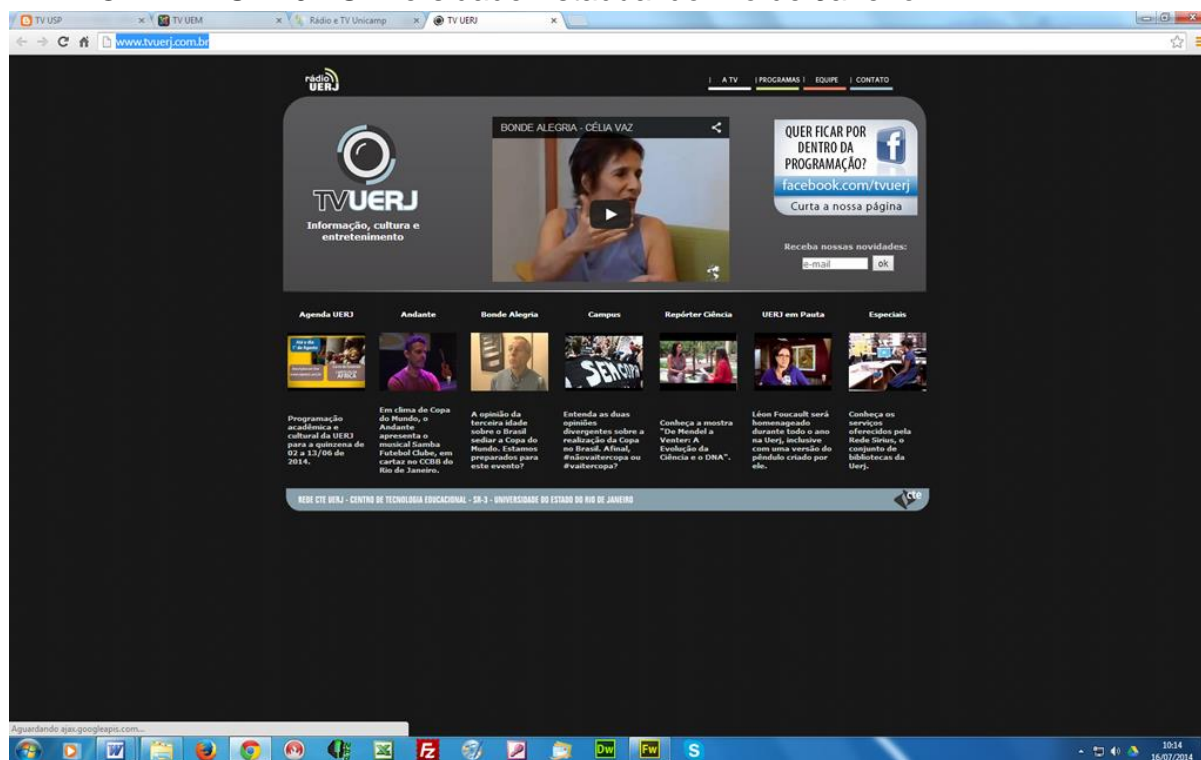
Fonte: <<http://www.uel.br/tv/site/>>. Acesso: 10 out. 2014.

ANEXO 6 - TV UEM - Universidade Estadual de Maringá



Fonte: <<http://www.tv.uem.br/sitetv/>>. Acesso: 10 out. 2014.

ANEXO 7 - TV UERJ - Universidade Estadual do Rio de Janeiro



Fonte: < <http://www.tvuerj.com.br/>>. Acesso: 10 out. 2014.

ANEXO 8 - TV UFAM - Universidade Federal do Amazonas



Fonte: < <http://www.tvufam.ufam.edu.br/>>. Acesso: 10 out. 2014.

ANEXO 9 - TV UFBA - Universidade Federal da Bahia

The screenshot shows the website for TV UFBA. At the top, there is a navigation bar with links for TV UFBA, Vídeos, Programação, Notícias, Parceiros, Equipe, and Contato. Below this is a search bar and a logo for TV UFBA. The main content area features a video player for a program titled "669. Especial TV UFBA - Deus e o Diabo na Terra do Sol". The video player shows a man speaking in front of a screen displaying a scene from the film. Below the video player, there is a text block providing context about the film and the program. To the right of the video player, there is a sidebar titled "Últimos vídeos" (Recent videos) which lists several other programs with their titles and brief descriptions. At the bottom of the page, there is a social media section labeled "Acompanhe" with icons for Facebook and YouTube.

669. Especial TV UFBA - Deus e o Diabo na Terra do Sol

668. TV UFBA.DOC - Independência da Bahia
Um patrimônio histórico e cultural do povo brasileiro, o...

667. CONECTA - Graça Druck discute o "Mundo do Tra...
Graça Druck, professora do Departamento de Sociologia da...

666. UFBA NO AR - Pesquisador da USP discute contraste...
Convidado para mais uma edição do Café Científico UFBA, o...

665. UFBA no Ar - Seminário discute reestruturação da...
Organizado pela Pró-Reitora de Extensão, o Seminário TV...

664. Especial TV UFBA - Santo Antônio
Arte e religião se misturam recuperando uma tradição cent...

Acompanhe

Fonte: < <http://www2.tv.ufba.br/>>. Acesso: 10 out. 2014.

ANEXO 10 - TV Universitária - Universidade Federal do Ceará

The screenshot shows the website for TV Universitária. At the top, there is a navigation bar with links for Acesso à Informação, BRASIL, and a search bar. Below this is the logo for Universidade Federal do Ceará. The main content area features a list of recent programs, each with a small image and a brief description. To the right of the list, there is a sidebar titled "Equipe Responsável e Contato" which lists various publications and services. At the bottom of the page, there is a social media section labeled "Acompanhe" with icons for Facebook and YouTube.

669. Especial TV UFBA - Deus e o Diabo na Terra do Sol

668. TV UFBA.DOC - Independência da Bahia
Um patrimônio histórico e cultural do povo brasileiro, o...

667. CONECTA - Graça Druck discute o "Mundo do Tra...
Graça Druck, professora do Departamento de Sociologia da...

666. UFBA NO AR - Pesquisador da USP discute contraste...
Convidado para mais uma edição do Café Científico UFBA, o...

665. UFBA no Ar - Seminário discute reestruturação da...
Organizado pela Pró-Reitora de Extensão, o Seminário TV...

664. Especial TV UFBA - Santo Antônio
Arte e religião se misturam recuperando uma tradição cent...

Acompanhe

Fonte: < <http://www.ufc.br/comunicacao-2/programa-ufctv>>. Acesso: 10 out. 2014.

ANEXO 11 - TV UFG - Universidade Federal de Goiás



Fonte: < <http://www.tvufg.org.br/>>. Acesso: 10 out. 2014.

ANEXO 12 - TVU - Universidade Federal de Mato Grosso do Sul



Fonte: < <http://www.tvufms.blogspot.com.br/>>. Acesso: 10 out. 2014.

ANEXO 13 - TV Universidade - Universidade Federal de Mato Grosso

The screenshot shows the website for TV Universidade (TVU) of the Universidade Federal de Mato Grosso. The page features a navigation menu with categories like 'Programas', 'Programação', 'WebTV', 'Novidades', and 'Galeria'. A main section titled 'Destaques' highlights a video 'Do frio ao calor extremo' with a thumbnail of a man in a blue jacket. To the right, there is a 'TVU na Web' section with a video player for 'Repórter Mato Grosso - Entrevist...'. Below this, a 'Programas' section lists various shows like 'Repórter Mato Grosso' and 'UFMT.Ciência'. A 'Novidades' section at the bottom features an interview with Reitora Maria Lúcia Cavali Nleder. The Windows taskbar at the bottom shows the date as 15/07/2014.

Fonte: < <http://www.ufmt.br/ufmt/tvu/>>. Acesso: 10 out. 2014.

ANEXO 14 - TV UFPB - Universidade Federal da Paraíba

The screenshot displays the website for TV UFPB of the Universidade Federal da Paraíba. The header includes the TVUFPB logo and navigation links such as 'quem somos', 'boletim', 'contato', 'programação', and 'identidade'. A main banner for 'Série C transmissão exclusiva' is shown, indicating a live broadcast on 'canal 43 e NET 22'. Below the banner, there is a video player for 'Série C na TV UFPB: Panorama da Paraíba' and a 'Programação TV UFPB' section. The footer contains a grid of program categories like 'Institucional', 'Jornalismo', 'Esporte', 'Cultura', 'Interprogramas', and 'Infância'. The Windows taskbar at the bottom shows the date as 14/07/2014.

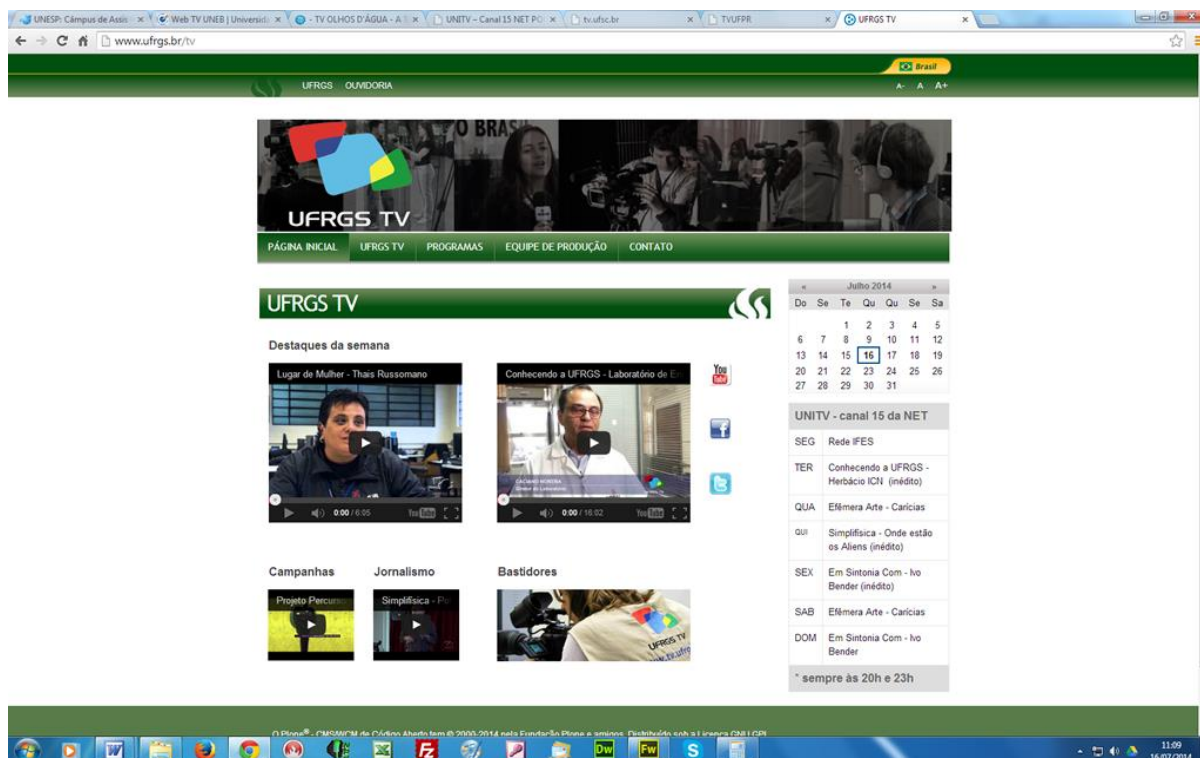
Fonte: < <http://www.ufpb.br/tvufpb/>>. Acesso: 10 out. 2014.

ANEXO 15 - UFPR TV - Universidade Federal do Paraná



Fonte: < <http://www.tv.ufpr.br/>>. Acesso: 10 out. 2014.

ANEXO 16 - UFRGS TV - Universidade Federal do Rio Grande do Sul



Fonte: < <http://www.ufrgs.br/tv/ufrgs-tv>>. Acesso: 10 out. 2014.

ANEXO 17 - WEBTV - Universidade Federal do Rio de Janeiro

Sistema RTV - Fraterni... WEB TV UFRJ... Início: x

www.webtv.ufrj.br

Educação
Ministério da Educação

Universidade Federal do Rio de Janeiro
UFRJ
webTV

Início Apresentação Créditos Contato

Revista UFRJ

Notícias Suspensão a transmissão ao vivo de colegiados

Destques Escolta por CoordCOM - UFRJ

Planeta COPPE Devido a problemas no servidor de live streaming (computador que faz a transmissão ao vivo) ou a manutenção foi descontinuada pelo INCE, como anunciado pelo INCE em seu próprio site, a CoordCOM não transmitirá ao vivo as sessões dos Colegiados (CONSUNI, CEG e CEPG). Este serviço só estará disponível novamente quando o processo, ora em curso, de migração para outra plataforma, com auxílio da TIC e do Lab3D - COPPE, estiver completa. Entretanto, as sessões gravadas continuam a ser publicadas algumas horas após o término das reuniões.

Como Fica?

Especiais

Institucional

Consumi

CEG

CEPG

UFRJ na Mídia

Papo UFRJ

Eleições 2011

Video Registro

Veículos da UFRJ

Prédio UFRJ
Av. Pedro Calmon, nº 500 - Prédio da Retorta - Térreo
Cidade Billings/Estácio - Rio de Janeiro - RJ - CEP 21941-901
Telefone: 2599-1621 - 2598-1894 E-mail: webmaster@ufrj.br

Universidade Federal do Rio de Janeiro/UFRJ
Resolução mínima (recomendada): 800x600px

Oliver Vital
Journal da UFRJ

Busca

OK

11:36
16/07/2014

Fonte: < <http://webtv.ufrj.br/>>. Acesso: 10 out. 2014.

ANEXO 18 - TV UFSC - Universidade Federal de Santa Catarina

UNESP: Câmpus de Assis... Web TV UNEB | Universi... TV OLHOS D'ÁGUA - A... UNTV - Canal 15 NET P... tvufscbr

tvufsc

Digite aqui

Início O Canal Notícias Grade Programas Contato

Gestão por Competência é tema de novo Justiça do Trabalho na TV

O convidado é Renan Sínachi, consultor e autor do livro Gestão por Competências no Setor Público

YouTube Facebook Twitter

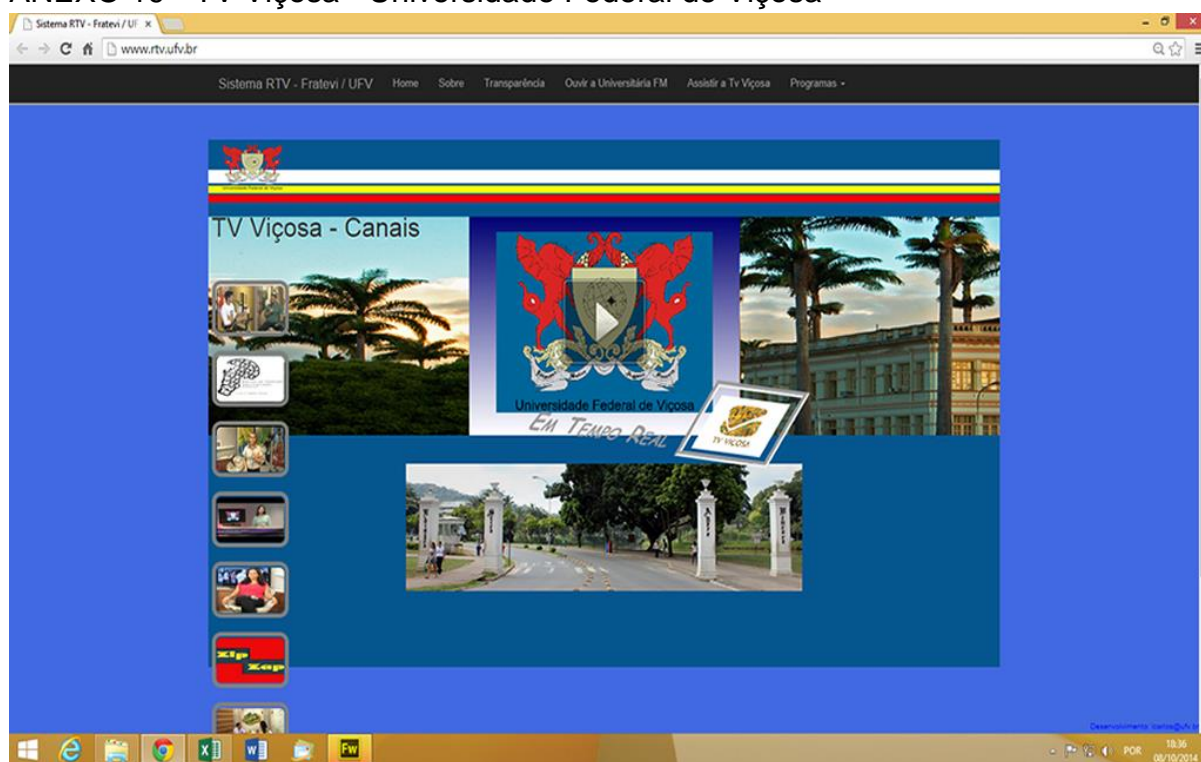
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO INCoD TV BRASIL UFRJ

TV UFSC | Canal aberto 63.4 (Sinal Digital) | Canal 15 da NET
Universidade Federal de Santa Catarina
Rua Dom Joaquim, 757 | Centro | Florianópolis | SC | CEP 88015-310
Administração: tvufsc@reitoria.ufsc.br
Fone: (48) 3721-4179

11:04
16/07/2014

Fonte: < <http://tv.ufsc.br/>>. Acesso: 10 out. 2014.

ANEXO 19 - TV Viçosa - Universidade Federal de Viçosa



Fonte: < <http://www.rtv.ufv.br/>>. Acesso: 10 out. 2014.

ANEXO 20 - UNBTV - Universidade Federal de Brasília

Programação do Dia

14/07 - Terça-feira

Manhã		Tarde/Noite		Noite
08h	Zapping Notícias UnB	12h e 15h	Zapping Notícias UnB	20h Zapping Notícias UnB
	Interprogramas		Interprogramas	Interprogramas
09h	Lanterinha	13h e 17h	Explique sua Tese	21h Casa do Som
	Interprogramas		Interprogramas	Interprogramas
10h	Diálogos	14h e 18h	Documentário	22h Documentário UnB
	Interprogramas		Interprogramas	Interprogramas
11h	Povo Brasileiro	15h e 17h	Tome Ciência	22h30

Fonte: < <http://www.unbvtv.unb.br/>>. Acesso: 10 out. 2014.

ANEXO 21- WebTV.UNEB - Universidade do Estado da Bahia

The screenshot shows the website www.webtv.uneb.br. The main content area features a video player with the title "Vida de Estudante - Vinicius Jesus". The video player shows a close-up of a young man smiling. Below the video player, there is a short description: "Mas um Vida de Estudante no ar! Dessa vez, apresentamos a rotina de Vinicius Jesus, estudante de medicina do campus I da UNEB. Confira!" and a question "O que é o Vida de Estudante?". Below this, there is a paragraph: "Este programa coloca a câmera nas mãos dos estudantes. Com máquinas amadoras, que vão de filmadoras a celulares, eles contam sobre suas vidas, rotinas e experiências diárias. Cada um tem um jeito único de viver a UNEB e a diversidade também é marca do Vida de Estudante." There is also a comment section with "79 visualizações" and a rating of "2 votes, average: 5 out of 5".

On the right side, there is a sidebar with the heading "Mais destaques" and a list of programs including "À Hora da Casa", "Coberturas", "Curtas", "Especiais", "Giro Universitário", "Laboratório de Vídeo - Comunicação Salvador", "Memória", "Mostre sua Cara", "Papo de Mestre", "Promocionais", "Vestibular UNEB", "Vida de Estudante", and "Viroo Destaque".

Fonte: < <http://www.webtv.uneb.br/>>. Acesso: 10 out. 2014.

ANEXO 22 - TV UNESP - Universidade Estadual Paulista

The screenshot shows the website www.tv.unesp.br. The main content area features a news program titled "bauru s/a unesp noticias" with the word "jornalismo" in a large orange box. Below the news program, there is a video player showing a band performing live music. The band consists of a keyboardist, a guitarist, a drummer, and a bassist. The website has a blue header with the TV Unesp logo and navigation links for "TV Unesp", "Programas", "Programação", and "Contato". There is also a search bar labeled "Pesquisar no site".

Fonte: < <http://www.tv.unesp.br/>>. Acesso: 10 out. 2014.

ANEXO 23 - RTV UNICAMP - Universidade de Campinas

Fonte: < <http://www.rtv.unicamp.br/>>. Acesso: 10 out. 2014.

ANEXO 24 - TV USP - Universidade de São Paulo

Fonte: < <http://tvusponline.blogspot.com.br/>>. Acesso: 10 out. 2014.

ANEXO 25 - TVU.RN - Universidade Federal do Rio Grande do Norte

The screenshot shows the homepage of TVU.RN. At the top, there is a green navigation bar with the TVU.RN logo and links for 'A TVU RN', 'Equipe', 'Programação', 'Links', and 'Fale Conosco'. Below this, a large banner for the 'Ciência' program is featured, with the text 'Um espaço para divulgação de ciência e seus experimentos de forma dinâmica e acessível.' and 'Segunda, 19h30.'. To the right of the banner are logos for UFRN, Comunica, AGECON, and universitária fm 88.9. Below the banner, there are two main sections: 'Programa em Destaque' which includes a video player showing a woman speaking, and 'Dia a dia da TVU' which lists several programs like 'Seg e Sex - TVU Notícias (19h)', 'Ter - Por dentro do Campus (20h)', 'Qua - Café Filosófico (19h30)', and 'Qui - Memória Viva (19h30)'. The footer contains copyright information for 2010 and a 'Desenvolvido por SI' logo.

Fonte: < <http://www.tvu.ufrn.br/>>. Acesso: 10 out. 2014.

ANEXO 26 - TV Universitária - Universidade Federal de Uberlândia

The screenshot shows the homepage of TV Universitária. The design is blue and white with a large circular logo for 'tvu universitária' and '107.5 fm universitária'. A navigation bar includes links for 'Home', 'Sobre a RTU', 'Equipe', 'Notícias', 'Rádio Universitária', 'TV Universitária', 'Mural de Escudos', 'Enquete', and 'Fale Conosco'. On the right, there is a login area labeled 'ÁREA RESTRIITA' with fields for 'LOGIN' and 'SENHA'. Below the navigation bar, there are several promotional banners: 'RÁDIO 107.5 FM Ouça Rádio Universitária FM Ouvir Rádio', 'TV 107.5 FM ASSISTA AO VIVO TV UNIVERSITÁRIA', and 'TVU VÍDEO EM DESTAQUE'. A central section lists various programs: 'Programa: Cozinha Brasil.', 'Programa: Curta Criança.', 'Programa: Planeta Terra.', 'Programa: TVU Notícias.', 'Programa: Programa Especial.', 'Programa: Saúde em Evidência.', 'Programa: Falando de Arte.', 'Programa: Dango Balando (resp.)', 'Programa: Catalenses.', and 'Programa: Saúde Brasil.'. At the bottom, there is a video player showing a logo for 'tv universitária'.

Fonte: < <http://www.rtu.ufu.br/v1/>>. Acesso: 10 out. 2014.

ANEXO 27 - UNITEVÊ - Universidade Federal Fluminense

The screenshot shows the UFFTube website interface. At the top, there is a navigation bar with 'Home', 'Vídeos', 'Canais', 'Sobre nós', and 'Fale conosco'. The main content area features a video player for 'BITS Ciência - Décima quinta edição' with a play button. To the right of the video player, there is a section titled 'Informações Sobre o Vídeo' containing details such as 'Título: BITS Ciência - Décima quinta edição', 'Duração: 39:21', 'Descrição:', 'Visualizações: 142', and 'Enviado por: Uniteve'. Below this, there is a 'Código para incorporar' and a 'Link para este vídeo'. A sidebar on the right displays 'Vídeos de Uniteve' with a grid of video thumbnails. The bottom of the page shows a Windows taskbar with various application icons and the system clock indicating 11:41 on 16/07/2014.

Fonte: < <http://www.uniteve.uff.br/>>. Acesso: 10 out. 2014.

ANEXO 28 - UNITV - Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre

The screenshot displays the UNITV website with a dark blue and purple color scheme. The header includes the 'UNITV' logo and the text 'CANAL 11 - NET PORTO ALEGRE'. A left sidebar contains navigation links for 'Institucional', 'Programação', 'Notícias', 'Assista Agora', and 'Fale conosco'. The main content area is divided into sections: 'Destaque da Programação' featuring 'UNITV Entrevistas & Debates' with a 'Assista a Seguir' button, and 'Agora na UNITV' featuring 'NBR' with a 'Veja a sinopse' button. Below these, there is a 'Reprises' section listing broadcast times for 'Sextas, às 19h', 'Sábados, às 22h', 'Domingos, às 22h', and 'Segundas, às 13h30min'. The bottom of the page shows a Windows taskbar with application icons and the system clock indicating 10:59 on 16/07/2014.

Fonte: < <http://www.unitv.tv.br/>>. Acesso: 10 out. 2014.